

Defesa Nacional



AGOSTO
1954

NÚMERO
481

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.
Ten.-Cel. JOÃO CAPISTRANO M. RIBEIRO, Diretor-Gerente.

EU ENORME CONSUMO PROVA QUE O PÚBLICO...

sabe preferir



CERVEJA

FAIXA AZUL

Um produto ANTARCTICA

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLI

BRASIL — RIO DE JANEIRO. AGOSTO DE 1954

N. 481

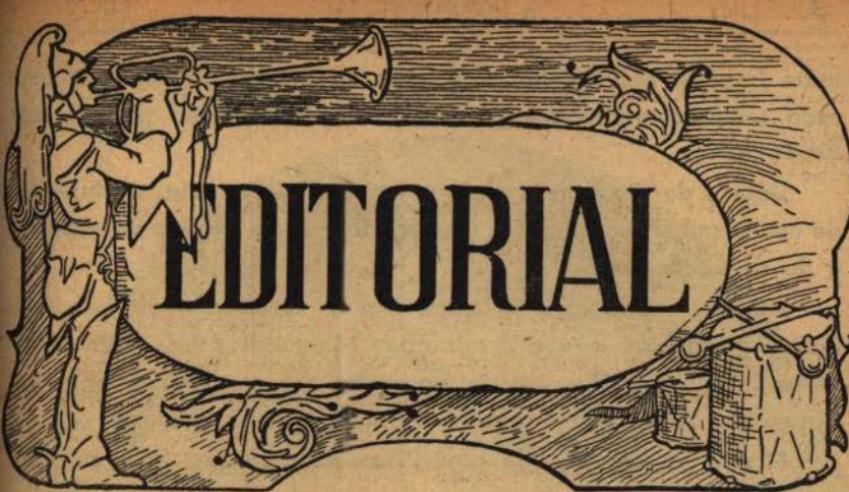
SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
Normas padrões de ação — Cel. Manoel Joaquim Guedes.....	7
Assim falou o General — Cel. J. H. Garcia.....	15
O pensamento militar soviético — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	19
Uma fase crítica para a Artilharia — Trad. dos Ten.-Cel. Cesar Neves e Maj. Heraclides de Araujo Nelson.....	23
Necessidade de uma aviação de apoio imediato — Trad. do Maj. Fernando Allah M. Barbosa.....	31
Emprégo das Fôrças Terrestres — Maj. Rui A. Nogueira.....	37
Fundamentos da Equitação — Cap. Estevam Meirelles.....	39
Observações sóbre a Educação Física na Tropa — 1º Ten. Manoel L. da S. Osório.....	47
Arma de Engenharia — Asp. Of. Sebastião W. Japiassú.....	53
CULTURA GERAL	
Panorama brasileiro — Gen. Felicio Lima.....	61
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Caxias, o maior soldado do Brasil — Octavio Drummond.....	65
No sesquicentenário de Caxias — Cel. Jonas Corrêa.....	71
DIVERSOS	
O Código de Justiça Militar Argentino — Gen. Niso V. Montezuma.....	77
Formação moral dos jovens — Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....	85
O problema imigratório brasileiro — Cap. Hélio A. Canongia.....	89
Um milhão de passageiros pela Rio-Bahia em 1953 — José Wamberto.....	93
Fatos relacionados com Caxias — P. J. Busato.....	95
Cordialidade militar luso-brasileira.....	97
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	99
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	103
ATOS OFICIAIS.....	105

Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vêzes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vêzes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 38 anos não fosse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



EDITORIAL

CAXIAS, PARADIGMA DA NACIONALIDADE

Ao transcorrer o 151º aniversário do nascimento do inovável Duque de Caxias, acorre-nos à mente o duplo papel que ele desempenhou, como unificador da Pátria, na ordem interna e como defensor de sua integridade e soberania, na ordem externa.

Já se disse que a espada de Caxias cobriu todo o Império. Antes de tudo, foi ele um militar, na acepção do termo.

Como político militante, papel desempenhado mais a chamado da Pátria do que por vontade própria, conheceu amargos dissabores, mas não se pode dissociar a sua espada invencível da política nacional, porquanto as suas vitórias, no terreno militar, redundaram em estrondosos sucessos, no campo político.

A sua fulminante carreira militar prova eloquientemente quanto o Império dependia dele.

Capitão aos 21 anos, Coronel aos 36, Brigadeiro aos 38, Marechal de campo graduado aos 39 e efetivo aos 42 e Tenente General aos 49, Caxias, a esta altura de sua brilhante carreira militar, já tinha completado a primeira parte de sua ciclopica obra, a de unificador da Pátria.

Foi, portanto, antes dos 50 anos que ele pacificou o Maranhão, Minas, São Paulo e o Rio Grande do Sul, consolidando o vaci-

lante Império recém-saído das lutas da independência e dilacerado pelos entrechoques partidários do tormentoso período da Regência.

Depois de tão espetacular atuação, a Monarquia, enciumada de seu prestígio popular, fêz descer sobre ele a cortina do silêncio e do esquecimento.

Não foi senão com 59 anos, isto é, 10 anos depois de sua última promoção, que o graduaram Marechal de Exército e foi neste posto que ele assistiu passivamente, como Ajudante de Campo de S. M. o Imperador, à rendição de Uruguaiana.

Mas o ingrato Império ainda haveria de pagar pelo pecado de esquecer Caxias.

Curupaiti foi o término de uma série de erros que fêz sacudir o Império.

Lembraram-se, então, da espada de Caxias, outrora tão vitoriosa.

Quem sabe?

E o velho Marechal graduado foi efetivado aos 63 anos, idade em que tantos buscam o repouso e colocado à frente do Exército brasileiro.

Afinal, a retirada de Mitre do campo da luta elevou-o ao Comando-Chefe.

Era a sanção do Destino à ingratidão da Monarquia.

Um ano gastou Caxias em recompor o que restava do grande Exército Aliado e a prepará-lo para nova campanha.

Suas qualidades de organizador emérito ressaltaram, então, demonstrando perfeito conhecimento das possibilidades do instrumento que lhe competia manobrar.

Veio, por fim, aquilo que dêle esperava a Pátria em suspenso: a marcha de flanco pelo Chaco, a Dezembrada e a entrada em Assunção, com a fuga de Lopez para as Cordilheiras.

Um desmaio em plena igreja, por ocasião de solene "Te Deum", em Assunção, lembrou ao Império que já havia pedido de mais ao grande cabo de guerra.

Caxias retirou-se para a Corte e foi elevado a Duque, mais pela Nação do que pelo Imperador.



GEMER - LOUREIRO-TMA



Era o único Duque que o monarca via-se forçado a inscrever na sua humilde nobiliarquia de Barões, debilidade propositada que lhe seria fatal em 1889.

Era também o momento propício de passar à monarquia os loiros da terminação da guerra, com a nomeação do afrancesado Conde d'Eu para Comandante-Chefe.

Completara-se a segunda parte da obra do valoroso soldado, a preservação da integridade e soberania da Pátria.

Depois desse fecho magnífico, a Monarquia, enciumada, agora não mais só de Caxias, mas do próprio Exército, fêz descer sobre ambos a barreira da prevenção e do olvido.

O Exército, que varrera o inimigo do solo natal, foi posto de parte.

E o grande Duque acabou os seus dias melancolicamente, aos 7 de maio de 1880, com 77 anos, numa fazendola do Estado do Rio.

Todos êsses fatos, dirão, pertencem ao passado e são já conhecidos.

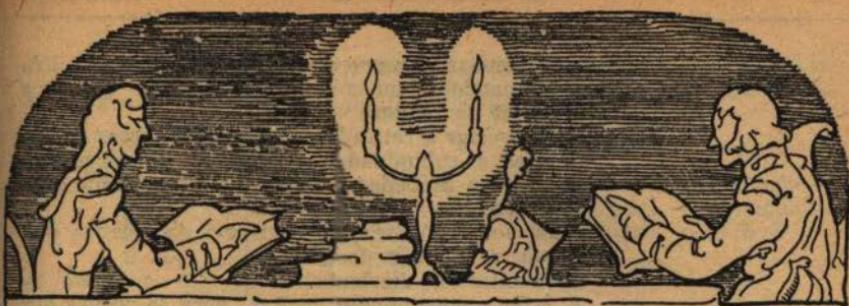
Mas precisamos reavivá-los, principalmente em face dos difíceis dias que o Brasil atravessa, porquanto é nessas ocasiões que devemos voltar-nos para o passado e, contemplando a galeria dos grandes vultos nacionais, meditar sobre as lições de patriotismo e civismo que êles nos legaram.

E ninguém melhor do que Caxias para inspirar-nos exemplos de altruísmo, magnanimidade, desprendimento, organização, amor ao país, dedicação às causas nacionais e fidelidade a princípios éticos, qualidades que êle possuia em alto grau.

Tomando-o como padrão, teremos homens, quer no meio civil, quer no militar, para enfrentar os problemas da crucial hora que atravessamos.

Salve, pois, Caxias, o paradigma da Nação brasileira.

Salve o grande caráter e invicto soldado !



CULTURA PROFISSIONAL

NORMAS – PADRÕES DE AÇÃO

Cel. MANOEL JOAQUIM GUEDES

3 — INSTRUÇÕES PARA A LIMPEZA E HIGIENE DO QUARTEL

I) *Objetivo :*

A) Manter a qualquer momento :

- boa apresentação do quartel (páteos e dependências) ;
- a limpeza e higiene do rancho, banheiros, lavatórios e privadas ;
- a limpeza das baias, boxes, estrumeira e depósito de resíduos.

II) *Divisão das tarefas. (Vide croquis anexo) :*

III) *Pessoal encarregado e atribuições :*

A) *Faxina do R.I. :*

- 1 — Pessoal — 1 sargento e 6 soldados, sendo 1 condutor de boléia (1 da 1^a Cia., 1 da 2^a Cia., 1 da C.P.P./1, 1 da C.C./1, 1 da C.C.S. e 1 da C.C./1, 1 da C.C.S. e 1 da C.C.A.C.). O condutor de boléia será fornecido pela C.C.S.

2 — *Atribuições :*

a) *Do sargento :*

- determinar e fiscalizar o serviço de faxina, nas zonas que lhe forem distribuídas, de modo que tudo se mantenha sempre em ordem e rigorosamente limpo ;

- providenciar, sempre que necessário, junto ao FA, subcomandante ou comandante do R.I. quanto a material de limpeza ;
 - providenciar a retirada do lixo das diversas dependências e subunidades e cremá-lo no forno respectivo ou proceder a triagem para retirada pela Prefeitura ;
 - zelar pela conservação e limpeza da carroça destinada a retirada do lixo ;
 - apresentar-se, diariamente, ao S/1 e Chefe da F.S.R. e comandante do R.I. para as ordens que se vierem a tornar necessárias.

b) Do soldado condutor de boléia :

 - retirar, diariamente, a partir das 0700 o lixo das diversas dependências e subunidades. Este serviço deve terminar às 1000 ;
 - zelar pela limpeza e conservação da carroça e do animal que lhe fôr distribuído, apresentando-o sempre rasqueado, ferrado e limpo ;
 - idem quanto ao arreamento.

c) Dos soldados faxineiros :

 - executar a limpeza dos locais que lhe forem distribuídos, iniciando às 0700 e terminando às 1000 ;
 - executar a limpeza dos gabinetes do comando e subcomandante do R.I., no segundo expediente ;
 - fazer a triagem do lixo. (Vide instruções reguladoras, em anexo).

B) Subunidades :

 - 1 — Pessoal — Sargento de dia e cabo de dia às Cias. e plantões.
 - 2 — Atribuições :

a) Do sargento de dia e cabo de dia :

 - fiscalizar a limpeza da zona que lhe foi atribuída e pela qual é responsável ;
 - manter, por meio de verificações freqüentes, a limpeza das referidas zonas ;
 - não permitir equipamentos ou armamento em cima dos armários ou sobre as camas.. Todo esse material ou armamento deve ser recolhido às respectivas reservas logo após a instrução.

b) Dos soldados de plantão :

 - executar a limpeza dos locais que lhes forem atribuídas, iniciando às 0700 e terminando às 1000 ;
 - manter os locais sempre limpos (isentos de pontas de cigarros, papéis, cascas de bananas, etc.) ;
 - manter a limpeza constante do alojamento, não permitindo a colocação de equipamento ou armamento sobre as camas ;
 - *manter a arrumação das camas e trazer os dep*

— não permitir seja lançados pelas janelas do alojamento para os páteos laterais das Cias. pontas de cigarros, cascas de bananas, papéis, etc.

C) Dependências :

Secretaria — C.O. — F.A. — Tesouraria — Almoxarifado — S.O. do Btl. — Rancho (dos oficiais e praças) — Açougue — Padaria — Depósito de gêneros — Ferradoria — F.S.R. — F. Vet. e Banda de Música.

1 — Pessoal :

Sargentos, cabos, soldados e civis que servem nessas dependências, formação ou banda de música.

2 — Atribuições :

a) Dos sargentos e cabos a elas pertencentes e funcionários civis chefes :

- fiscalizar a limpeza da zona que lhe fôr atribuída e pela qual será responsável ;
- manter, por meio de verificações freqüentes, a limpeza da referida zona ;
- os do rancho, padaria, açougue, depósito de gêneros, F.S.R. impedir resíduos ou depósitos de lixo aberto, de modo que, nas dependências citadas não haja moscas.

b) Soldados e civis :

- executar a limpeza das suas repartições de modo que estejam sempre limpas (isentas de poeira, papéis pelo chão, pontas de cigarros, etc.) ;
- manter a repartição sempre em estado de limpeza, por meio de verificações freqüentes.

IV) Meios :

A) Para a limpeza dos páteos de terra :

Vassouras de bambú, graveto ou herva de Sta. Maria, feitas pelos elementos interessados.

B) Para a limpeza dos páteos cimentados e repartições :

Vassouras de piassava, fornecidas pela F.A. de acordo com a tabela trimestral.

C) Para as dependências enceradas :

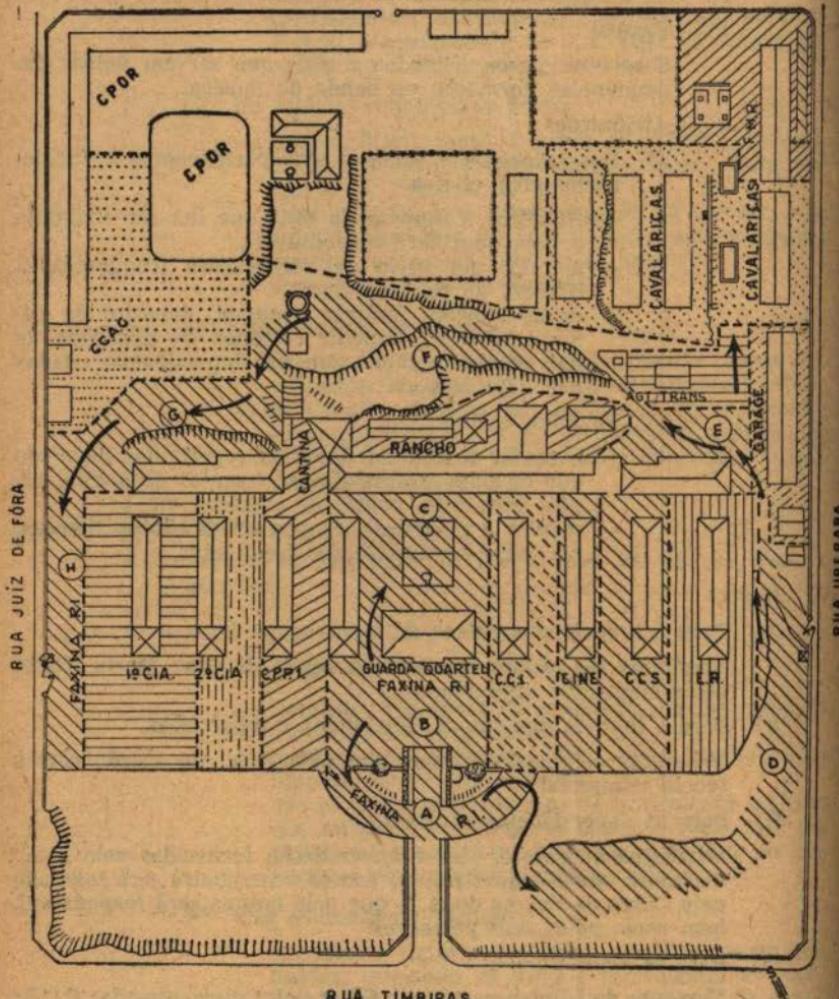
Vassouras de cabelo, cera e enceradeira, fornecidas pela F.A. mediante tabela trimestral. O uso da enceradeira será regulado pelo Chefe da Faxina do R.I. que pela mesma será responsável, bem como pelos seus pertences.

D) Para as báias e boxes :

Vassoura de bambú ou graveto feitas pelos elementos das C.C.S., C.C./1 e C.P.P./1 (a designar pelos comandantes de Cias.), pá de parque, mangueira com bico, carrinho de mão, foice, ancinho, medidas para milho (a fornecer pela F.A. com o tempo de duração discriminado), à razão de um carrinho de mão por subunidade e uma pá por Cia. de Fzo. e duas para a C.C./1, C.P.P./1 e C.C.S./1, um ancinho para a C.C./1 e uma foice para a C.P.P./1, C.C.S. e C.C./1.

CROQUIS DO 10º R.I.

RUA GONÇALVES DIAS



O ancinho destina-se à limpeza dos boxes dos cavalos quando coberto com palha de arroz ou serragem. As foices destinam-se ao preparo da forragem nas respectivas reservas do Batalhão e C.C.S.

E) Para os lavatórios, banheiros e privadas :

Ácido muriático, sapóleo, sabão, vassouras apropriadas, saco lavagem de chão, soda-cáustica (tabela trimestral a calcular pela F.A. sómente para os elementos encarregados da limpeza e higiene dessas dependências).

V) Prescrições diversas :

- A) O Chefe da F.V. ficará encarregado da confecção de pequenos cofres (modelo já apresentado) para colocação de pontas de cigarros em diferentes locais do quartel em substituição às caixas atuais;
- B) Controlará ainda a limpeza das báias e boxes, granja, tanques de água para animais;
- C) O tanque existente face às báias da C.C.S. destina-se a bebedouro dos animais. A lavagem das viaturas será realizada no mesmo local das viaturas auto;
- D) A lavagem dos animais será feita no páteo entre as báias da C.P.P./1 e o pavilhão dos animais das 1^a e 2^a Cia e C.C./1.

4 — INSTRUÇÕES PARA A LIMPEZA DAS BÁIAS E BOXES

A cargo do Chefe da F.V.

I) Finalidade :

Permitir o controle relativo ao funcionamento do serviço de báias e boxes, conservação das báias e boxes, coleiras, material de limpeza e calçamento externo; limpeza das báias e boxes, estrumeira e páteos entre as báias e entre estas e os boxes e o relativo aos animais. Manutenção e rega do capinzal e da horta.

II) Modo de execução :

- A) Para realizar a finalidade acima especificada o Chefe da F.V. verificará, diariamente, e em detalhe cada parte, dando no mesmo dia em uma nota escrita ao comandante do Regimento ou ao subcomandante, no caso de ausência do primeiro, ciência das ocorrências, enumerando a Cia., o sargento de dia, os cavalariaças de serviço, o total de animais sujos, etc. Esta nota será entregue, diariamente e o mais rapidamente possível, para as providências necessárias;
- B) Para a rega do capinzal e horta e limpeza da estrumeira, o Chefe da F.V. distribuirá o seu pessoal, dando-lhes as tarefas e obrigações correspondentes e entregando uma cópia ao comandante e outra ao subcomandante do R.I.;
- C) O Chefe da F.V. ficará responsável por toda e qualquer ocorrência no perímetro fixado;
- D) Nenhum animal deverá estar solto, sendo responsável os cavalariaças de serviço;
- E) O Chefe da F.V. verificará, também, o preparo e a distribuição das rações, de acordo com o estabelecido na documentação que se encontra em cada reserva de subunidade.

III) Prescrições diversas :

- A) A nota das alterações deverá ser entregue ao comandante ou ao subcomandante do R.I. no primeiro expediente;
- B) As faltas do pessoal da Veterinária também serão comunicadas imediatamente após a formatura da manhã.

5 — INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES PARA OS SARGENTOS DE DIA AS CAVALARIÇAS

I) Boxes :

A) Elementos de serviço :

- 1 — Sargentos da C.C.S. e do Batalhão ;
- 2 — Soldados do Pel. de Rec. e ordenanças dos oficiais.

B) Material disponível :

1 — Companhia de Comando e Serviços :

Pá	uma
Foice	uma
Ancinho	um
Vassoura de piassava.....	duas
Vassoura de graveto.....	duas
Sacos de aniagem.....	três
Latas para água.....	dez
Medida para milho.....	uma
Mangueira com bico p/ducha.....	uma
Latas de banha, vazias.....	duas
Enxada	uma

2 — I Batalhão :

O mesmo material constante da letra b), n. 1 acima.

C) Reservas de forragem :

- 1 — A C.C.S. utilizará o último boxe da série distribuída;
- 2 — O Btl. utilizará a da C.P.P./1.

D) Boxes — Distribuição :

- 1 — C.C.S. — Todos os boxes voltados para as báias da C.P.P./1 (subdivisão a cargo do cmt. da C.C.S.);
- 2 — Batalhão — Todos os boxes voltados para as báias do C.P.O.R. (subdivisão a cargo do cmt. do Btl.).

E) Preparo e distribuição da forragem :

- 1 — Recebida a forragem (milho e alfafa) às 0900 pelo sargento de dia este a encaminhará à sua reserva;
- 2 — Na reserva o sargento de dia dividirá a ração ao meio, ficando uma metade para a distribuição das 1030 e a outra metade para a distribuição das 1630;
- 3 — Vide Instruções para o preparo e distribuição da ração dos animais ;
- 4 — Distribuída a alfafa, fará o mesmo com o milho, colocando em cada coxo, uma medida e meia (cada lata de aveia corresponde a 1/2 k de milho) ;

- 5 — Em seguida percorrerá boxe por boxe, constatando se todos têm alfafa e capim, milho e se as latas estão com água limpa;
- 6 — A ração de forragem deve estar pronta para distribuição exatamente às 1030.

F) Limpeza dos boxes e animais :

Será feita pela manhã e à tarde do seguinte modo :

- 1 — Os elementos do nr. 2, letra a), do item I, retirarão o estrume dos boxes e colocarão nas latas de banha distribuídas ;
- 2 — Com o ancinho retirarão a serragem ou a palha de arroz do boxe ;
- 3 — Com a vassoura varrerão a parte que fica na porta, deixando limpa e aparecendo o cimento do piso do boxe ;
- 4 — Limpar os coxos de milho e de alfafa ;
- 5 — Antes de começar a limpeza e se o animal estiver no boxe, deverá ser encabrestado e preso à argola existente no boxe. Não poderá, de forma alguma, ser utilizado arame ;
- 6 — Isto feito será procedida a rasqueação do animal, com o material de limpeza do cavalariaço (rasqueadeira, escôva e ferro limpa-casco, pano e pedaço de borracha) ;
- 7 — O banho será dado após um exercício forte ou apenas uma vez por semana.

G) Obrigações dos sargentos :

- 1 — Verificação exata e perfeita da execução destas instruções ;
- 2 — Responsabilidade por todo o material entregue (o sargento que ao receber o serviço e não constatar estar tudo em bom estado e conferindo, será o responsável pela avaria ou extravio), sofrendo a carga respectiva além das penas disciplinares previstas para cada caso ;
- 3 — Constatar se a serragem ou palha de arroz precisa ser aumentada ou reforçada, e pedir ao comandante do Btl. ou da C.C.S. para as providências necessárias. (A medida a tomar no mínimo com quatro dias de entecedência).

(Continua)

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

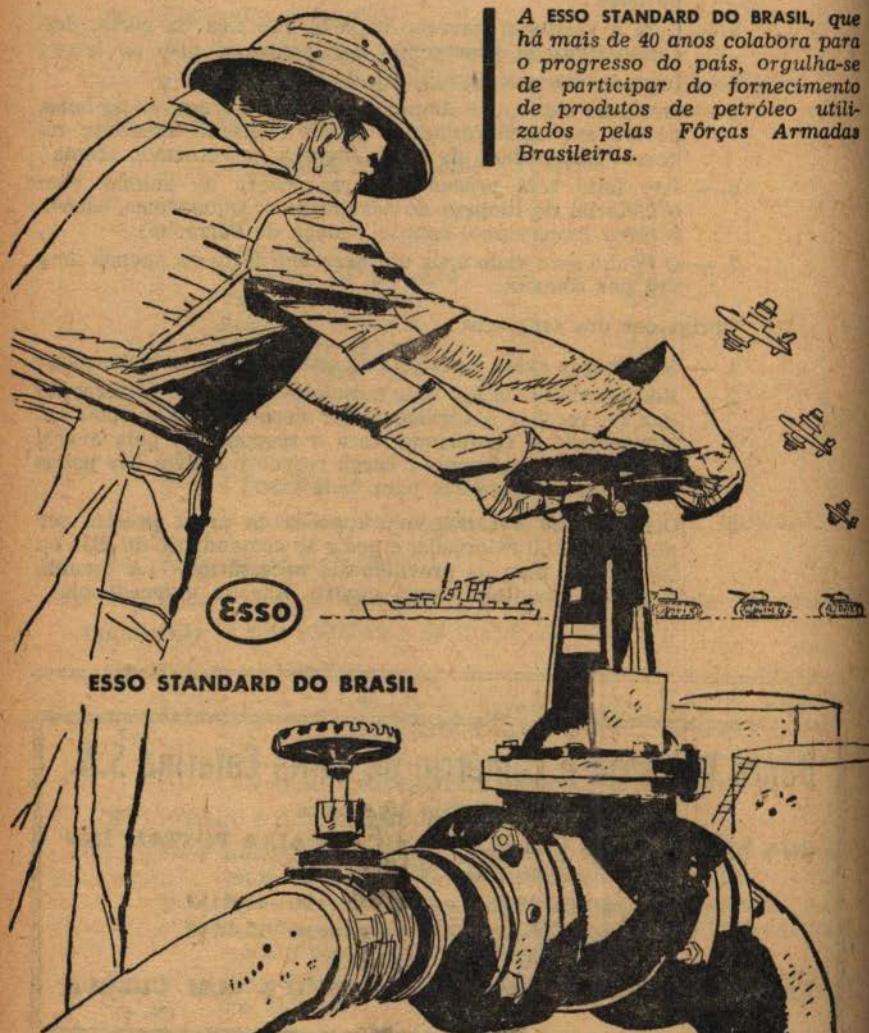
(N. 6)

É o grande propulsor...

...e está sempre presente, com a sua força e energia, impulsionando ou assegurando o funcionamento dos mais diversos veículos. Está nos poderosos "tanks" e nos velocíssimos aviões a jato; nos pesados caminhões de carga e nas rápidas ambulâncias; está nas imponentes beronaves. Está em todas as máquinas utilizadas pelo homem de nossos dias.

Esse grande propulsor do progresso é o petróleo, cujos produtos representam a força e a energia da civilização moderna.

A ESSO STANDARD DO BRASIL, que há mais de 40 anos colabora para o progresso do país, orgulha-se de participar do fornecimento de produtos de petróleo utilizados pelas Forças Armadas Brasileiras.



ESSO STANDARD DO BRASIL

ASSIM FALOU O GENERAL...

(REFLEXÕES SÓBRE A MOTOMECHANIZAÇÃO)

Cel. J.H. GARCIA



LAMENTÁVEL que isso aconteça mas está acontecendo: um general no momento de deixar a carreira com transferência para a reserva, rememorando os primeiros dias da motomecanização em nosso país, relembrou os esforços iniciais e falou de males que ainda subsistem.

Há dez anos estes males foram assinalados, há dez anos a interinidade nas funções, a falta de continuidade nos esforços, a deficiência dos planos, a falta da atenção merecida aos relatórios, etc. etc. vem mantendo e agravando êsses males...

Falava o general da deficiência da manutenção do material automóvel.

As palavras do chefe que, ao se despedir dá um último conselho, faz uma derradeira advertência, calaram profundamente em nós, porque com um ano e meio de dura experiência no contacto com o material havíamos chegado a uma conclusão que correspondia exatamente à constatação do chefe em sua última inspeção pelas unidades do país.

Não existe manutenção preventiva, dai a deficiência e sempre deficitária manutenção corretiva...

Mas constatado esse ponto fraco da motomecanização, em nossa unidade, não nos contentamos em constatá-lo, fomos procurar porque ele existia...

E chegamos à conclusão de que a manutenção preventiva só existe

quando adquirimos o hábito de fazê-la e hábito sómente se adquire com o tempo, com a repetição, vivendo os atos que se termina incorporando. E perguntamos como podem adquirir os hábitos das unidades blindadas indivíduos que vêm de outras unidades diferentes onde os hábitos são outros e naquelas não permanecem o tempo suficiente para perder os hábitos trazidos e adquirir os novos? Como podem adquirir e conservar os hábitos necessários e indispensáveis à vida em uma unidade blindada sargentos formados na ESA, onde não há blindados, e onde o tempo de trabalho não é suficiente para imprimir hábitos e quando, como aconteceu o ano passado, começam a firmar os hábitos que desejamos, são mandados fazer o CRAS hipo?

Como podem ter, manter e incentivar hábitos, indivíduos que não os possuem?

Em nossa unidade, 100% motomecanizada, porque blindada, existem apenas dois oficiais com o curso de motomecanização e uma média de um mecânico para 30 viaturas.

Os tenentes para o lugar de oficial de motores, função chave em uma unidade blindada, não existem no Exército, porque um oficial de motores ou é um mecânico prático, o que de curso não existe, ou faz o curso da EMM o qual termina capitão, posto com o qual não pode ser oficial de motores.

Estamos convencidos de que é necessário que os oficiais e sargentos classificados nas unidades moto de-

las não saiam antes de dois anos sómente assim haverá hábitos, sómente assim as unidades não gastarão além das verbas destinadas à manutenção, 60 % e às vezes mais de suas economias administrativas em material para substituição.

A manutenção é um hábito, é um vício, é um costume e isto só se adquire com a permanência, com a constância, com a continuidade...

Formamos motoristas em uma semana ou em quatro, o que dá no mesmo, ambas as turmas só vão adquirir os hábitos de manutenção no fim do 4º mês de trabalho constante. Mas formamos estes homens para o serviço e serviço não é instrução; no serviço eles ficam soltos, trabalham independentes, e assim, exercitam os maus hábitos que trouxeram da vida civil e os que aqui adquiriram na instrução apressada que receberam de instrutores que ainda não têm os hábitos desejados como dissemos...

Em outro trabalho que temos escrito avançamos a idéia de que para eficiência de uma unidade blindada ou também das motorizadas às quais poderão estender a afirmativa os que tiveram experiência para fazê-lo, 50 % do tempo de trabalho devia ser dedicado à manutenção. Está claro que quando falamos em manutenção não nos referimos apenas ao brilho da couraça, às graxeiras repletas, aos reservatórios cheios, etc. etc., mas ao conjunto de todas as medidas necessárias e prescritas relativas a todos os órgãos, peças ou partes da viatura postas em ação no momento exato e o quanto necessário. Essa é a manutenção a que nos referimos, ligada, como é natural, a normas de conduta por todos religiosamente seguidas sempre...

Muita gente não faz idéia de que todo o mau funcionamento das viaturas sobrevem totalmente da falta de manutenção.

Apesar da luta travada a todo o momento para estimular o cuidado com as viaturas, luta que se prolonga durante a aquisição de peças e mais peças para a substituição, a batalha pela manutenção não dá trégua, mas devido às circunstânc-

cias que acima citamos (deficiência dos quadros) não é constante, é descontínua, varia de intensidade e sobretudo não é regular; dai o esforço que exige daqueles que sentem a importância do assunto e que possuem a responsabilidade pela conservação do material.

A manutenção é o pilar mestre da subsistência da eficiência das unidades motomecanizadas ou blindadas.

Se no quartel, na doce paz da paz a manutenção é deficiente, na guerra, em campanha o que haverá?

Se a cavalaria hipo é difícil de improvisar, a blindada é difícil de manter.

Não há dúvida de que os contingentes que recebemos não têm o hábito da lide com material automóvel ou mesmo com máquinas, daí a não existência entre os homens que os compõem da mínima noção do cuidado que um engenho dêstes exige.

Noções como os EE UU, a Inglaterra, etc. nas quais se não nos enganamos há 32 veículos para 100 habitantes, enquanto entre nós há 0,8, e, onde há máquinas para tudo, o homem vem para a caserna às mais das vezes com noções claras dos cuidados que essas máquinas exigem para que continuem funcionando.

Entre nós onde o homem vem conhecer no quartel a escova de dentes, o papel higiênico, a máquina não lhe inspira respeito algum e é difícil em poucos meses, com a enorme gama de assunto a tratar em tempos tabelados, habituá-los aos cuidados que a máquina exige: os horários ou os prazos e as quantidades devem ser observadas com atenção quando se trata de atender uma viatura.

A viatura é uma criança que exige atencioso cuidado: alimentação, banhos, outras higiènes, verificação de temperatura, do funcionamento de todos os órgãos, etc. etc. na hora certa, sob pena de perturbar-lhe a vida, a existência.

Em síntese, um general ao retirar-se para a reserva constata que do nascimento da motomecanização

entre nós até o presente momento, mais ou menos uma década, em manutenção não evoluímos.

Sendo a manutenção a vida das unidades a motor, de nada adianta novas táticas ou estratégias, sonhos, desvaneios, com relação ao emprêgo dessas unidades, porque na execução tudo falha.

Nada há mais entrelaçados que a situação de uma unidade a motor e seu emprêgo: sabemos que essa dependência entre emprêgo e meios há sempre, mas aqui é diferente, se a situação não é ótima na primeira missão, para a segunda a unidade poderá contar apenas com 30 % de seus meios.

A viatura a motor é como um organismo humano, o mau funcionamento de uns órgãos afeta outros e às vezes um mal pequeno não pressentido, em horas, se transforma em outro muito maior...

* *

Há dez anos comete-se o mesmo erro: ou persistimos no erro ou os homens que erram não são os mesmos...

Na verdade faz-se alguma coisa *quant même*, mas só nós sabemos como fazemos; só nós, os executantes sentimos que essas coisas não podem ser repetidas: o material dá o máximo em um mínimo de tempo... o que é realmente um mínimo.

Uma constatação se pode fazer facilmente, que talvez tenha relação com essa equação: cada vez temos menos oficiais com o curso de motomecanização nas unidades que dêles precisam.

Outro dado que nos merece estudo é o seguinte: nenhum oficial devia permanecer menos de dois anos em uma unidade motomecanizada ou blindada.

Outro, as unidades acima constituem escolas muito úteis, porque nelas a tática é caudatária da situação das viaturas; cuida-se das viaturas para fazer a tática: os oficiais e sargentos adquirem a prática que não se adquire em cursos de 6 ou 8 meses onde se estuda tudo (vivem com as viaturas).

CÁLCULOS A JATO "HAMANN"

A super-rápida calculadora elétrica criada pela
precisão da técnica alemã!

**SOMA, DIMINUI, DIVIDE, MULTIPLICA
EM SEGUNDOS**

DISTRIBUIDORES: MÁQUINAS IMPORTADORA LTDA.

RIO: Rua Visconde de Inhaúma, 134, 17º and. e loja

Tels.: 43-1618 — 43-1619 — 43-7538

SAO PAULO: Rua Libero Badaró, 462, sobreloja

BELO HORIZONTE: Rua Bahia, 752

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!

MAIS SEGURANÇA!

MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



(N. 18)

O PENSAMENTO MILITAR SOVIÉTICO

Pelo Comodoro do Ar D.R.H. SPAIGHT
Do "Journal of the Royal United Institution".

Traduzido, data vênia, da Revista Militar (Argentina, de fevereiro de 1952, pelo Ten.-Cel.
FLORIANO MÖLLER



ALVEZ seja exagero dizer que os ingleses esperam que todas as pessoas do mundo inteiro reajam, numa determinada situação, da mesma forma que elas o fariam. Na maioria das vezes esta característica pode causar apenas ligeiros inconvenientes, mas é perigoso no que se refere ao pensamento militar. Tal assertiva é particularmente correta no que respeita à União Soviética.

Com freqüência faz-se menção das diferenças que existem entre um europeu e a heterogênea massa de indivíduos que compõem a República Soviética, mas essas diferenças nunca foram minuciosamente explicadas, pelo menos entre a massa da população. Em consequência, é compreensível que muitas pessoas admitam que os soviéticos atuem e reajam, em questões militares, da mesma forma que o fizeram os nazis na última guerra. Nada pode estar mais afastado da verdade. O pensamento militar soviético foi construído sobre bases muito diferentes das demais nações européias. Em alguns aspectos, está atrasado de um século em relação ao resto do mundo terrestre.

É bem verdade que as condições normais da Rússia, com seu ilimitado potencial humano e sua muito limitada maquinaria, situam desde logo esse país em uma categoria aparte. A falta de contacto com o mundo exterior e a iniciais doutri-

nação comunista, junto com as condições de vida primitivas que imperaram na maior parte do país, formaram hoje em dia um povo forte, obdiente e completamente indiferente aos sofrimentos e às perdas de vidas humanas. Mas estes fatores, se bem que possam influir no emprego tático dos soldados em campanha, não têm influência no pensamento estratégico do Alto Comando.

Soubemos que na última guerra os processos soviéticos foram muito diferentes dos de seus aliados e também dos do inimigo. Todos os que foram testemunhas de tais processos ficaram assombrados por sua crueldade, mas que resultaram eficientes contra um inimigo desmoralizado e exgotado. Os processos empregados pelos chineses na Coréia têm um evidente tom familiar e é razoável supor que os soviéticos estão se valendo dessa campanha, da mesma forma que os nazis utilizaram a Espanha, com o fim de experimentar processos táticos e equipamentos.

Nesse aspecto, um estudo da campanha da Coréia ou, por exemplo, do avanço através dos Balkans e de Budapest até Viena em 1945, pode dar uma idéia dos métodos soviéticos em campanha. Mas isto não nos dará uma idéia da mentalidade diretora que se encontra atrás das forças, nem das linhas de conduta prováveis dos soviéticos para planejar uma grande campanha ofensiva no futuro.



Muitos dos comandantes de campanha soviéticos têm a mentalidade simples do General Nathan B. Forrest, que adquiriu fama na Guerra Civil Americana: "Eu chego ali primeiro, com a maior quantidade de homens." Todos rendem culto à artilharia, como o Deus das batalhas. Poucos são os que podem avaliar as possibilidades da Aviação que, mesmo em 1945, nunca chegaram a empregar além dos limites de ação da artilharia de longo alcance. Mas, não são eles que planejam e dirigem as operações; são mero executores. A máquina do Alto Comando é lenta, emperrada, mas muito minudente. Como todos os planos elaborados por uma comissão, seus planos carecem de flexibilidade e não permitem a um comandante "correr risco". Os mesmos defeitos são evidentes em toda organização soviética, desde seu sistema agrícola interno até sua política exterior. Em consequência, é normal admitir sua aparição na esfera militar.

Se queremos tentar compreender a perspectiva militar soviética, devemos estudar os pensadores militares em cujos trabalhos se baseia a sua teoria. Sómente quando conhecemos o mestre da guerra que seguem, poderemos ter a veleidade de predizer o que hão de fazer no campo de batalha. Embora conheçamos perfeitamente os grandes pensadores militares de outras nações e quiçá tenhamos, inclusive, alguma idéia de até que ponto sejam seguidas as teorias de um e outro em qualquer país em particular, ignoramos de maneira singular, tanto os autores militares soviéticos, quanto a linha de pensamento que, na atualidade, exercem influência sobre o Alto Comando.

Pode ser de utilidade refletir um pouco sobre as tendências que o Alto Comando russo seguiu no passado.

Antoine Henri Jomini, em certo período, general de brigada no Exército de Napoleão e a seguir

general a serviço russo, desempenhou um papel decisivo na criação da Academia Militar Russa. Foi assessor militar do Imperador da Rússia desde 1813 até sua morte em 1869. Em seus últimos anos dividiu seu tempo entre a França e a Rússia e se acha documentado o fato de ter sido freqüentemente consultado pelo Imperador russo durante a guerra da Criméia, da mesma forma que Napoleão III solicitou sua assessoria antes de lançar-se na campanha italiana de 1859.

* *

Este soldado notável nasceu no cantão de Vaud, na Suíça, em 1779. Destinado a seguir a carreira de banqueiro, conseguiu com a idade de 17 anos ocupar um cargo semi-oficial e de importância secundária no Comando do Exército Francês durante a primeira campanha italiana do General Bonaparte. Chegou a ser chefe do Estado-Maior do Marechal Ney e ocupou esse posto durante a campanha que culminou com a batalha de Austerlitz. Posteriormente prestou serviços com Ney na Prussia, na Espanha e durante a retirada de Moscou. O fato de que nunca chegasse ao Alto Comando é atribuído por alguns à inimizade pessoal de Berthier, chefe do Estado-Maior Imperial. Quaisquer que tenha sido a causa, Jomini se tornou amargamente contrariado por não ter tido maior acesso, e, em agosto de 1813 abandonou a Fôrça Aliada, oferecendo seus serviços a Alexandre da Rússia. Surpreendentemente como era ainda cidadão suíço, tal fato não parece haver sido considerado como deserção ou traição.

Quando ainda se encontrava a serviço de Ney (após a Paz de Amiens), iniciou suas atividades como escritor militar com um tratado no qual comparava as campanhas de Frederico o Grande com as de Napoleão. Passando para a

Rússia continuou seus estudos e suas publicações. Sua obra teórica melhor conhecida e talvez a mais importante, é "Précis de l'Art de la Guerre" (1), em dois volumes, editada em 1838.

Admitiu-se a meude, ao entrar-se em contacto com os comandantes soviéticos durante a guerra e imediatamente após a mesma, que seus conceitos sobre a arte da guerra tinham um caráter nitidamente napoleônico. É razoável supor que Jomini, que era reconhecido como uma autoridade de primeira linha em questões militares; que fundou a primeira Academia Militar russa e que foi o mais prolífico autor de assuntos militares que viveu na Rússia na primeira metade do século XIX, seja ainda a influência predominante no pensamento militar soviético.

Considera-se que seus princípios fundamentais de estratégia são :

"1) Conseguir por meio de combinações estratégicas, que o grosso das fôrças de um Exército atue sucessivamente sobre os pontos decisivos de um teatro de guerra e, tanto quanto possível, sobre as vias de comunicações inimigas, sem comprometer as próprias ;

2) Manobrar de tal forma que se consiga empêchar o grosso das nossas próprias fôrças contra apenas frações das do inimigo ;

3) Na batalha, por meio de manobras táticas, orientar a maioria dos meios sobre o ponto decisivo do campo de batalha ou sobre a parte das linhas inimigas que seja mais importante destruir ;

4) Dispôr as coisas de tal forma que essas massas de manobra não só sejam levadas a atuar no ponto decisivo, senão também que sejam postas em ação com rapidez e simultaneamente, a fim de que possam exercer um esforço conjugado, no momento oportuno."

(1) "Epitome da Arte da Guerra", edição da Librairie Militaire de L. Baudoïn, Paris, 1894. Desta obra há uma versão condensada "Jomini's Art of War" do Ten.-Cel. J.D. Hittle do Exército Americano (em um volume), traduzida para o português pelo Ten.-Cel. Napoleão Nobre ("A arte da Guerra", edição da Biblioteca do Exército, Volume CXLII de outubro de 1949). (N.T.)

É interessante comparar êstes princípios com os processos adotados pelas fôrças chinesas na campanha da Coreia; e é quase impossível fugir à conclusão de que as mentes que dirigem esta campanha tenham sofrido a influência de Jominí. Ao se considerar a defesa

do Ocidente e ao se planejar de como fazer frente a uma possível agressão soviética, é bem possível que conduzisse a muito bons resultados um cuidadoso estudo dessa autoridade militar por parte de nossos estadistas e dirigentes militares.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, consequentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUÉSA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última fôlha e INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

UMA FASE CRÍTICA PARA A ARTILHARIA

D. EDUARDO MUNILLA GOMEZ

Comandante de Artilharia do Exército Espanhol (Revista de las Fuerzas Armadas — Venezuela).

Tradução e adaptação dos Ten.-Cel. CÉSAR NEVES e Major HERACLIDES DE ARAÚJO NELSON.

I — GENERALIDADES



M qualquer combate ofensivo, além das fases já consagradas e regulamentares (para um melhor estudo), podem ser apreciadas três etapas:

— a Preliminar, desde o momento em que se inicia a marcha até o instante em que se verifica o contacto com o inimigo (que engloba a aproximação e o contacto);

— a Intermediária (o ataque propriamente dito);

— a Final (primeiro o Aproveitamento do êxito e depois a Perseguição).

De todas elas não pode faltar a segunda que é, sem dúvida, a fundamental, como meio de chegar à terceira etapa, o objetivo mais importante de qualquer combate ofensivo a partir da hora em que começa a ser planejado. É a primeira, particularmente a aproximação, a que por ser a menos comum torna-se mais difícil para a Artilharia.

É nela em que os conhecimentos táticos do artilheiro têm que ser da melhor qualidade; onde de forma mais rápida e acertada terá que pô-los em ação e também as regras terão de ser forçosamente menos rígidas.

Se em qualquer das ações em que a Artilharia além de manobrar com seus fogos o deve fazer com

os seus materiais, tanto para adiantá-los como para retardá-los, se impõem verdadeiras situações críticas para a mesma, em nenhuma delas se faz sentir tão intensamente em seu conjunto como durante a Aproximação.

A Aproximação no combate ofensivo foi mal estudada na primeira guerra mundial, de vez que foi o combate defensivo o que pareceu sair vitorioso, o que influiu consideravelmente nas diferentes doutrinas do após guerra, especialmente na França. Na segunda Guerra Mundial, já não permaneceu circunscrita ao início das operações mas estendeu-se também a inúmeros casos. Se recordarmos o ocorrido na Coréia, no primeiro ano de guerra, vemos também, como as situações fugazes têm sido freqüentes, e em todas elas, qualquer unidade que se aproxima do combate ou perde o contacto, tem que acudir por força a ela.

Hoje podemos dizer que a Aproximação se efetuará nos seguintes casos:

— Início das hostilidades;

— Ruptura da frente pelo inimigo, especialmente quando ele dispuser de inúmeros elementos mecanizados, pelo que será necessário recorrer a dispositivos que permitam não ser surpreendidos pelos mesmos;

— Quando as grandes frentes em que se combate e os reduzidos efeitos que se dispõe em relação a

grande extensão do território não permitem fazer pensar em obter, de modo contínuo, o estabelecimento de linhas sólidas, com uma certa duração, e êste é o caso da maioria dos países sul-americanos.

Em síntese, podemos dizer que as situações em que se terá de empregá-la são atualmente mais freqüentes do que dantes, uma vez que a aviação e as unidades móveis blindadas do inimigo não permitem considerar a distância nas frentes de combate como condição suficiente para julgar-nos seguros. Hoje, mais do que nunca, devemos ter presente que "o inesperado ocorre sempre, e o inesperado o militar deve sempre ter previsto".

Grande parte do êxito com que se verifique esta aproximação há de reposar na rapidez compatível com uma adequada segurança.

Esta rapidez deve ser igual para todos os elementos, porque se não combinarmos de forma que sejam equivelozes, de nada serve que uns elementos o sejam e outros o não sejam, pois, teremos que lutar sempre com a inércia das tropas para se porem em marcha.

Para conseguir vencer esta inércia em menos tempo, não há como ter chefes que sejam capazes de imprimir uma forte impulsão, como também possuir um melhor treinamento da realização de tais marchas.

É comum encontrarem-se chefes decididos e com uma pronta compreensão dos problemas e dos incidentes do combate, com os quais se deve contar nestes casos; sem dúvida acontece faltar a correspondente prática na realização das missões de aproximação, às quais acontece estar sempre pouco acostumada a Artilharia, habituada como geralmente está, a realizar o seu treinamento no plano técnico. Recusa-se a tomar parte em marchas, se sabe realizar tiros precisos tal como convém ao ataque ou à defesa, porém na prática verifica-se que em todos os Exércitos falta o treinamento nessas duas situações tão transcedentais como são: a aproximação e a retirada, apesar de que estas ações terão uma im-

portância decisiva no desenvolvimento ulterior das operações.

A razão disto é que a realização de uma marcha de aproximação exige muito tempo, e ao fazer-se terá que ser forçosamente interrompida, súbitamente, na maioria das vezes, antes de ser terminado o primeiro lance, por culpa dessas limitações no tempo, que tornam difícil a efetivação e o regresso aos quartéis, dentro do número de horas disponíveis para a instrução, especialmente quando se trata de unidades que não são motorizadas.

Também influi nisto que para se tornarem verdadeiramente provelosas e não desembarem numa marcha comum e corrente, é preciso que a Artilharia atue colaborando com a Infantaria, e êsses exercícios se vêm sempre limitados em número, e dada a sua raridade procura-se aproveitá-los para as fases intermediárias do combate offensivo.

Por tudo o que foi dito e pela pequena importância que se tem dado últimamente a esta fase preliminar, que está inteiramente ligada à guerra de movimento e às suas possibilidades; eis a razão pela qual nos preliminares nós omitimos quase sempre, e a falta de treinamento nestes começos acontece ser fatal na hora de atuar. E se assim ocorre no que concerne o quanto aos preceitos táticos que regem, fácil será de compreender e de ver que muito raro possa ser executada com perfeição.

Segundo o General Martinez Campos "Marcha de Aproximação" é defensiva em movimento. Sua impulsão se obtém com a Infantaria ou com os carros.

Baseia-se, aquela marcha, na execução de uma série de lances durante os quais o meio que se impulsiona e se desloca está sob constante amparo do meio que protege; e, claro está que tais lances terão um limite bem grande cada vez que, por imposição da velocidade (no caso de unidades mecanizadas) ou por questão de continuidade (se a impulsão é grande), as marchas se distanciem devidamente.

Em nenhuma fase é tão importante que o conjunto tenha uma

grande flexibilidade. No militar como no atleta quanto maiores forem os saltos que tenha de dar mais importância tem — sejam as vanguardas ou as pernas — que estejam bem flexionadas para que o choque se dê com flexibilidade e não se transforme em pernas ou cabeças quebradas.

Da idéia desta flexibilidade é conhecida a semelhança da marcha da lagarta que se não deve limitar às simples contrações e distensões dos mencionados animais, mas que apurando-a deve-se reparar que a lagarta depois de se contrair, levanta a cabeça em tódas as direções como se antes de se distender de novo para a frente quizesse esquadrinhar o seu limitado horizonte. Da mesma maneira, fundamental na aproximação é a boa observação, em cuja qualidade há de se apoiar a segurança das tropas que marcham.

Quando o General Patton aconselhava as suas unidades que avançassesem sem se preocuparem com os seus flancos que o inimigo já se preocupava com eles, não enunciava paradoxo algum, pôsto que ele não dizia que a sua própria aviação se encarregava de avisar-lhe em tempo, a presença das unidades inimigas. E era com a segurança dessa observação, que ele podia despreocupar-se, momentaneamente, dos seus flancos e lançar-se em profundidade.

Sempre que se dispuser de uma observação adequada e flanco-guards apropriadas será possível que ganhem em velocidade as unidades que marcharem nesta fase.

O cego ou aquél que caminha numa região às escuras, tem que ir tateando tudo e andando com muita precaução a qual é desnecessária para quem vê com clareza tudo o que encontra pela frente.

Apesar de ser clara a imagem da lagarta, a que pareceu mais acertada, no momento atual, sobretudo quando se trata de formações motorizadas ou mecanizadas, é a de compará-la a um guarda-chuva que na progressão vai um tanto fechado, porém quando encontra alguma resistência tem a tendência a se abrir e que volta a fechar-se quando esta-

resistência é dominada, para conseguir ir novamente depressa.

Isto é, para as tropas em seu avanço não se pode prescindir da sua aerodinâmica, uma vez que se adotam formas amplas na frente e compactas na quantidade, quando for necessário oferecer resistência e não importa tanto a velocidade; quanto à segurança, empregam-se as formas mais estreitas e alongadas quanto querem aumentar a velocidade.

E para terminar com estas considerações gerais bom será recordar que nesta fase a Artilharia, da mesma maneira que as demais Armas, deve subordinar tudo à sua segurança, evitando tornar-se vulnerável, pois de nada serve ir depressa se as tropas chegam moral e fisicamente em más condições para combater, o que é tão frequente nos terrenos montanhosos, quando os aclives são fortes, ou nos casos em que a má qualidade das estradas torne a marcha difícil.

As prescrições anteriores deverão ser observadas ao máximo quando se entra no alcance da artilharia inimiga, que estando em condições de poder realizar tiros sobre pontos de passagem obrigatória, tem possibilidade de causar muito mais danos às formações que se apresentarem em formação compacta e incautamente. E para evitar ser destruída nas primeiras mudanças de posição, convém levar apenas os elementos indispensáveis, escalonando-os de acordo com o modo pelo qual devam entrar em posição.

II — A ARTILHARIA NA APROXIMAÇÃO

Uma circunstância influiu extraordinariamente na atuação da Artilharia durante a aproximação: é a dificuldade para um pronto remuniciamento sobre tudo quando se marcha em terrenos difíceis. Em consequência, deve-se procurar economizar ao máximo a munição e o consumo que da mesma deve ser reduzido ao indispensável à regulação do tiro para entrar na eficácia desde os primeiros momentos. As Unidades a serem apoiadas devem ter isto bem presente e não

fazer pedidos de fogos para os objetivos que possam bater eficazmente com as próprias armas de acompanhamento.

Aqui acontece o mesmo que com a uma pessoa que saindo de casa com uma razoável quantia de dinheiro, realiza uma viagem que não sabe quanto tempo vai durar, e começa a comprar, sem tino nem tento, quinquilharias e pequenas coisas que lhe vão dissipando o seu cabedal. Chegará a ocasião em que se verá em mais de um apuro, terá que parar em um hotel enquanto não lhe chega uma nova remessa de dinheiro, terá que passar pelo dissabor de alguma conta sem pagar, e até é possível que se lhe apresentem ocasiões de novas aquisições vantajosas, que desta forma se perdem. Assim, também, apuros, paradas e pedidos urgentes não serão raros nas colunas que malabararem seus cabedais de artilharia.

Outra circunstância ocorre nos países onde temos abundantes terrenos nos quais o automóvel tem que marchar exclusivamente por estradas, ainda que seja do tipo "qualquer terreno", o que nos obriga a empregar a artilharia de dorso, como é o caso nas regiões montanhosas ou dos caminhos estreitos.

Em tais casos a Artilharia tornase pouco apta para acompanhar as colunas, não tanto pela sua velocidade, quanto pela sua falta de capacidade para alcançar novamente a coluna, se começar a realizar freqüentes entradas em posição. Razão esta pela qual a Artilharia deverá reagir em ocupar posição quando não fôr de real necessidade, pois se as suas paradas forem freqüentes, a Infantaria pode ver-se privada dos seus fogos durante espaços de tempo mais ou menos longos. Portanto, a Artilharia seguirá na coluna até que o valor das resistências encontradas obriguem ao desdobramento, na forma que mais adiante será indicada.

Como as resistências podem surgi de maneira inopinada, será necessário que o tempo que se perde em efetuar os primeiros tiros, a partir do momento em que a re-

sistência se manifestou, seja reduzido ao mínimo.

A fim de que esta rapidez seja a maior possível, é necessário que tenham sido previstas, para tôdas as ocasiões, posições e observatórios e, até, que se tenham preparados os tiros sobre os diferentes objetivos aonde se presume possam apresentar-se resistências. A escolha dos observatórios, que é o fundamental nesta fase, obrigará a que as posições se subordinem a êles e tenham que se situar nas suas proximidades com a finalidade de simplificar ao máximo todos os problemas de comunicações. A missão de ir reconhecer tais posições e observatórios será atribuída aos Destacamentos de Reconhecimento.

Os Destacamentos de Reconhecimento, de composição variável, são dotados de aparelhos topográficos e de observação e às vezes podem levar algum equipamento destinado à construção de um pequeno circuito telefônico. Estes Destacamentos seguem com as vanguardas, marchando a uns 500 metros dos seus elementos mais avançados, com a missão de reconhecer os itinerários a serem percorridos e ir estudando as diferentes posições que poderão ser ocupadas pela Artilharia; posições estas que deverão estar distanciadas, sucessivamente, umas das outras, e um par de quilômetros e, proximas das estradas para que a ocupação seja quase imediata, permitindo, também, pela sua situação central dominante e avançada, bater as estradas de acesso ao adversário e as suas posições chaves.

O fato de não se poder deixar, em momento algum, sem apoio a Infantaria, poderá levar a organizar a Artilharia em dois escalões; dois escalões que aparecem em quase tôdas as fases da Artilharia.

De particular interesse é que exista, nesta fase, uma ligação efetiva entre a Artilharia e a Infantaria. As Turmas de Ligação da Artilharia serão destacadas para junto da unidade apoiada, no caso de não ser possível, como parece o mais lógico e desejável, que exista a justa-posição de postos de comando.

Para esta ligação nós os artilheiros devemos contribuir com todos os nossos meios; e que também os Comandos das Unidades de Artilharia sigam sempre o mais a frente possível será a melhor forma para que se leve a bom termo.

O Artilheiro, na maioria dos casos, não deve esperar que lhe seja feito o pedido de fogo, pois em seu espírito deve ir prescrutando e até buscando com ansiedade a ocasião de poder oferecer os seus fogos, em condição de oportunidade e de eficácia.

Muitas vezes, embora em seu espírito compreenda que não deve desdobrar e o faça de modo suave, se julgar que com o uso dos seus fogos pode contribuir para a solução de uma situação, o fará com todo o interesse e entusiasmo que lhe merece a empresa. O infante que está alheio nestes momentos aos diferentes problemas de tóda a natureza que se apresentam ao artilheiro, se impacientará; por isso, devemos treinar as nossas unidades para que se desdobrem rapidamente os nossos Estados-Maiores, para que proporcionem os dados de tiro num instante. A coisa não é sempre simples, porém é necessário ganhar alguns minutos, ainda que sejam apenas segundos. De que servirão os nossos fogos se chegarem tarde demais? Se não houver um verdadeiro entusiasmo a esta idéia de proporcionar fogos eficazes rapidamente, podemos dizer que deixamos de cumprir um dos nossos principais deveres. "Apoiar a Infantaria acima de tôdas as coisas".

III — A ARTILHARIA NA VANGUARDA

Até agora temos nos referido às características gerais da Artilharia nesta fase; para completar os seus estudos, forçoso será penetrar mais no problema, de limitar atribuições e passar ao estudo em separado da Artilharia de Vanguarda e a do grosso; cuidaremos com particular interesse da primeira, por ser a que tem uma atuação mais decisiva e por ser a na qual se pode encontrar um maior número de dificuldades.

A não estarem as vanguardas em condições de serem apoiadas pelo grosso no devido tempo, é necessário, sempre que fôr possível, atribuir Artilharia às Unidades que vão na mesma, dependendo sempre êste número da fôrça que a compõe e da missão que lhe cabe, estando também relacionada com as dificuldades do terreno em que se desloca, uma vez que nas montanhas e nos terrenos difíceis as vanguardas terão de ser sempre mais potentes, pela necessidade de que solucionem elas mesmas seus próprios problemas, uma vez que a chegada do grosso se retarda sempre de muito.

Os primeiros combates não precisam da concentração de muitos fogos, por não exigí-los assim a natureza dos objetivos. As vanguardas no máximo devem ser atribuídos um ou mais grupos. O Grupo tem a vantagem de poder dividir-se em dois escalões (um de duas Baterias e o outro de uma), de forma que possam escalar alternadamente uma fração ocupando as linhas ímpares e a outra as pares, até que ao chegar ao contacto se reunam em uma só.

Na hora de dosar a quantidade de Artilharia a enviar com a vanguarda, o terreno é que vai decidir, pois se as possibilidades logísticas das estradas forem reduzidas ao enviar muita artilharia pode ser muito embaraçoso, e até quase contraproducente.

Aqui se passa o mesmo com o leite, que é muito bom, e pode fortalecer e restaurar, porém ninguém tem dúvida de que a vaca fica muito contente e satisfeita quando se vê privada dele. Um úbere cheio é muito dolorido, e, afinal, impede o movimento. Procuremos não encher demasiadamente os úberes das vanguardas.

Quando à noite ou por qualquer outra circunstância, a Artilharia não segue com a vanguarda, será sempre recomendável que marche com ela uma Secção de reconhecimento, devendo além da missão que anteriormente lhe foi atribuída, a missão de ligação em condições de prevenir o grupo, que se deslocar

com o grosso, sobre qualquer contingência que se possa apresentar, e também qual a melhor maneira de atender à mesma, e em condições de a qualquer momento poder informar ao Comandante da Vanguarda a respeito das possibilidades da Artilharia, em cada caso.

Que espécie de Artilharia devemos atribuir a esta Vanguarda? Nos itinerários que disponham de boas estradas poderão ser empregadas Baterias Motorizadas e até Secções das mesmas, que nas vanguardas podem desempenhar um excelente papel, como o fizeram os alemães na Campanha dos Balkans. Precisamente este tipo de material, é nestas fases de movimento que tem uma verdadeira utilização pois por querer fazer dele um emprêgo quase geral, o problema varia notavelmente e se expõe a mais de um fracasso, como foi o caso de várias ações dos aliados na campanha da Itália. Sua velocidade e as possibilidades de atuação em pontaria direta podem permitir resolver de maneira imediata pequenas resistências que se possam apresentar na progressão. Sua pronta intervenção, faz com que se possa assimilar a sua forma de atuação a dos touros bravios que investem furiosos contra o pano vermelho, que para eles representa qualquer objetivo que resista ou moleste a Infantaria; tendo como contra-parada o grande perigo de cair sob a punção de uma "Bazooka", de um engenho anticarro ou da própria artilharia inimiga.

Será à artilharia motorizada e dentro dela aos pequenos calibres, uma vez que interessa mais a velocidade do fogo que a potência, sobre quem recairá normalmente a missão de acompanhar as vanguardas, por sua pronta entrada e saída em posição e pelas possibilidades de alcançar as colunas.

Porém, serão muitas as ocasiões em que, em terrenos difíceis e fálicos de estradas adequadas, ter-se-á que recorrer à Artilharia de Dorso, que na Itália tanto deixaram em falta os aliados. Se a mecanizada cumpriu o papel de touro, esta acompanhando a Infantaria nos seus

movimentos, em seus desconfortos e nos seus perigos, se comporta como um cão fiel, que a acompanha e a protege em qualquer situação embaraçosa na qual se possa haver comprometido, e que, se não lhe falta olfato, até o poderá prever. Em todos os momentos e circunstâncias terá que atuar com decisão e acerto como um fiel mastim, como um irascível "Fox-terrier" ou como um inofensivo.

Quanto ao lugar que a Artilharia deve ocupar dentro da Vanguarda, não se pode estabelecer uma regra geral, uma vez que dependerá substancialmente do tempo que possam tardar em desdobrar em apoio à mesma, além do que este tempo varia com os três fatores: terreno, inimigo e meio de tração que a Artilharia utilize. Ultimamente pode-se dizer que quanto menor for a velocidade da Artilharia tanto mais possibilidades haverá de encontrar com o inimigo, e quanto maiores dificuldades ofereça o terreno para o desdobramento, mais à testa da coluna deverá marchar a Artilharia de apoio às vanguardas.

IV — A ARTILHARIA NO GROSSO

A Artilharia que marcha com o grosso, não acontece tropeçar com as mesmas dificuldades que a da vanguarda, razão pela qual é pouco o que dela devemos acrescentar ao que já foi dito.

Dentro do grosso se organizarão com freqüência colunas mistas de modo que se possam separar as diferentes colunas quando necessário. A Artilharia irá na testa do grosso, a fim de que a sua intervenção seja caracterizada pela rapidez, uma vez que o seu desdobramento e preparativos são sempre mais lentos do que os restantes elementos do grosso.

Sendo normalmente a Artilharia a parte mais vulnerável do grosso, para reduzir a profundidade ocupada pela mesma evitando surpresas e para dar uma maior flexibilidade ao conjunto, as baterias de ordinário irão separadas nos seus segundos escalões (precaução fundamental da Artilharia de Montanha).

É necessário tornar extensivo ao grosso o que já foi dito quanto a um moderado consumo de munições, que sómente seráoutilizadas quando forem realmente necessárias. Dado que a missão principal deve ser facilitar a progressão da própria Infantaria, temos de dar ordem de prioridade dos objetivos da seguinte maneira:

— Elementos mais avançados de fogo da Infantaria inimiga;

— Unidades de Artilharia inimiga que façam um fogo mais certeiro sobre a nossa Infantaria;

— Fôrças do inimigo em movimento que se apresentem a distâncias de fogo eficaz.

A ligação Artilharia-Infantaria não se poderá perder nem um instante siquer, especialmente quando se aproximar o contacto com o inimigo. Neste momento verifica-se por meio de uma série de relâmpagos e de descargas entre os nossos elementos ofensivos e os do inimigo, um intercâmbio de faiscas que são o augúrio da tormenta que se avizinha.

RELAÇÃO DE LIVROS À VENDA NESTA REDAÇÃO

	Cr\$
As Repúblicas Hespanas S. Americanas — Major Ayrton S. Freitas.....	20,00
As Condições Geográficas — General Mario Travassos.....	10,00
As Manobras de Nioac — General Bertoldo Klinger.....	5,00
Aspecto Geográfico Sul Americano — General Mario Travassos.....	10,00
Algumas Coisas da Rússia — Coronel J.B. Magalhães.....	12,00
A Compreensão da Guerra — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00
A Linha de Fogo na Guerra — Capitão Germano Seidl Vidal.....	6,00
A Batalha de Roma — Capitão Geraldo de Menezes Côrtes.....	18,00
A Batalha do Monte das Tabocas — Coronel J.B. Magalhães.....	12,00
A Guerra de Sucessão — Artur Carnauba.....	5,00
Artilharia de Dorso — Capitão Otavio A. Velho.....	15,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — M.F. Castelo Branco.....	15,00
Abreviaturas M.N. Americanas — Capitão Otavio Alves Velho.....	5,00
A Fôrça Mecanizada — Silvio do Amaral.....	60,00
Bateria de Acumuladores — Archimedes P. de Oliveira.....	15,00
Balistica Externa — Coronel Morgado da Hora.....	60,00
Crônicas de Guerra — Coronel Olivio G. de Ueda.....	30,00
Cartilha da Mocidade — Coronel Micaldas Correia.....	8,00
Contribuição para a Guerra Brasil B. Aires — General Bertoldo Klinger.....	6,00
Centralização do Tiro — Breno B. Fortes.....	6,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Major Antônio S. Junior.....	50,00
Dêm Estadios ao Exército — Coronel Jair J. Ramos.....	30,00
Ensaio Sobre a Informa na Guerra — Coronel José Horácio Garcia.....	15,00
Estudos dos Morteiros — Capitão Gustavo Lisbôa Braga.....	7,00
Estratégia dos Terros — Coronel J.B. Magalhães.....	15,00
Fichário dos Instrutores de Ed. Física — Coronel Jair Jordão Ramos.....	20,00

	Cr\$
Formulário do Contador — Capitão José Sales.....	5,00
História do Brasil no Reg. Colonial — Major A.A. Souza Ferreira.....	20,00
História Militar Geral — General Pedro Cordolino.....	300,00
Intendência em Campanha — Major José Sales.....	35,00
Instrução na Cavalaria — Coronel José Horacio Garcia.....	5,00
Inst. e Observação nos Corpos de Tropa — Coronel Armando B. Gonçalves.....	9,00
Instrução de Morteiros — Major Euro L. Martins.....	8,00
Informações Militares — Coronel Idalio Sardenberg.....	45,00
Instrução Militar Moderna.....	45,00
Justiça Militar — Coronel Niso de Viana Montezuma.....	20,00
Lança-Rojão — Capitão Gustavo Lisbôa Braga.....	7,00
Metralhadora P.50 — Capitão Gustavo L. Braga.....	20,00
Metralhadora P.30 — Capitão L. Braga.....	20,00
Morteiro de Gutemberg.....	10,00
Manual de Socorrista de Guerra — Raul Briquet.....	20,00
Monumentos Nacionais. Sta. Cat. e Sergipe — Coronel J.B. Matos.....	25,00
Noções Elementares do Tráfego — Coronel Mourão Filho.....	10,00
Noções de Eletricidade — Capitão José M. Oliveira.....	30,00
Noções Topografia Campanha — General Paes de Andrade.....	12,00
Narrativas auto biográficas — General Bertoldo Klinger.....	25,00
Ortografia Simplificada — General Bertoldo Klinger.....	20,00
O Exército Alemão — Tradução do Coronel Leony O. Machado.....	25,00
O Fenômeno Militar Russo — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00
O Serviço de Informações e Transmissões — Major Geraldo M. Côrtes.....	11,00
Probabilidade e Dispersão do Tiro — Coronel Morgado da Hora.....	60,00
Psicologia de Aprendizagem — Prof. Lourenço Filho.....	5,00
Patrulhas Mecanizadas — Capitão Calderari.....	5,00
Palavras à Juventude — Prof. Daltro Santos.....	25,00
Síntese de Estudo, História e Geografia — Major Peixoto.....	15,00
Tática de Infantaria nos Peq. Escalões — Coronel José Horácio Garcia.....	15,00
Travessia de Cursos Dágua — Coronel José Horacio Garcia.....	7,00
Transferido Militar — Carlos Morim.....	25,00
R.P.I.Q.T.....	10,00
O Tiro de Grupo nas Int. Rápidas — Breno B. Fortes.....	6,00
A FEB pelo seu Cmt. — Marechal Mascarenhas de Moraes.....	60,00
Lei Movimento de Quadros — Major Heraclides Araujo Nelson.....	20,00
Lei do Serviço Militar — Major Heraclides Araujo Nelson.....	30,00
Topografia Militar — Coronel Olivio G. de Uzeda.....	120,00
R/2.....	8,00
Código de Vencimentos e Vantagens — Capitão I.E. Antonio F.L. Pinheiro.....	50,00
Problemas do Brasil — Coronel Adalardo Fialho.....	30,00

NECESSIDADE DE UMA AVIAÇÃO DE APÔIO IMEDIATO

General de Brigada CRÉPIN

Traduzido data vénia da "Revue de Défense Nationale", de agosto-setembro de 1953, pelo Major FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA



S oficiais do exército terrestre conhecem bem a importância de que se pode revestir a ação da aviação em benefício das unidades que êles empregam no combate. Isso os conduz a solicitar ajudas aéreas cada vez mais numerosas e a desejar que essas ajudas possam ser obtidas em prazos reduzidos. Que espécie de aviação e que aparelhos podem atender a êsses desejos justificados?

A Fôrça Aérea tem por missão precípua travar a batalha estratégica aérea, seja atuando independentemente, seja atuando em Quadro aeroterrestre. Os aviões de características aperfeiçoadas, que lhe são indispensáveis para conduzir a bom termo essa missão decisiva e fundamental, serão sempre em pequeno número, em virtude de seu preço de aquisição elevado. As servidões técnicas que são inerentes às suas características, tornam, por outro lado, muito delicados os problemas de ligação com as fôrças terrestres, particularmente durante os combates móveis de um início de guerra. As demoras de intervenção continuam a ser, em todos os casos, um fator muito importante. Dêsse modo, êsses aparelhos serão mal empregados em ações de importância secundária, em pro-

veito das grandes unidades terrestres, não se justificando ações dessa natureza, senão em casos de crises graves ou nas fases decisivas das batalhas ofensivas.

Pedir mais seria utópico e conduziria, por outro lado, à dispersão de esforços e ao mal emprêgo das qualidades intrínsecas da aviação de características aperfeiçoadas.

Não obstante, as unidades do exército terrestre veriam seu poderio ofensivo e defensivo, bem como suas possibilidades de manobra, grandemente aumentados, se pudessem dispor de um apoio aéreo em condições análogas àquelas que regem o apoio normal da artilharia. O grupamento tático de tôdas as armas, que é a célula básica do combate moderno, deveria poder integrar em sua manobra o efeito dos fogos de elementos aéreos que fossem considerados, mais como armamento terrestre independente das restrições da circulação no solo, que como aviação, propriamente dita. Tal modo de atuação seria extremamente eficiente e não se poderia aquilatar, então, o papel desempenhado pela aviação, nos acontecimentos, únicamente pelos resultados materiais advindos de sua ação. Nos combates de blindados, por exemplo, o sucesso se tornaria mais frequente para aquêle que pudesse dispor, no momento crítico, de uma liberdade de ação

(1) A expressão "aviação de terra" foi proposta, igualmente, pelo General de Divisão Jacquot, para bem salientar que se trata, mais de viaturas que escapam às contingências da circulação terrestre, que de verdadeiros aviões de combate, capazes de penetrar, profundamente, no dispositivo do inimigo.

recusada ao adversário, graças à presença, no céu, de uma aviação amiga.

O exemplo do combate de um grupamento tático blindado da 2ª Divisão Blindada, contra uma brigada blindada alemã, em Dompierre, é, particularmente, claro. O volume das baixas infligidas pela aviação foi, relativamente, pequeno; para sessenta carros de combate destruídos, ela não contribuiu, senão, com uma dezena. Não obstante, segundo a própria declaração dos combatentes terrestres, sua intervenção determinou a decisão do combate, até então indecisa. Todas as intervenções aéreas, sobretudo a primeira, permitiram aos nossos blindados manobrarem sem oposição e aproveitar a paralisia momentânea do inimigo, para ocuparem os pontos do terreno, cuja posse proporcionava vantagens decisivas.

COMO RESOLVER ESSE PROBLEMA?

É preciso, evidentemente, renunciar, para isso, à aviação de características técnicas avançadas, que deve permanecer de uso privativo da Fôrça Aérea e da Aviação Naval. Mas, o emprêgo de aviões de possibilidades mais reduzidas é possível no campo de batalha? Veremos, mais adiante, que a resposta parece dever ser afirmativa. Já a aviação de observação da artilharia, empregada de 1943 a 1945, podia permanecer no ar, malgrado a presença, em algumas ocasiões, da caça inimiga, é bem verdade que fraca (Tunisia e certas fases da campanha da França). Ela corria pequeno perigo, decorrente da defesa antiaérea inimiga, uma vez que se mantinha sobre as linhas amigas. Se tais aviões podiam importunar, de muito perto, os carros de combate alemães (exemplo da 2ª DB na Alsácia), não podiam atacá-los senão por meio dos fogos da artilharia ou guiando os carros de combate amigos, uma vez que, em si mesmos, elêss eram desarmados.

O avião de combate não é, propriamente, uma arma, mas única-

mente um transporte de armas, uma viatura de qualidades excepcionais. Ele não existia, antes que fossem descobertas armas que associassem a leveza, a potência e uma precisão aceitável a distâncias suficientes.

O que modifica todos os dados do problema é a existência certa de tais armas. Pela leitura da imprensa mundial, verifica-se que, desde algum tempo, todos os países se gabam de possuir, pelo menos em modelos experimentais: 1º) — foguetes que podem ser disparados com possibilidades muito satisfatórias de acertar em um objetivo, fixo ou móvel, até distâncias de 1.000 a 2.000 m. Esses foguetes poderão ser equipados, seja com ogivas de carga perfurante, capaz de atravessar a blindagem de todos os carros de combate conhecidos ou mesmo grandes espessuras de concreto, seja de uma ogiva anti-pessoal, de eficácia superior à de uma granada de artilharia de mesmo calibre; 2º) — de armas aéreas, aeroterrestres ou terrestres, auto-propulsadas ou tele-comandadas, cuja adaptação a aviões não deverá criar, senão, problemas técnicos simples, alguns deles, até, já resolvidos. Essas armas dispõem, em geral, de uma carga explosiva útil suficiente para as necessidades do campo de batalha. As invenções dos alemães, em 1944-1945, no campo das bombas voadoras de trajetórias corrigíveis, são outro exemplo das possibilidades do armamento dos aviões de características reduzidas.

Assim, sem fazer alarde de qualquer informação que não seja do domínio público, temos o direito de admitir que existe ou que deve existir, dentro de prazos reduzidos, armas poderosas e precisas, adaptáveis a aviões leves, e que permitam o ataque, com eficiência, dos objetivos do campo de batalha (carros de combate, viaturas, abrigos, pessoal desabrigado, etc.) a uma distância de 1.000 a 2.000 metros.

Sobre que tipo de transporte será conveniente montar tais armas? A resposta pertence, essencialmen-

te, à Fôrça Aérea, mas podemos, desde já, salientar certos aspectos. Esse transporte de armas deve satisfazer aos requisitos seguintes:

1º) Ser pouco custoso e fácil de fabricar; portanto, simples e leve; seria muito interessante que ele pudesse ser utilizado, desde o tempo de paz, em outras missões (instrução de pilotos, treinamento de civis nos aero-clubes).

2º) Ser de fácil pilotagem; o ideal seria que o piloto médio de aero-clube pudesse dirigí-lo, sem treinamento especial.

3º) Ser muito robusto e rústico e de manutenção fácil; seria necessário que sua manutenção corrente estivesse ao alcance dos meios e pudesse ser feita sob as condições da vida em campanha das unidades terrestres.

4º) Ser extremamente manobreiro, pois aí residiria sua principal defesa; o "teco-teco" clássico (L-4) é fraco, em potência, para poder satisfazer esta condição.

5º) Poder utilizar pistas de aterragem muito curtas ou em estado precário de conservação, de modo que suas pistas de trabalho pudessem estar o mais perto possível das unidades apoiadas, mesmo em locais onde fosse difícil mantê-las em bom estado.

6º) Poder transportar armamento suficiente.

7º) Possuir grande facilidade de observação (campo de vista), particularmente para a frente.

8º) Dispor de meios rádio que lhe permitissem entrar em contato com os elementos avançados (por exemplo, mediante a entrada nas redes rádio da artilharia).

Estabelecidas essas condições, cabe aos aviadores proporem a solução: Será necessário sacrificar, ao máximo, a velocidade à maneabilidade e à robustez? Será necessário procurar a proteção contra a defesa antiaérea em uma velocidade suficiente, nos voos a pequena altitude ou na blindagem? Será necessário a criação de um avião especial, ou se poderá prever o apro-

veitamento, mediante a adaptação indispensável, de aviões de treinamento já existentes, como, por exemplo, o Fouga CM-170 R? Será conveniente conservar os motores de pistões ou empregar o jato? Seria desejável que se experimentassem várias soluções, o que seria possível, sem grandes inconvenientes, se fôssem utilizados aviões já existentes ou em fabricação. Dentro tôdas as soluções possíveis, poder-se-ia considerar, de preferência, o Fourga CM-170 R e o Potez P-75, que representariam, sem dúvida, duas tendências das mais divergentes. Seria muito interessante, igualmente, experimentar um helicóptero bem pequeno, pouco custoso e de manutenção fácil, cujas pequenas dimensões tornariam difícil de ver e de atingir, tal como o Djinn, que é fabricado pela SNCASO.

Vejamos, agora, pormenorizada mente, as possibilidades de emprêgo de um desses aviões e escolhamos o P-75 (2), que se aproxima muito dos aviões leves familiares aos oficiais do exército de terra.

Este monomotor biplace de propulsão a hélice tem uma velocidade máxima de 300 km-h e uma velocidade operacional de 200 km-h. Seu motor, muito possante para um avião tão pequeno (450 cavalos) lhe dá a possibilidade, ao que dizem os técnicos, de, literalmente, saltar obstáculos, o que não seria possível ao "teco-teco" de motor muito fraco (65 cavalos). Será extremamente manobreiro e o fabricante supõe que o vôo a alguns metros do solo será seu modo normal de operar. O observador, instalado no nariz do aparelho e protegido por uma blindagem, disporá de condições de visibilidade notáveis; o trem de aterrissagem, de três rodas, será muito resistente. Será armado, de acordo com as missões, seja de foguetes anticarro ou antipessoal, seja de projéteis telecomandados e terá a possibilidade de não necessitar de se aproximar a menos de 800 a 1.000 m do

(2) Avião cujo modelo experimental será submetido a provas, próximamente.

alvo. Por outro lado, será, também, armado de uma metralhadora de 12,7 mm. O comprimento da pista necessária para as decolagens e aterrissagens ainda não foi calculado, mas pode-se esperar que seja pequeno, talvez apenas um pouco superior ao do "teco-teco".

A primeira objeção feita a seu respeito é a da vulnerabilidade. A experiência da última guerra mostrou que o "teco-teco" estava longe de constituir uma presa fácil para a caça inimiga. Para abater um "teco-teco" era necessário, muito frequentemente, que dois aviões de caça o atacassem, num movimento de tenazes. O P-75 será, simultaneamente, mais manobrero e mais rápido. As possibilidades de ser abatido serão diminuídas, igualmente, em consequência da diferença de velocidade observada entre o caça e seu alvo: o caça terá menos tempo para atirar e terá que fazer evoluções mais amplas. O vôo muito perto do solo, por seu turno, se torna cada vez mais perigoso para o caça, à medida que a velocidade aumenta. Os caças inimigos, pouco desejosos de passarem muito tempo ao nível do solo, em virtude do consumo de combustível, se encarniçarão pouco, sem dúvida, contra um adversário pequeno e tão esquivo, que constitui, além disso, um alvo menos remunerador que um caminhão pesado e, sobretudo, que um carro de combate ou um canhão. Um exemplo da pequena vulnerabilidade de um avião lento à caça moderna apareceu na revista "Aviation Week" de 16 de julho de 1951: "Há poucas semanas, na Coreia, um avião chinês, de um modelo que parece ser contemporâneo da 1^a Guerra Mundial, fêz incursões entre as tropas das Nações Unidas e suas comunicações. Os pilotos da Fôrça Aérea, que pilotavam caças a jato, ou mesmo caças mais lentos, de motores de pistões e, até mesmo, bombardeiros, foram incapazes de interceptar o minúsculo avião, demasiado lento, que evoluía, em todos os sentidos, a pequena altitude, sobre as linhas das Nações Unidas. Finalmente, apôs

vários dias, o intruso foi abatido, mas, somente, depois que um plano sagaz e custoso foi elaborado, conjuntamente, pela Fôrça Aérea e pelas tropas terrestres".

Para diminuir, ainda, mais, a vulnerabilidade, poder-se-iam tomar, por outro lado, diversas outras medidas. Graças a uma boa ligação com a rede de alerta antiaérea, esses aviões não levantariam vôo, senão quando não houvesse nenhum caça inimigo nas proximidades. A duração muito pequena do vôo de aproximação, impossível de ser assinalado pelo inimigo (6 minutos para 25 quilômetros) e a duração, também muito pequena, de cada intervenção, que uma ligação perfeita com as tropas terrestres teria permitido preparar, minuciosamente, tornaria, extremamente improvável, um encontro com os caças inimigos. Em caso de aparecimento inopinado dos caças, esses aviões poderiam mais rápido que os "teco-teco", se abrigarem em uma zona de proteção, criada pela presença de uma bateria de canhões antiaéreos de 40 mm, instalada para a proteção dos elementos terrestres da divisão, zona onde os caças teriam grande repugnância em os acompanhar; eles poderiam, também, se aproveitar da proteção aérea assegurada no momento em que aviões de melhores características técnicas estivessem operando, para complementar e reforçar a missão destes últimos.

Por outro lado, no leste da França e na Alemanha, particularmente, os aviões leves poderiam voar, aproveitando, de acordo com as necessidades, os poucos momentos de bom tempo, no decorrer dos períodos de vários dias, nos quais o tempo demasiado fechado impede os aviões de melhores características técnicas de se aproximarem do solo. Esta fórmula daria, no decorrer desses dias, uma grande parte das vantagens decorrentes de uma superioridade aérea local. À noite, esses aviões poderiam operar, sem nada temerem da caça inimiga.

Outra restrição é o da vulnerabilidade à defesa antiaérea. Em

sua forma de ação primordial, o ataque aos elementos avançados ou de contacto, sua vulnerabilidade à defesa antiaérea seria, praticamente, nula, pois estariam além do alcance eficaz das armas que são encontradas, normalmente, em poder dos elementos avançados. O aparecimento inopinado, de detrás de uma garupa ou de um renque de árvores e a pequena duração do ataque, tornariam, outrossim, muito difíceis as condições de tiro das armas da defesa, além de que seria fácil neutralizar, por meio da artilharia, os canhões antiaéreos que se revelassem. Tais aviões poderiam se aventurar no interior do dispositivo inimigo? Certamente, no caso de um avanço rápido de blindados, em terreno que não fosse completamente desprovido de vegetação. Nesses casos, as armas antiaéreas são colocadas, comumente, ao longo das estradas de acesso, que os aviões poderiam evitar, com facilidade. Em outras situações, sua intervenção seria mais aleatória e sua segurança dependeria, sobretudo, do vôo a altitudes muito pequenas, cuja eficácia é mostrada pelo exemplo seguinte:

No dia 23 de março de 1943, à tarde, na Tunísia, em Ksar Rhlane, um avião Fieseler Storch, alemão, extraviado durante a procura de pilotos alemães abatidos, conseguiu atravessar, em sua maior dimensão, todas as posições do destacamento "L", que dispunha de quinze canhões antiaéreos de 40 mm e de numerosos outros, de 20 mm e de 12,7 mm, voando entre 2 e 3 metros de altura, havendo conseguido escapar, dessa maneira, aos tiros das tropas inglesas e francesas, o que prova ser isso possível.

De qualquer modo, o ataque partindo das linhas amigas justificaria, por si só, a existência de uma tal aviação.

Como seria organizada essa aviação de apoio imediato? Para se conseguir o melhor rendimento, seria conveniente que ela pudesse se adaptar, constantemente, às evoluções da situação terrestre. A unidade básica, dispondo de, mais ou

menos, dez aviões, devia ser susceptível de poder ser empregada em apoio de uma divisão ou, no máximo, de um corpo de exército. Essas unidades elementares deviam estar em condições de viver, autonomamente, durante alguns dias, embora permanecessem ligadas, administrativamente, a uma unidade de nível hierárquico imediatamente superior, que centralizaria os assuntos administrativos e a manutenção e reparação do material de vôo. A Força Aérea poderia ser encarregada da organização dessas unidades.

A maneira mais econômica e mais eficiente para uma unidade desse tipo entrar em ligação com os elementos apoiados seria, sem a menor dúvida, a utilização dos meios de comunicações da artilharia, com quem, de qualquer forma, essa aviação teria que estar intimamente ligada, para sua própria segurança e para se poder obter uma boa coordenação de fogos.

Um Comandante de agrupamento de artilharia, que dispusesse de um "crédito de saídas" dessa aviação, poderia, sem dificuldade, obter, dentro de poucos minutos a intervenção precisa, ou quase precisa, de uma dezena de aviões, que é o próprio orientaria, dando instruções verbais a um dos pilotos, que já conhecesse e com o qual houvesse tido uma entrevista eventual, antes da operação.

Qualquer observador do campo de batalha, desde que dispusesse de meios para entrar na rede rádio da artilharia, poderia orientar esses aviões, sem maiores dificuldades. Seria necessário verificar, por meio de exercícios práticos, a necessidade ou não da instalação de postos rádio especiais, para as comunicações com esses aviões. Os campos de aterrissagem operacionais, que poderiam, eventualmente, ser diferentes dos campos de base, deveriam estar o mais perto possível das unidades a apoiar, para facilitar as ligações pelo rádio, os encontros pessoais e, portanto, diminuir os prazos de intervenção.

Tais unidades poderiam ser empregadas no desempenho da maior

parte das missões de apôio imediato que podem ser executadas pela aviação. Seriam, particularmente eficazes, nos combates de unidades blindadas, graças a uma ligação muito íntima e aos prazos diminutos de intervenção. Permitiriam, ainda, acentuar, com pequenas despesas e sem sobrecarregar os itinerários — as características de velocidade, de potência, de flexibilidade e de surpresa, elementos essenciais da ação dos blindados. Na manobra ofensiva, elas poderiam dar aos blindados amigos, e roubar aos adversários, a liberdade de ação no momento decisivo. No caso de irrupção de blindados inimigos em uma posição, sua intervenção quase instantânea, possível, mesmo no âmbito de uma situação confusa, permitiria ganhar o tempo indispensável à montagem de um contra-ataque. No decorrer de uma ação retardadora, suas intervenções, bruscas e repetidas, aliviariam os encargos das unidades blindadas, que correm, sempre o risco de serem aferadas e destruídas por um inimigo mais poderoso. Suas ações noturnas inquietariam e retardariam as colunas blindadas lançadas em aproveitamento do êxito. Tais unidades, dependendo pouco do apôio logístico, em virtude da leveza de sua organização, teriam consideráveis possibilidades de deslocamento, muito superiores às das unidades terrestres. Contrariamente à aviação de características técnicas mais aperfeiçoadas, esses deslocamentos seriam possíveis, mesmo que as novas bases não houvessem sido preparadas, com antecedência.

Convém salientar, para concluir, que, do mesmo modo que a aviação de observação da artilharia não suportou a aviação de reconhecimento,

mento, a criação da aviação aqui sugerida não teria a pretensão de tornar supérfluo o apôio terrestre da Fôrça Aérea. Mas, aliviando, com pequena despesa, a tarefa dessa última, dispensando-a de missões onde suas qualidades fundamentais não podem ser utilizadas com plena eficiência, a aviação de apôio imediato permitiria que a Fôrça Aérea obtivesse melhor rendimento do seus meios e, portanto, apresentasse resultados melhores. Melhor apoiado no combate, melhor ajudado e melhor coberto, por uma aviação que se concentrasse, únicamente, nessas missões indispensáveis, o exército terrestre seria beneficiado, duplamente, com esta fórmula.

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

Elegância, Cores firmes e Durabilidade

(N. 5)

NAO HESITE!

Se deseja ser feliz, decore o seu lar com TAPETES e CORTINAS da CASA BEIRIZ

5 — RUA URUGUAIANA — 5
RIO DE JANEIRO

EMPREGO DAS FÔRÇAS TERRESTRES

Maj. RUI ALENCAR NOGUEIRA

VII

NOÇÕES SÓBRE O TEATRO DE OPERAÇÕES

1. Para que as operações militares possam realizar-se de maneira eficiente há necessidade de uma delimitação das responsabilidades do Comando, porquanto as áreas atingidas alcançam grandes extensões territoriais.

Assim, de u'a maneira geral, têm-se dois compartimentos:

Teatro de Operações (T.O.);
Zona do Interior (Z.I.).

O Teatro de Operações engloba o espaço de terra, mar e ar intimamente ligado às operações militares e no qual são cumpridas as missões pelas fôrças combatentes.

A Zona do Interior compreende todo o espaço restante, onde não se realizam operações militares e no qual se localizam os elementos de apoio logístico.

Contudo, não se poderá excluí-la da interferência da Aviação inimiga e, até mesmo, da incursão de fôrças poderosas que pretendam agir para desarticular o trabalho das retaguardas ou, ainda, da atuação perigosa dos sabotadores.

Cada um dos Teatros de Operações receberá o seu comandante próprio, assim como a Zona do Interior, além do que o Governo nomeará um Comando único para todas as fôrças empenhadas.

Por sua vez, o Teatro de Operações subdivide-se em:

Zona de Combate (Z.C.);
Zona de Administração (Z.A.).

Na primeira delas, desenvolvem-se as Grandes Unidades de combate e, na última, instalam-se os recursos indispensáveis à vida das tropas empenhadas, constituindo a base de operações.

Aparecem outras faixas chamadas "Zonas das Divisões", "Zonas dos Corpos do Exército", "Zonas dos Exércitos", assim como as "Zona de Retaguarda do Exército" e "Zona de Retaguarda do Corpo de Exército", áreas que definem atribuições dos diferentes comandos e estão ligadas aos problemas da logística.

A cadeia de suprimentos, evacuações, recuperações e transportes vai desde a Zona de Combate até a Zona do Interior, atravessando a Zona de Administração, e funciona ininterruptamente da retaguarda para a frente e vice-versa, assentado nas ferrovias a espinha dorsal do seu mais amplo desenvolvimento.

Na Zona de Administração encontra-se a plenitude das atividades logísticas, pois aí ficam os recursos de toda ordem e se instalaram os Órgãos de Serviço que atendem às Unidades combatentes. Também exerce o controle dos estoques de suprimentos e equipamentos, das contruções ferroviárias, executando a exploração dos recursos locais e dos transportes automóveis.

Pode ser dividida em Secções denominadas Avançada, Intermediária, de Base, de Leste, de Oeste, etc.

Convém salientar que os Comandantes da Zona de Combate são os das Grandes Unidades que se encontram ocupando os seus territórios e nêles lutando.

Na Zona do Interior localizam-se os recursos do país para sustentar a guerra e solucionar os problemas de vivência da tropa.

Utilizam-se para esse mister as organizações do tempo de paz, como sejam depósitos, armazéns, arsenais, estabelecimentos fabris, laboratórios, hospitais, centros de instrução, reservas em pessoal e animais, veículos em geral, recursos em transporte, portos, empresas de navegação, sociedades filantrópicas, recursos artísticos, tesouro e Governo.

A fim de que os suprimentos, segundo as suas diversas classes cheguem às frentes de combate em tempo oportuno, estabelecem-se os Serviços Provedores seguintes :

- Material Bélico ;
- Guerra Química ;
- Saúde ;
- Intendência ;
- Engenharia ;
- Comunicações ;
- Remonta e Veterinária.

Tal como para a tropa, a disciplina de suprimento deve ser observada, mediante um controle rigoroso desde o recebimento até a distribuição final.

Os inconvenientes dos excessos de suprimentos ressaltam à primeira vista, pelos prejuízos que causam à satisfação das necessidades futuras.

As evacuações realizam-se no tocante aos homens :

- mortos ;
- feridos ;
- doentes ;
- estropiados ;
- prisioneiros de guerra ;
- licenciados ou transferidos ;
- civis.

Quanto ao material, elas alcançam:

- inutilizado ;
- para reparação ;
- apreendido ao inimigo ;
- abandonado ;
- transferido.

Tudo isto impõe o acionamento dos vários meios de transportes, através o Serviço correspondente (Serviço de Transportes), destinado a exercer o controle das três modalidades :

- terrestres (ferroviários, rodoviários, oleodutos) ;
- por água (fluviais, lacustres, marítimos) ;
- aéreos.

Avulta, nesta parte, o problema da circulação e do tráfego, que deve ser equacionado com o fito de evitar transtornos substanciais e interrupções prejudiciais.

Tanto a manutenção quanto a recuperação ocupam lugar destacado, a primeira conservando a máxima eficiência e a segunda fazendo retornar às boas condições de emprego os equipamentos, materiais, homens e animais.

No tocante ao elemento humano é de relevo tratar dos prisioneiros de guerra, que implicam em numerosas tarefas de caráter humanitário, relativas ao transporte, subsistência, etc. ; dos civis, amigos ou inimigos, dos quais cumpre cuidar igualmente.

Quanto aos Comandos, a divisão prescrita atualmente é a que se segue :

- Comando do T.O. ;
- Comando da Z.I. ;
- Comando da Z.A. ;
- Comando do Grupo de Exército (2 ou mais Exércitos) ;
- Comando do Exército (Número variável de Corpos de Exércitos e de Divisões) ;
- Comando de Corpo de Exército (Número variável de Divisões) ;
- Comando de Divisão (Número de Unidades das Armas, variando com a organização).

FUNDAMENTOS DA EQUITAÇÃO

O QUE O OFICIAL DE CAVALARIA TEM QUE SABER

Cap. ESTEVAM MEIRELES

Condensado do livro de L. DE SEVY. Assiete.
Allures, Reations.

I — O ASSENTO

O Manual de Equitação e Ades-tramento define o assento : "A qua-lidade que permite ao cavaleiro tor-nar-se senhor de seu equilíbrio em tódas as circunstâncias..."

Parecerá, por aí, que, para se obter assento, será suficiente desen-volver o sentimento de equilíbrio. A bicicleta seria, pois, uma exce-lente preparação para a equitação ; o equilibrista tornar-se-ia, à pri-meira tentativa, excelente cavaleiro.

A questão se nos mostra mais complexa. Definiríamos, de melhor maneira, assento : o conjunto das condições de estabilidade que per-mitem ao cavaleiro escapar às múltiplas causas de deslocamentos a que está submetido ou as com-bater.

Ter assento consiste, então, para o cavaleiro :

1º. Em sofrer, sem deslocamen-to que comprometa sua ligação com o cavalo, o trabalho vertical resul-tante das reações do cavalo nas três andaduras. No obstáculo, pen-samos, contrariamente ao regula-mento, o cavaleiro com seu gesto evita a reação, mais que a combate.

2º. Em poder resistir, horizontal-mente :

a) Primeiro, aos efeitos da fór-ça centrífuga nas curvas ; segundo, às oscilações devidas às variações de velocidade.

b) A solicitação lateral, devida às reações das pressões que o ca-valeiro é levado a exercer contra sua montada no emprégio das aju-das isoladas.

II — DIVERSAS ESPÉCIES DE REAÇÕES

A linguagem eqüestre consagrhou o hábito de qualificar de reações, tódas as causas de deslocamento do cavaleiro. Conformando-nos com este uso, distinguimos, segundo a direção dêsses deslocamentos, duas espécies de reações ; umas, verti-crais, tendendo expelir o cavaleiro da sela ; as outras, horizontais, de-vidas às variações de velocidade na direção das andaduras ; no galope, sobretudo.

Essas denominações pecam, con-tudo, em pouca exatidão. O deslo-camento vertical do cavaleiro tem sua origem na ação desenvolvida por sua montada ; ação de que ele participa, por acompanhamento.

Quanto ao deslocamento hori-zontal, reconhece-se como causa a inér-cia do cavaleiro em presença das variações de velocidade ou de di-reção de seu cavalo. Daí, a impro-priedade do termo reação como cau-sa dos deslocamentos a que é sub-metido o cavaleiro. Para facilidade de linguagem, conservaremos, en-tretanto, o termo reação com o sen-tido que se lhe atribui geralmente.

Notamos, doutro lado, que o cavaleiro chama reação o choque que ele experimenta, voltando à sela. O momento de tal sensação é, porém, posterior à causa do deslocamento. O término reação, na sua acepção científica, será sempre seguido do qualificativo *mecânico*.

Reações verticais :

Procuremos analisar o que se passa :

O cavaleiro experimenta, da parte de seu cavalo e ao mesmo tempo este, um movimento de projeção em altura. Os dois, evidentemente, estão sob a ação da gravidade. Por conseguinte, se nenhuma influência diferente intervém, cavalo e cavaleiro ficariam indissoluvelmente ligados, tanto na subida como na descida.

A experiência demonstra que, com um cavaleiro inexperiente, produzem-se, entre o assento e a sela, separações ritmadas, de acordo com o próprio mecanismo das andaduras.

O cavaleiro não podendo dar a si nenhum movimento próprio de elevação, é, então, no fato dum abaixamento mais rápido da massa do cavalo que devemos procurar e encontrar a explicação da separação do cavaleiro de sua montada.

Observamos primeiro que os autores que estudaram as andaduras do cavalo são todos acordes em afirmar que o tempo de suspensão, no galope e no trote, longe de corresponder ao ponto mais alto da elevação da massa, é simplesmente o resultado de levantamento rápido dos membros do solo.

Uma observação importante, escreve o Cap. Brignac, é que se se traçar a trajetória do garrote e da garupa, as partes elevadas dessas trajetórias correspondem ao apoio dos membros no solo; as partes baixas à sua suspensão, isto é, aos períodos em que são suspensos rapidamente do solo.

O máximo de altura de elevação corresponde ao final do apoio dos membros no solo.

"O centro de gravidade do cavalo no galope sofre deslocamentos em altura que estão na razão in-

versa, da velocidade. O cavalo sendo montado e deixando tão livre quanto possível nas três andaduras naturais (passo, trote, galope) a trajetória do garrote não ultrapassa jamais a linha da estatura" (M. Le-noble du Teil).

O movimento ascendente do corpo do cavalo é contrariado, desde o fim da impulsão, pelo arrastamento dos membros propulsores, e, depois, pela reação mecânica das forças interiores do cavalo que vão provocar a flexão destes membros, logo após a sua extensão.

O arrastamento dos membros de apoio e sua flexão consecutiva são, então, dois fatores que se junta à gravidade no efeito de moderar bruscamente o movimento ascendente do cavalo. A reação mecânica dessas forças interiores, que soma sem efeito ao da gravidade, explica o que a observação demonstra, a saber :

1º. Que o abaixamento da garupa no trote precede, ligeiramente, o elevar do membro posterior e se acusa desde a contração dos músculos que provocam esta suspensão.

2º. Que, no galope, o movimento ascendente da garupa, devido, ao mesmo tempo, à componente vertical da distensão dos posteriores e ao tempo de balanço determinado pelo apoio sucessivo dos anteriores termina bruscamente, no momento em que a flexão nítida dos posteriores solicita o post-mão para o solo. Enquanto que o cavalo é, assim, reposto no solo; ao contrário o cavaleiro não teve seu movimento ascensional contrariado, senão pela ação única da gravidade, sem qualquer intervenção de forças interiores. Ele deixará, por inércia, sua sela no momento em que a ação da gravidade do corpo será reforçada, no cavalo apenas, pela intervenção de forças interiores agindo para arrastar depois flexionar, os membros.

O choque que vai seguir à separação do cavaleiro de sua montada torna-se particularmente violento, quando as duas massas forem animadas de velocidades inversas; o que se realiza, quando, no momento de retomada da sela pelo assento,

o cavalo está em movimento ascendente.

Reações horizontais :

Estas muito menos violentas e comprometem menos o assento do cavaleiro que as reações verticais.

As reações horizontais admitem várias causas :

Primeiro, a diminuição de velocidade consequente à retomada de contacto com o solo pelos membros, antes em suspensão.

Segundo, a diminuição de velocidade proveniente do efeito da reação mecânica das forças interiores que provocam o engajamento dos membros.

Estudo dos efeitos das reações verticais :

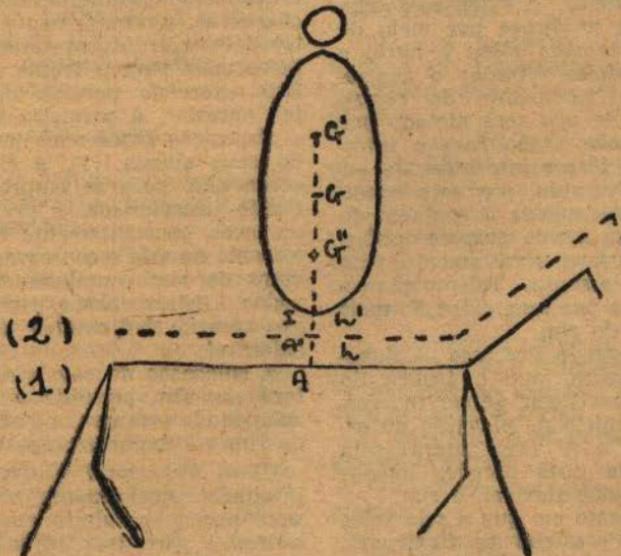
Processos para as combater —
Na figura, representamos pelos esquemas (1) e (2) as posições extremas do corpo do cavalo, máximo de abaixamento e máximo de elevação. Se o cavaleiro e sua montada estivessem submetidos às mesmas influências mecânicas, o ponto A, que corresponde ao máximo de elevação da sela, marcaria o limite superior do movimento ascensional do assento. Mas o movimento ascensional do corpo do ca-

valo é anulado prematuramente em A, devido ao fato do arrastamento dos membros propulsores e a da sua flexão posterior. O cavaleiro participa, proveniente do seu cavalo, do movimento ascendente devido à distensão dos membros do animal. Mas, ao contrário do que sucede com sua montada, o cavaleiro, não tendo seu movimento influenciado por nenhum fator além da gravidade, prosseguirá mais alto na subida. É o que se representa na figura por $A'I = h'$, a separação do homem da sela. O problema do assento consiste em o cavaleiro conservar o contacto com a sela, durante a reação vertical. Isto é :

1º. Evitar a projeção A'I, afastamento do assento da sela.

2º. Fazer descer o assento tão rápido quanto o corpo do cavalo.

Quatro processos se conhecem para a isso conduzir. Os dois primeiros são os realmente empregados na instrução eqüestre, os outros dois serão apontados apenas como curiosidade. O primeiro processo é, o que o recruta poderá utilizar nas primeiras lições, até poder empregar o segundo, que é de execução impossível para o princi-



piante. O segundo processo pressupõe o rim flexível e a colocação correta do isquions na sela.

I — Primeiro Processo — Seja, na figura, G o centro de gravidade do cavaleiro e G' a elevação em altura equivalente a..... $AI = H = h' + h$ e que corresponde ao efeito que sofre o cavaleiro com a reação vertical. O corpo do cavaleiro é suposto indeforável no inicio da projeção vertical.

Vamos supor, todavia, que o cavaleiro, sempre suposto indeforável no começo da reação, por uma flexão conveniente, consiga encolher-se sobre si mesmo, resultando que a originária posição G venha sair de G', tal que $G''G = GG' = h' + h$. Isto feito, ao ser ajeitar o rim, a propósito; primeiro, uma quantidade h' sunrime a ascensão do assento de A' para I; depois, uma quantidade $h = AI$, correspondente à descida do cavalo de I para A, permitirá ao cavaleiro conservar constantemente o contacto com a sela. O cavalo se elevará com a reação, mas não será deslocado da sela. A reação, neste processo, será integralmente recebida, mas, como a experiência demonstra, o cavaleiro consegue, pela flexão do rim, combatê-la. A extensão do rim na descida produz-se por meio de um apoio tomado sobre o busto e tem por efeito retardar o abaixamento. O movimento do centro de gravidade não será afetado por esta extensão senão com a intervenção de forças interiores do cavaleiro. Portanto, por esta condição, para se manter o contacto do assento com a sela cumpre juntar, para assegurar o arrastamento, uma pressão do assento. Tal pressão será realizada por uma extensão mais accentuada do rim.

II — Segundo Processo — Suponhamos, agora, que o tronco do cavaleiro, em lugar de ser indeforável no inicio da elevação do cavalo de A a A' (ver figura) seja formado de duas porções ligadas por uma parte flexível, o rim.

No momento em que a sela sobe, de A a A', o rim se flexionará, consequentemente. O deslocamen-

to A A' não afetará senão a porção inferior do tronco, sem ser transmitido à parte superior. O rim será "quebrado" para esta primeira fase da reação. O cavaleiro se encontra nesta posição, anteriormente descrita, que consideremos posição inicial. Partindo daí não resta eliminar senão uma reação já no seu fim. Graças à imobilidade da parte superior e à forma arredondada assumida pelo rim flexível, o cavaleiro terá toda facilidade para se apoiando na inércia dessa região superior preceituar a queda da região inferior. Ele conservará assim o contacto do assento, evitando a projeção vertical A' I e, depois, a perda de contacto, durante a descida A' A.

Esse segundo processo, inacessível do principiante; supõe, para permitir o abaulamento instantâneo do rim na flexão, um modo particular de apoio da bacia (isquions) na sela. O primeiro processo, rapidamente realizável, constitui, ao mesmo tempo, um relaxamento apropriado para o aluno e um meio de controle para o instrutor.

É fácil julgar a amplitude dêsse jôgo vertical do rim nos recrutas, desde a sua chegada. Basta prescrever-lhes encolherem-se e espiarem-se, alternadamente, após ter determinado assentarem, na sela, o mais para a frente possível. Este exercício permite ao instrutor apreciar, à primeira tentativa, a disposição física mais importante de seus alunos. E, a êsses, dar conta que, para se empregar essa flexão insuspeitada, é preciso permanecer, constantemente bem para a frente na sela e conservar os músculos do rim completamente relaxados. Esta extensão vertical sempre apreciável é, muitas vezes, considerável.

A colocação do cavaleiro na sela terá por fim permitir o embrião do segundo processo, a flexibilidade do rim vai melhorar o assento.

III — Terceiro Processo — É o já citado anteriormente, e que consiste para o cavaleiro em inclinar o tronco para traz. Não tornaremos a falar dos motivos que nos

fizeram condenar este processo, geralmente utilizados pelos principiantes.

IV — Quarto Processo — Também não nos interessa. Consiste em combater os deslocamentos verticais pela ação de movimentar, mais ou menos inconscientemente, os membros do cavaleiro. Estes constituirão verdadeiros balanceiros, cujos movimentos de elevação brusca solicitarão o corpo, e o assento, em sentido inverso e permitirão, assim, evitar os deslocamentos verticais, devidos às reações do cavalo.

IV — REFERÊNCIAS AOS 2 PRIMEIROS PROCESSOS

O jôgo de rim, que, inicialmente (1º processo), consta de um gesto único : sua extensão, partindo dum a posição inicial muito abaulada ; comportará, mais tarde (2º processo), um duplo gesto : uma flexão e depois um extensão. O primeiro dêste dois gestos, apenas, é de realização difícil. Será fruto quase exclusivo do treinamento. No 2º processo, pois, haverá os dois movimentos, sucessivamente. Neste último caso, a reação será absorvida pelo rim, o busto escapa completamente e a cabeça segue uma trajetória quase retílinea. O trabalho realizado pela massa do cavaleiro é mínimo, portanto, também, o esforço do cavalo.

CONCLUSÃO

O assento resulta principalmente de uma adaptação articular e muscular do cavaleiro.

Uma prova é a existência de um período de tempo mínimo, para pôr um cavaleiro na sela. Se esta adaptação fôsse dispensável, concebe-se, com efeito, que ensinamentos equinos teóricos proporcionados a um aluno, particularmente bem dotado intelectual e fisicamente, seriam suficientes para pô-lo montado.

A experiência demonstra que, se êsses dados teóricos facilitam grandemente a instrução do principiante, elas não bastariam sem um tempo mínimo indispensável para as

modificações fisiológicas necessárias.

Esta adaptação se reveste de quatro formas diferentes :

1º. Educação do rim para o movimento particular que lhe será pedido para combater as reações. Haveremos de ver que essa condição exige uma colocação anormal das nádegas para a frente.

2º. Adaptação das articulações coxo-femurais, a fim de permitir ao cavaleiro poder, sem dificuldade e sem esforço, descer suas coxas e suportar o afastamento que supõe a realização dessa condição.

3º. Ela se aplica também ao pé que, no estribo, faz jogar sua articulação com a perna de um modo anormal, igualmente exclusiva da equitação.

4º. Desenvolvimento e treinamento muscular dos abdutores das coxas e das flexores das pernas.

IV — Flexionamentos apropriados ao fim precedentemente fixado :

1. Flexionamento do rim — No que concerne ao rim, os movimentos anormais que se espera dele supõem uma adaptação extraña aos seus movimentos habituais :

Ela se aplica :

1º) Aos ligamentos intervertebrais e aos ligamentos espinhosos, sobretudo, que devem estar estendidos.

2º) Aos discos intervertebrais, que constituem um elemento plástico interposto entre cada vértebra.

O problema da instrução a cavalo se coloca da maneira seguinte : qual é o meio de poder ser empregado o rim com o objetivo de sua utilização prevista ?

A experiência, feita a pé firme, demonstra que é indispensável, para tal, que as nádegas (isquions) estejam para a frente.

As condições a pesquisar são, então as seguintes :

1º — Manter as nádegas para a frente.

2º — Assegurar-se uma descontração tão geral, quanto possível.

3º — Poder prolongar-se a realizações destas duas condições indispensáveis ao trabalho do rim do modo que concebemos.

Ora, a experiência demonstra que :

1º — As nádegas se mantêm mais facilmente para a frente, quando os joelhos estão erguidos.

2º — Manter joelhos erguidos sem apoio exige uma contração prejudicial à flexibilidade do rim.

3º — Essa atitude permite receber obliquamente a reação do cavalo e, doutro lado, combatê-la de maneira diferente do desejável jôgo do rim e, sim, pelo movimento do balanceiro.

O instrutor deverá procurar a realização das condições favoráveis no item 1º acima, eliminando, se possível os inconvenientes assinalados nos 2º, 3º e 4º itens.

Chegando-se ao 2º processo de jôgo do rim, através do primeiro, é o meio de flexionar o rim que aconselhamos. Tal flexionamento, de que ainda voltaremos a falar, contrariamente ao flexionamento regulamentar de elevação das coxas, é mais objetivo e permite conciliar, graças ao apoio dos joelhos, a desconcentração geral, a verticalidade do busto (que não se inclinará para traz) é a duração da flexibilidade com a situação erguida dos joelhos reconhecida favorável a colocação das nádegas para a frente.

Este trabalho exige do cavaleiro inversão da curvatura lombar (rim abaixado para trás), o que gera um modo especial de a bacia se apoiar sobre a sela. A disposição do corpo para esse flexionamento se faz em dois tempos :

1º. Colocar as nádegas (isquions), primeiro que tudo.

2º. “Quebrar” o rim (Esta posição deve, como tôda posição destinada a modificar uma conformação natural, ser bem exagerada. Ela tem por fim e efeito exclusivo dar nova forma ao rim. Ela não compromete em nada o bom efeito da rotação das coxas, flexionamento que visa colocar corretamente as coxas na sela. Essa posição ini-

cial encurvada, praticada pacientemente, flexiona o rim seguramente e aumenta a distensão da mola assim interposta. Ela coloca o assento numa posição que permite alternativamente, o achatamento após a extensão do rim. A reação é integralmente recebida, mas o trabalho que dela resulta é absorvido sem deslocamento do assento, graças à extensão do rim).

Colocar as nádegas : primeiro o cavaleiro deve montar sobre o cipó da sela, seus joelhos sobremontando a frente das abas.

“Quebrar” o rim, procurando encolher-se e retornar com o cocox, escorregando um pouco, o fundo da sela. (Esta retomada da sela será facilitada por uma oscilação lateral do tronco).

Apenas por esse meio, o principiante poderá vencer a dificuldade que experimenta para se firmar à cavalo. O cavaleiro não flexionando tem muita dificuldade em impelir seus isquions para a frente, até à posição desejável. Consegue atingir a parte ascendente e para, sem poder quebrar o rim para ir mais para a frente. Ao contrário, porém, fazendo percurso inverso, isto é, de diante para traz; o cavaleiro será solicitado pelo peso de seu busto a quebrar mais a mais o seu rim, para poder retomar com o cocox o contacto com a sua sela. Quando um principiante em ginástica quer tentar uma oitava na barra fixa e vir a elevação pernas parar sempre no mesmo ponto, por falta de força; o melhor meio para ultrapassar este limite e o mais lógico será fazer trabalhar seus músculos em toda amplitude uma descida lenta. Após ter chegado, progressivamente a conseguir a diminuir ou parar a velocidade do movimento à vontade; ele terá agradavelmente se surpreendido de poder realizar também a elevação. Será o mesmo que se passará com o cavaleiro, ao procurar montar, inicialmente, pelo meio que indicamos precedentemente.

A utilização desta flexibilidade adquirida, é tornada logo reflexa pelo trabalho sem estribos. A prática tem demonstrado que o flexio-

namento vertical do rim, como descrevemos, constitui uma solução aceitável, senão exclusiva, do problema.

2. *Adaptação das articulações coxo-femurais.* A adaptação das articulações coxo-femurais exige:

1º. Que à resistência dos ligamentos não venha se juntar uma contração dos músculos. O meio de evitar parece ser o de realizar, prèviamente, a descontração muscular tão completa quanto possível.

2º. Uma continuidade da extensão dos ligamentos. Com efeito, em trabalho mais prolongado na sela melhora o poder de elasticidade dos ditos ligamentos.

3. *Adaptação da articulação do pé.* O trabalho do pé no estribo exige do calcanhar uma movimentação em sentido inverso da que lhe é normal. Com efeito, o calcanhar do cavaleiro a cavalo, em lugar de se elevar em relação à ponta do pé (desenvoltura natural do pé), deve ceder e se abaixar, desde que uma pressão se exerça sobre o estribo pelo cavaleiro.

O homem assim formado e adaptado deverá conservar suas outras

formas de flexibilidade habituais e ser susceptível da própria descontração geral. É pouco lógico simplesmente prescrever descontração ao principiante. Antes de procurá-la ele precisa realizar a adaptação citada. Esta, em suma, constitui a base da confiança a cavalo.

Adaptar primeiro, flexionar sómente depois.

O assento, resultante de uma adaptação seguida de descontração, gerará o tato e permitirá a percepção das contrações necessárias do emprêgo intermitente e judicioso das ajudas, de acordo com as condições favoráveis que resultam dos movimentos dos membros.

Finalizamos aqui as presentes notas, traduzida, condensadas e simplificadas de um livro de L. de Sevy. Sentimo-nos no dever de divulgá-las para os que não as conhecem ainda, pelo grande auxílio que nos prestaram. Os ensinamentos práticos nelas contidos e a orientação competente de instrutores insignes permitiram a transformação em cavaleiro de concurso de quem mal se mantinha na sela, apesar de cavalariano de alma.

LOTERIA FEDERAL DO BRASIL

EXTRAÇÕES EM SETEMBRO

Dia 1.....	3 MILHÕES
Dia 4.....	3 MILHÕES
Dia 8.....	3 MILHÕES
Dia 11.....	3 MILHÕES
Dia 15.....	2 MILHÕES
Dia 18.....	3 MILHÕES
Dia 22.....	2 MILHÕES
Dia 25.....	3 MILHÕES
Dia 29.....	3 MILHÕES

IMPORTADORA DE FERRAGENS S. A.

Capital integralizado — Cr\$ 130.000.000,00 — Reservas Cr\$ 39.000.000,00

Sede : Rua 15 de Agosto 53 — 1º andar

(Edifício Importadora)

Caixa Postal, 111 — Fone : 4890 (Rêde Geral)

End. Teleg. "Ferragens"

BELÉM — PARA — BRASIL

Ferragens em geral — Máquinas e Motores — Equipamentos "Caterpillar" — Caminhões "Chevrolet" e "Opel" — Automóveis "Opel", "Chevrolet", "Buick" e "Cadillac" — Peças e Acessórios — Refrigeradores "Frigidaire" — Geradores, etc.

FILIAIS EM BELÉM — PARA

ANCORA

Avenida Portugal, n. 52/5
Fones : Gerência, 2816 — Rêde Geral, 4530

MATA

Rua 15 de Novembro, n. 21/31
Fones : 4187 — 3781 — 3946 — 4273 — 4757

BRAGANTINA

Praça Floriano Peixoto, n. 820
Fone : 9071

MASCOTE

Rua 28 de Setembro, n. 518
Fones : 3997 e 1939

COSMOPOLITA

Avenida Castilho França, n. 12
Fone : 4702

PÊGO

Rua Cons. João Alfredo, n. 97
Fones : 4177 e 1204

DOMÉSTICA

Avenida Independência, n. 150/6
Fone : 9016

DEPARTAMENTO CATERPILLAR
Praça Amazonas, n. 97
Fone : 1532

PÓSTO — CHEVROLET

Praça Carlos Gomes, n. 120
Fone : 2934

FILIAL DO RIO DE JANEIRO

Rua S. Luiz Gonzaga, n. 527 — S. Cristóvão

(Edifício Importadora)

End. Teleg. "Importadora"

Caixa Postal, n. 3461

Fone : 54-2106 (Rêde)

Caminhões e Ônibus "GMC" — Caminhões e Automóveis "Opel" — Peças e Acessórios — Departamento Técnico com ampla oficina dotada do mais moderno maquinário — Pôsto de Lavagem e Lubrificação

OBSERVAÇÕES SÔBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA NA TROPA

1º Ten. MANOEL LUIZ DA SILVA OSORIO

Este pequeno trabalho é produto da observação em nosso curto tempo de oficial, passado em três Regimentos de Infantaria. Informações sobre outras Unidades de Infantaria e de outras Armas, permitem-nos induzir as conclusões abaixo. Esperamos que estas observações sejam úteis aos estudiosos de Educação Física.

Os meios — O nosso atual método de Educação Física exige instalações, material e pessoal habilitado, para que sejam ministradas as sessões. A observação nos tem mostrado que a realidade da tropa é falta de meios materiais, impossibilidade de adquiri-los, falta de oficiais instrutores e de sargentos monitores. Concluímos daí que nas condições atuais o C-21-20 é ineficiente.

* *

Grupamento dos indivíduos — O grupamento dos indivíduos é organizado tendo em vista a homogeneização.

Pela atual doutrina, para ministrarmos Educação Física eficiente aos nossos homens, precisaríamos de um oficial instrutor e um sargento monitor por grupamento.

Raciocinando com um RI a dois batalhões, teríamos :

uma Cia C Sv	— 4	grupamentos
uma Cia A C	— 2	grupamentos
duas Cia C B	— 6	grupamentos
quatro Cia Fzo	— 12	grupamentos
duas Cia Ptr P	— 6	grupamentos

Total	— 30	grupamentos
-------	------	-------------

A aplicação integral do método nos obrigaria a ter 30 oficiais e 30 sargentos. Ora, sabemos que em muitos Regimentos não teríamos este número de oficiais, mesmo que contassemos com o comandante. Resulta daí que os sargentos passam

a instrutores e as turmas ficam sem monitores. Pior ainda, os serviços internos e outros, distraem os sargentos de suas atividades na instrução e vemos quadros como o de uma subunidade, com 110 homens, executando uma sessão de ginástica acrobática, sob a direção de um único sargento. Isto é, naturalmente, perda de tempo e oportunidade de indisciplina : não haverá trabalho físico aproveitável.

Da apreciação acima, vemos que os grupamentos homogêneos, indispensáveis à prática da Educação Física, ficam sómente no papel.

* *

Atração dos exercícios — O aproveitamento pelo instruendo, da sessão que lhe é ministrada, depende em grande parte das condições psíquicas em que esta instrução é recebida. Dependendo da receptividade do instruendo haverá ou não trabalho físico. Daí resulta a importância fundamental da atração da sessão. Esta atração é conseguida, pode-se dizer que totalmente, pelo instrutor.

Raros são os instrutores que por aptidão natural, conseguem esta alegria indispensável ao trabalho físico. Em geral, esta qualidade é conseguida pelo estudo de princípios de metodologia de Educação Física e pela prática destes princípios, o que só é executado na Escola de Educação Física do Exército.

Infelizmente este assunto não é treinado devidamente na AMAN. Em consequência, dos instrutores que ministram as sessões, sómente alguns conseguem um rendimento razoável.

* *

Os instrutores — Observamos que muitos instrutores ministram sessões de Educação Física com visível má vontade, principalmente a sessão de ginástica comum, que consideram pouco atraente para quem a ministra.

Se fizermos um retrospecto ao nosso tempo de cadetes, veremos quantos de nossos colegas reagiam contra as diversas modalidades do trabalho físico. Compreendemos que, como oficiais, estes colegas dificilmente serão bons instrutores de Educação Física. Este estado psíquico do instrutor transmite-se aos instruendos, comprometendo a energia necessária ao rendimento da sessão.

* *

Exames físicos — Os^o índices dos exames físicos são muito fracos para

os nossos homens, não se prestando a uma apreciação do seu progresso físico. Compreendemos isto no caso do primeiro exame físico, por se destinar aos homens ainda não treinados, porém os índices do segundo exame são evidentemente fracos.

Afirmamos isto baseados no seguinte fato: em nosso Regimento, os homens dos cursos de motoristas e pessoal do rancho, não compreendiam às sessões de Educação Física; por ocasião do 2º exame físico fizemos com que estes homens realizassem as provas e de todos, apenas um, pertencente ao rancho, não satisfez os índices.

* *

Plano de treinamento — Seguimos durante o ano de instrução de 1953, o Plano de Treinamento Físico, publicado como modelo, fazendo ligeiras adaptações. Da aplicação, constatamos que o plano, pela grande variedade de modalidades de trabalho em curto espaço de tempo, embora certo em teoria, não dá bons resultados na prática. Exemplo:

PERÍODO DE FORMAÇÃO (IBQ)

	G	GA	Corridas	JM	AD	PC	Treinamento 2º Ex. Físico	Exame Médico
15ª Semana.....	1			1	1	1		-
16ª Semana.....		1	1			1	1	
17ª Semana.....						1	2	1

Legenda : G — ginástica comum ; GA — ginástica acrobática ; JM — jogos militares ; AD — atacar e defender-se ; PC — preparação do combatente.

Durante um período de três semanas apenas, ministramos sete lições diferentes, sendo duas repetidas sómente três vezes e outras sem repetição. Se considerarmos as qualidades intelectuais do nosso soldado, é fácil imaginar que cada

sessão tornou-se uma sessão de estudos. Isto elimina o trabalho físico que deveria existir. O trabalho físico exige continuidade e esta só é possível se os exercícios estiverem memorizados e sua execução reflexa.

A sessão de ginástica comum — A sessão de ginástica comum apresenta séria dificuldade devida ao material que exige.

Vejamos um bom exercício da família *trepar* — trepar em uma corda. Suponhamos nosso Regimento que possue um pórtico de madeira com três cordas e 30 grupamentos para instrução. Se o PTF marcasse uma sessão de ginástica comum na semana, teríamos 7 ou 8 grupamentos realizando a sessão em cada dia. Cada grupamento para trepar na corda, seria dividido em 10 a 14 equipes de três homens. Digamos 10 equipes. Oito grupamentos seriam oitenta equipes. Se atribuirmos o tempo irrizório de 30 segundos para cada equipe subir, descer da corda e ser substituída, teríamos 40 minutos de utilização da corda. Este é o tempo de duração de uma sessão de ginástica comum de fraca intensidade, do qual teríamos de descontar o tempo da preparatória e da volta à calma. Considerando ainda que os exercícios das famílias deveriam ser executados na ordem, seria impossível realizar o trepar na corda.

Da mesma forma podemos demonstrar nossa afirmação para os outros exercícios que precisam de material para sua execução.

nistrar u'a mesma instrução de dois modos diferentes. É preciso que se adote um ou outro.

Em nosso trabalho anteriormente citado, mostramos a superioridade da doutrina contida no FM-23-25.

* *

Atacar e defender-se — A sessão de atacar e defender-se é de tôdas a de mais difícil aprendizagem. Ai não se trata sómente do fazer trabalho físico, mas de aprender, ou melhor, de criar reflexos de ataque e de defesa. Isto exige tempo e preparo psicológico. É preciso cuidado de parte do instrutor para evitar "defesas". O instrutor não pode ser qualquer oficial ou sargento. O tempo reservado na Educação Física, para esta modalidade de trabalho é insuficiente.

* *

Sessão de treinamento para o 2º exame físico — Não acreditamos que umas quatro sessões ministradas durante três semanas, alterem suficientemente o preparo físico dos homens, visando o exame. Por outro lado, se o exame é um teste do preparo físico, não vemos justificativa para que se treine para o exame.

* *

A Educação Física dos quadros — Programamos sessões de Educação Física para oficiais e sargentos. Houve imediata reação contra esta atividade. Esta reação comprehende-se, é uma espécie de preguiça fisiológica. Sómente uma coação inicial quebraria a inércia e, a continuidade do exercício despertaria o gôsto e a necessidade do trabalho físico.

Programamos a instrução com predominância das sessões de jogos; dividimos os oficiais e sargentos em turmas de mais e menos de 40 anos. Programamos a ginástica de conservação.

Observamos, então, a preocupação dos oficiais de mais de 40 anos em achar algo que os desobrigasse da

instrução. Não foi encontrado nada que taxativamente determinasse a ginástica de conservação. Ficou decidido que esta seria atividade voluntária. Não houve, então, comparecimento às sessões de ginástica de conservação. Como é de se imaginar, a turma de ginástica de conservação era constituída pelos oficiais mais graduados e o exemplo continua ainda sendo a grande escola de Educação Militar: em consequência, nas demais turmas de oficiais foi diminuindo a presença, até a instrução perder a sua finalidade.

Por outro lado, estando os sargentos, na hierarquia, abaixo do oficial de Educação Física e com a cooperação dos oficiais mais modernos, a sua instrução vingou. Em pouco tempo notava-se nêles o prazer pelos jogos e trabalhos de outras modalidades.

Atitude dos oficiais face a instrução de Educação Física — De um modo geral, na tropa, consideram a Educação Física como uma atividade completamente divorciada dos restantes ramos de instrução. Uma minoria dos oficiais concede prioridade à Educação Física, mas a regra é relegá-la a um plano inferior. Observamos que sempre que uma subunidade deve realizar qualquer trabalho, como revistas de mostra, identificação, etc., e precisa sacrificar o tempo de uma instrução, escolhe o da Educação Física. Isto mostra que se acha arraigado na maioria dos chefes dos vários escalões, o descaso por este ramo de instrução.

Responsabilidade dos oficiais especializados — É corrente dizermos "que o maior inimigo da Educação Física na tropa é o oficial de Educação Física". Na maioria dos casos isto é certo. Notamos na nossa vida de oficial, que grande parte dos oficiais de Educação Física, tem uma grande preocupação com a parte puramente desportiva, de com-

petição — são os amantes da "bolinha", geralmente do "basquete". Estes oficiais perderam a direção: tomaram por finalidade os meios. Os desportos, a competição, são alguns meios de que dispomos para recrear a tropa e atingir o objetivo — preparar fisicamente o homem para o combate.

Esta atitude de certos oficiais especializados é em grande parte responsável pelo descrédito que a Educação Física goza na tropa.

Dispensas de serviço, tratamentos especiais e excessivos dados aos soldados das equipes desportivas, criam regimes de exceção e graves inconvenientes à disciplina e à instrução. Esta situação provoca reação dos comandantes de subunidade e colocam o oficial especializado e a Educação Física, de um modo geral, em antagonismo com o restante da instrução.

* * *

Conclusão — Considerando nossas condições atuais, concluímos:

1º) A Educação Física Militar deve exigir um mínimo de material e instalações e ser tão simples que possa ser ministrada, com proveito, por qualquer instrutor;

2º) Ela deve adaptar-se à realização pelos instruendos, em massas de grandes efetivos, visando a diminuição do número de instrutores;

3º) Os atuais índices de exame físico não medem o preparo físico da tropa;

4º) As modalidades de trabalho físico devem ser colocadas em série e não em paralelo, na organização do Plano de Treinamento Físico;

5º) A sessão de ginástica comum é de difícil execução em unidades de grande efetivo. Consideraremos aqui sómente a questão material;

6º) A sessão de preparação do combatente deve desaparecer ou ser identificada, na parte relativa ao emprêgo da baioneta, à instrução de "Baioneta", prevista no PP (FM 23-25);

7º) A sessão de atacar e defender-se deve dispôr de muitas horas mais. Talvez, mesmo, tornar-se as-

sunto à parte. A conquista do objetivo ainda exige o corpo a corpo;
8º) A sessão de treinamento para o 2º exame físico não tem finalidade;

9º) A obrigatoriedade de trabalho físico para os quadros deve ficar perfeitamente amarrada no Ma-

nual. Considerámos que ninguém duvide de sua necessidade;

10º) A Educação Física deve ser considerada apenas um processo diferente de preparo do homem para o combate. A Educação Física é instrução, talvez, a mais importante e a básica.

CLUBE MILITAR

CARTEIRA HIPOTECÁRIA E IMOBILIÁRIA

Almanaque dos Sócios

A Secção de Administração da Carteira Hipotecaria e Imobiliária do Clube Militar comunica aos seus associados que já se encontra à venda em sua sede social, à Avenida Graça Aranha, 81 — 2º andar, Centro — Distrito Federal, o Almanaque de seus sócios, pelo preço de Cr\$ 25,00, devidamente atualizado até o mês de junho próximo passado. Sua aquisição poderá ser feita diretamente na sede desta C.H.I. ou por carta acompanhada de vale postal ou cheque, dirigido ao Sr. Major DJACYR PIRES FERRÃO, Secretário da mesma Carteira.

COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL MAGALHÃES

FÁBRICA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL



USINAS BARCELOS — ESTADO DO RIO



PRAÇA PIO X, 98-7º — RIO DE JANEIRO

NO EXÉRCITO NÃO HÁ DENGUICES...

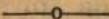
(Oferta da "CASA NENO")

O general Osório era dotado de um gênio alegre, pachorrento, cheio de bom humor, muito amável em geral, qualidades que o fizeram totalmente popular no exército. Dias, porém, havia, que se mostrava aborrecido. Os que o cercavam comprehendiam-no logo. Coitado daquele que déle se aproximasse, com frívulos fins, prejudicando o seu precioso tempo.

Em um dia que a tensão de nervos do general estava no seu mais alto grau, apresenta-se-lhe certo coronel, comandante de um batalhão de Voluntários da Pátria, procedente da Corte, naquele momento, portador de uma carta do Ministro da Guerra, recomendando-o como muito digno de aceitação e trato especial. O oficial trazia nos lábios sorriso encantador e irresistível do sexo das graças. Era todo caído e dengoso, no intuito de cativar o bravo cabo de guerra.

Osório leu, releu, atentamente a missiva, e, em seguida, acrescentou com riso sarcástico :

— Perfeitamente Sr. Coronel. O Sr. Ministro envia-mo, carecendo de um tratamento especial. Ora, em campanha não disponho de recursos apropriados a restituir-lhe a saúde perdida. Prepara-se assim para o seu pronto regresso e, enquanto não embarca, mandarei vir já de Corrientes uma boa ama de leite e duas irmãs de caridade para se encarregarem do seu tratamento exclusivo em minha presença... Vá pairando por aí ouviu ?



Os tempos mudaram, o Exército evoluiu. Permanece sempre em íntima ligação com o passado o mesmo espirito alegre e "blaguista", do voluntário da Pátria ao Pracinha de hoje. A lembrança dos companheiros de caserna jamais se apaga de nossa lembrança. Por isso o Major reformado Paulo Ramos faz questão que todos os companheiros que procuram a "CASA NENO" seja atendido da melhor maneira.

Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acordo com a sua conveniência :

• Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira : Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói : Rua da Conceição, 47

Na Penha : Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Pianos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

ARMA DE ENGENHARIA

Asp. Of. SEBASTIAO WILDE JAPIASSU

I — HISTÓRICO



DA a evolução da vida na natureza, quer em seu aspecto geral ou particular, tão logo a inteligência do homem predominou e este troucou a caverna pela cabana, e descobriu a roda, e construiu estradas, e se aprofundou nas matemáticas, e organizou seus Exércitos, quando as batalhas foram perdendo o aspecto brutal de choques irracionais entre massas humanas, quando apareceram os primeiros engenhos de guerra e conceberam-se noções elementares de tática e estratégia, surgiu, então, como consequência do progresso na arte bélica, a necessidade de uma Arma científica, que atuando mais pela técnica que pelo combate, viesse complementar as demais Armas; suprindo-lhes as deficiências, possibilitando-lhe a ação pelo apoio ao movimento.

Assim tivera origem o embrião da quarta Arma, altamente especializada em virtude de suas engenhosas missões. Daí ter-se chamado Arma de Engenharia.

Já no período das guerras napoleônicas, em um de seus momentos difíceis, assim se expressou o grande corso: "Acredite que não disponho, aqui, de um oficial de Engenharia. Não pode imaginar meu desespere, quase direi minha raiva, por não ter um bom oficial de Engenharia..."

II — A ENGENHARIA NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Assim como nossos costumes, nossa religião, nossa língua foram her-

dados do colono português, o Exército Brasileiro busca sua origem na organização do Exército de Portugal.

Na época dos grandes descobrimentos, em que se verificou a expansão territorial da Pátria de Camões, tendo em vista a manutenção das colônias a tanto custo conquistadas, surgiu para Portugal, uma necessidade constante e cada vez mais imperiosa de aprimorar o seu Exército. Dentre os problemas militares, avultou-se-lhe o da fortificação, para maior eficiência da defensiva. Com a evolução da técnica, porém, tornou-se impraticável resolvê-lo por elementos não especializados. Após utilizar-se do recurso pouco prudente da técnica alienígena, Portugal resolve formar seus próprios especialistas. Em 1647 foi instituída a Aula de Fortificações, depois transformada em Academia Militar. Para as conquistas de ultramar "o agente poderoso, decidido e forte saía do Quartel: o engenheiro era soldado". A quarta Arma embrionária no velho Reino comportava três especialidades: mineiros, pontoneiros e artífices. O Real Corpo de Engenheiros, criado em 1787, é considerado a primeira organização do que no futuro, viria a constituir a Arma de Engenharia. Com efeito, por seu regulamento, é o mesmo constituído por elementos de direção e de execução, cujas missões, em linhas gerais, são assim discriminadas: fortificação permanente e de campanha; ataque e defesas de Praças; postos destacados ou quaisquer entrancheiramentos; construção e conservação de pontes militares; reconhecimento das fron-

teiras e províncias; levantamentos geográficos e topográficos; projetos, planos e memórias militares; tudo quanto possa ter analogia com conhecimentos próprios dos Engenheiros.

III — A ENGENHARIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

A) Após a independência:

A vinda de D. João VI para o Brasil, trouxe, entre outras consequências, a de instituir entre nós, o ensino militar. A criação da Academia Militar, atualmente A.M.A.N., data de 1810.

Com a independência, o Exército Brasileiro continuou organizado nos moldes do de Portugal. Permaneceu, portanto, o Real Corpo de Engenheiros. Por decreto de 23 de janeiro de 1855 foi criado o Batalhão de Engenheiros, hoje 1º B.E., que foi a primeira Unidade da futura Arma.

B) Na guerra do Paraguai:

Como todo o Exército, foi o Batalhão de Engenheiros envolvido pela guerra, inesperadamente, sem o preparo adequado que seria de desejar. Nada obstante, para surpresa geral dos chefes, passou a Engenharia, desde o início da campanha, a atuar, decisivamente, em todas as operações importantes, de um modo geral. Apesar dos meios reduzidos e ineficientes, o Batalhão facilitou por todos os modos o movimento de nossas tropas, abriu estradas, construiu pontes, realizou reconhecimentos, fez estudos do terreno. A travessia do Rio Paraná foi o primeiro ponto alto do emprêgo da Engenharia. No combate da Ilha da Redenção, o Ten.-Cel. João Carlos de Vilagran Cabrita, então Cmt. do Btl. de Engenheiros, sagrou-se o grande herói da vitória. Infelizmente, não desfrutou da glória do seu feito. Quando, no mesmo dia, redigia a "parte" do combate, foi atingido por um projétil inimigo, vindo a falecer. O Brasil perdeu um grande chefe. Ganhara, porém, mais um herói que se tornaria um exemplo às gerações futuras.

Em razão dos relevantes serviços prestados ao Btl. de Engenheiros e ao Exército, foi Vilagran Cabrita, de modo justo e digno do maior respeito, elevado à categoria de Patrono da Engenharia. Deve ser para os engenheiros de hoje e de amanhã, como o foi para os do passado, um símbolo cuja perfeição e grandeza devemos respeitar e procurar atingir.

Em reconhecimento a seus feitos na Ilha da Redenção, resolveu o Governo Imperial conceder ao Btl. de Engenheiros o uso da Bandeira Nacional. A seguir, foi-lhe concedida a insignia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

No combate de Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul, o Btl. de Engenheiros agiu com deodo e bravura incomensuráveis. Antes, trabalhara na organização do terreno e desempenhara missões de proteção. Durante a luta, atuou como tropa combatente. Após o combate principal, assegurou a limpeza do campo de batalha.

"O emprêgo do Btl. de Engenheiros era feito em todos os momentos e para todos os fins. Nunca o encontramos em reserva durante toda a campanha. Dêle se exigia tanto a técnica quanto a capacidade combativa, e no intuito de atenuar ou suprir as grandes deficiências dos "serviços" no transporte das munições, dos feridos, da própria Artilharia, etc., é ainda o Btl. incumbido de tais encargos..."

Por ocasião da abordagem do Piquiri, onde Caxias fez executar a célebre marcha desbordante através do Grão Chaco, uma repetição da sua já famosa marcha de flanco, teve o Btl. de Engenheiros atuação destacada. O Rio Paraguai foi atravessado duas vezes. Em pleno pantanal foi construída uma estrada de onze quilômetros. Empregaram-se trinta mil troncos de palmeiras. Derrubou-se grande extensão de mata virgem. Construiram-se oito pontes em profundidade superior a cinco metros. Estabeleceu-se uma linha telegráfica ao longo da estrada. Limparam-se dez quilômetros de vegetação aquática. Construiu-se, enfim, um caminho sólido,

capaz de suportar o rodar da Artilharia.

Na Dezembrada, após os combates de Itororó e Avaí, o Btl. de Engenheiros mereceu louvor especial do Imperador "pelo valor e intrepidez que demonstrou nos dois combates, conseguindo romper e desbaratar as forças inimigas, confirmado assim a bem merecida reputação de bravura e de disciplina de que goza para com o Governo".

De volta para a Capital do Império, foi o Btl. recebido pelo seu Cmt., Cel. Conrado Bittencourt, com os seguintes dizeres: "Não voltaram todos aqueles que marcharam para a campanha fazendo parte do Btl. de Engenheiros, porque muitos morreram em defesa da Pátria, sustentando os brios de sua Nação. Lembrar seus nomes seria ofender à saudosa memória de seus companheiros, que conservam seus nomes venerandos gravados em seu coração; comemorar seus feitos seria pequeno o espaço de uma ordem do dia para o fazer e são êles bem salientes para serem esquecidos na História Militar do Brasil".

C) A Engenharia como Arma:

D) A Engenharia na F.E.B.:

mero 1 860, de 4 de janeiro desse ano, foi criada a Arma de Engenharia.

Sómente em 1908, pela Lei número 1860, de 4 de janeiro desse ano, foi criada a Arma de Engenharia.

Na segunda guerra mundial, a Engenharia tomou parte ativa e das mais destacadadas em todos os Exércitos combatentes. Afirmou o General Eisenhower: "Do desembarque na Normândia até o vitorioso assalto através do Reno, êles realizaram admiráveis trabalhos de limpeza de minas e destruições, reconstrução de pontes e de estradas de ferro e desobstrução de portos danificados".

Não poderia deixar de acontecer o mesmo no Exército Brasileiro, tão bem representado no Teatro Europeu pela glorioso F.E.B. Da 1^a D.I.E. fêz parte o 9º B.E., Unidade até então desconhecida, sediada em Aquidauana, Mato Grosso. De suas fileiras participaram brasileiros de todos os Estados da Federação.

A tropa seguiu para além mar e, durante toda a campanha, cumpriu todas as missões que lhe foram confiadas, sendo alvo de significativos elogios por parte dos chefes. Disse o Mal. Mascarenhas de Morais: "A 1^a D.I. Expedicionária teve no 9º B.E. uma Unidade à altura do seu renome nesta campanha da Itália; Unidade de escol, o 9º B.E. teve a feliz oportunidade de ter sido a primeira tropa a ser engajada contra o inimigo".

De suas heróicas fileiras, muitos não retornaram ao solo pátrio. "Hoje repousam na mansão espiritual dos ciprestes de Pistoia, cujas cruzes enfileiradas acenam aos céus romanos como bandeiras brancas de paz com que tanto sonharam. Os pracinhas de todos os recantos do Brasil souberam guardar em sacrário de ouro o nome da terra que lhes serviu de berço. Todos lutaram por um mundo melhor e mais feliz e pela soberania da Pátria querida que, no dizer do grande Rui, é a herança sagrada de nossos ancestrais, é a tradição de nossos costumes, é a unidade da língua que falamos".

Envolta num crepe de saudade, a desafiar o tempo e o espaço, a memória imorredoura destes bravos permanecerá eternamente imoluta no coração de todos os brasileiros.

Dormi, benditos pracinhas, benemeritos guerreiros, porque enquanto dormis, de vossas cinzas venerandas, arremessadas ao ar pela mão da Pátria, surgirão novos guerreiros, que à Pátria, novos loiros lhe conquistarão.

IV — SITUAÇÃO DA ENGENHARIA ENTRE AS ARMAS IRMAS

A ação das forças em campanha se manifesta pelo fogo, pelo movimento e pelo choque. O fogo é o fator preponderante. O movimento, o fator essencial. O choque é o ato final do combate.

As Armas básicas — Infantaria, Cavalaria e Blindados, tomam o contacto com o inimigo e realizam o combate em toda sua plenitude, empregando o fogo, o movimento e o choque.

A Infantaria, Arma do combate aproximado, atua com a combinação destes três elementos. A Cavalaria tem como característica principal o movimento. Os Blindados possuem grande potência de fogo e de choque, aliada a uma alta capacidade de movimento.

Estas Armas básicas têm limitações decorrentes de suas próprias características. Estas limitações acarretam necessidades de apoio, principalmente ao fogo e movimento, o que é feito pelas demais Armas, chamadas, por isso mesmo, Armas de apoio. As necessidades de apoio de fogo são supridas pela Artilharia. As necessidades de apoio ao movimento são providas pela Engenharia.

A Artilharia atua únicamente pelos seus fogos. Enquanto o apoio de fogo é feito instantaneamente e à distância, o apoio ao movimento se faz passo a passo, no terreno onde as tropas de Engenharia conduzem as operações, muitas vezes, à frente das demais Armas.

V — CONTRIBUIÇÃO DA ENGENHARIA PARA O SUCESSO DE UMA OPERAÇÃO

Vejamos como, para isso, pode concorrer a Engenharia. É preciso saber de que precisam as tropas de todas as Armas, para tomar parte no combate.

(1) Em primeiro lugar, é necessário que elas se movimentem e, para tal, entre outras coisas, é preciso que haja estradas ou pistas transitáveis. Surge, então, uma primeira missão atribuída à Engenharia e que beneficiará a tropa de todas as Armas e Serviços: as vias de transporte. Desta missão poderão constar: construção, melhoramento, reparação e conservação das vias de transporte. Cumprindo à Engenharia a atribuição de manter em estado de tráfego as vias de transporte, poderão deslocar-se por elas as peças, a munição, os trens da Artilharia e Infantaria, a própria tropa. Em caso de movimento motorizado, por aí passarão caminhões de transporte, carros de combate, viaturas dos Serviços, tropas motorizadas de reconhecimento da

Cavalaria ou mesmo sua tropa hípomóvel.

(2) De grande utilidade para as tropas de todas as Armas são os trabalhos de transposição de cursos d'água: à Infantaria, para transportar suas vagas de assalto em botes e portadas; à Artilharia e aos Carros, para levar à margem oposta os elementos necessários ao apoio do ataque; à Cavalaria, particularmente nos movimentos retrógrados, para colocar seus elementos a coberto do rio, contra o inimigo que vem persegundo os elementos de retardamento.

(3) A tropa que se movimenta pode encontrar obstáculos, quer se trate de um simples deslocamento, quer seja no combate propriamente dito. Assim poderá encontrar obstáculos nas estradas, como minas AP e AC e outros obstáculos, principalmente quando se trata de desembocar de um ataque. Cabe à Engenharia remover êsses obstáculos ou abrir passagem através delas, dentro do prazo devido. Com seu pessoal especializado, suas ferramentas e seus explosivos, a Engenharia abrirá passagem para que a Infantaria e os Carros desembocarem para o ataque.

(4) Suponhamos agora que se vá fazer um ataque a uma posição fortificada; o inimigo certamente possui suas casamatas de concreto e, contra elas, só os lança-chamas e as cargas explosivas do pessoal de Engenharia. O inimigo protege-se provavelmente contra os nossos ataques, a pé ou de carros, com obstáculos AC e AP; contra êsses obstáculos atuará a Engenharia, como já ficou dito, com seus explosivos, seus torpedos "bangalore", suas "serpentes". Também retirará as minas e armadilhas que viriam cair sobre baixas à nossa tropa.

(5) Para proporcionar maior conforto e segurança aos nossos órgãos de comando e de vida, a Engenharia pode construir abrigos para êles (para o QG, PC, PS, etc.) e pode também camuflá-las. No que diz respeito ao conforto da tropa em geral, a Engenharia instala pontos d'água para suprimentos de tó-

das as Armas e prepara acantamentos.

(6) A Engenharia pode dificultar a vida do inimigo e os seus movimentos, criando obstáculos e executando destruições. Os obstáculos AC e AP terão influência na atuação do inimigo, pois dificultarão seus movimentos e protegerão também as unidades amigas, principalmente as de 1º escalão (Infantaria ou Cavalaria); facilitarão também o tiro da Artilharia, pois deterão o adversário; por outro lado, protegerão os elementos dessa Arma contra incursões inimigas, particularmente de carros. A destruição dos recursos também dificulta a vida do inimigo e seus movimentos porque o obriga a trazer tudo da retaguarda.

(7) Finalmente, a Engenharia também pode tomar parte no combate, como Infantaria.

VI — MISSÕES DA ENGENHARIA

Assim podemos grupá-las:

(1) Reconhecimento de Engenharia;

(2) Vias de transporte (Estradas e Pontes);

(3) Fortificações inclusive lançamento de obstáculos, e nestes particularmente os campos de minas;

(4) Transposição e remoção de obstáculos;

(5) Destruíções;

(6) Instalações (depósitos, acantonamentos);

(7) Camuflagem;

(8) Suprimentos (água, cartas, material de Engenharia);

(9) Combate (segurança das próprias unidades, defesa de locais de trabalho, apoio à Infantaria, assalto às posições fortificadas, combate como Infantaria);

(10) Especiais (Transposição de cursos d'água e Barreiras).

No que diz respeito às missões da Engenharia encontramos na "A Defesa Nacional" o seguinte comentário quanto ao que prescreve a doutrina americana:

"O Manual de Campanha de Engenharia é categórico: As tropas de Engenharia devem estar perfeitamente treinadas no emprêgo do

seu armamento e na tática de Infantaria — E prescreve depois a organização do B.E. como Btl. Inf. Já não se restringe mais aos casos de emergência, mas ao emprêgo deliberado da Engenharia como Infantaria, até mesmo nas ações ofensivas. Então, o soldado de Engenharia deve ser, a um tempo, um infante destro e um engenheiro hábil. Julgamos que o máximo que se pode exigir do soldado de Engenharia é: saber tirar do seu armamento o maior rendimento e ser capaz de empregar-se em ações ofensivas, ocasionais, momentâneas, para defender-se ou para reforçar a defesa em casos de emergência."

Julgando demasiado o que prescreve o Manual de Emprêgo da Engenharia, quanto à sua atuação como Infantaria, podemos dizer que a Engenharia deve estar em condições de cumprir um mínimo indispensável, além de suas missões específicas:

- deslocar-se por seus próprios meios, motorizada ou a pé;
- defender seus locais de trabalho e de estacionamento, contra o inimigo a pé, blindado ou aéreo;
- ser empregada como Infantaria em casos de emergência.

VII — FORMAÇÃO DO OFICIAL DE ENGENHARIA NA A.M.A.N.

Após haver superado as agruras decorrentes da condição de cadete do 1º ano, e transposto as barreiras árduas e escabrosas da Física, conquistando assim a promoção ao 2º ano, vê-se o cadete face à encruzilhada silenciosa de sua vida de soldado: a escolha de Armas. Esta é processada segundo a mais rigorosa seleção intelectual. O cadete por seu próprio mérito, ao abraçar a Arma de Engenharia, escolhendo-a com toda sua vibração de militar, é surpreendido por um ambiente novo, por uma mentalidade meio desconhecida. Em solenidade tradicional, são os novos engenheiros recebidos por seus companheiros mais antigos. Desenvolve-se, paralelamente, o espírito de Arma e o de Academia. A Enge-

nharia tem sua mentalidade específica, suas tradições, seu orgulho próprio. O engenheiro se ufana de meter o "gagá". Logo se lhe incute na alma o desejo e a necessidade de aprimorar suas virtudes e corrigir os defeitos. São elevados os sentimentos de honestidade, firmeza de caráter e amor ao trabalho. A cola não existe. O grau não tem apenas a finalidade de aprovação. A luta por ele é ferrenha porque da classificação vai depender a escolha da Unidade para servir. Ademais, a promoção até o posto de capitão obedece à ordem de merecimento intelectual. Afara essas considerações, há o objetivo de aprender para ensinar. Como "leader", condutor de homens, é o oficial, moral e materialmente, obrigado a conhecer a fundo os assuntos inerentes ao ofício.

No Ensino Fundamental, solicita-se intensamente o cérebro do cadete as cadeiras de Mecânica Racional, Topografia e Química.

No Ensino Militar, cerca de vinte matérias, subdivididas em grupos e subgrupos, põem à prova, não apenas o intelecto, mas também, e em grande escala, o vigor físico do futuro oficial. Educação Física, Equitação, Conduta-Auto, Ordem e Unida, Instrução Geral, Educação Moral, Camuflagem e Guerra Química são assuntos comuns às diversas Armas. O interesse do cadete de Engenharia logo é despertado por matérias quais sejam: Pontes, Comunicações, Rodovias-Ferroviás, Destruíções-Explosivos, Equipamento Mecânico-Motores, Suprimento de Engenharia. As seguintes, não menos interessantes, completam a gama de matérias inerentes ao 2º ano do Curso: Fortificações de Campanha, Reconhecimento de Engenharia, Topografia de Campanha, Armamento e Tiro.

O Batismo do Pontoneiro, na primeira instrução de Pontes, nas águas do Paraíba, constitui, para o novo engenheiro, o primeiro acontecimento marcante. São atados os laços da perfeita camaradagem. Nesta tradição notável, humorística e interessante, todos de irmanizam, unidos que estão pelos mesmos ideais.

São os novos Pontoneiros lançados às águas por seus companheiros mais antigos.

Os problemas escolares se avultam. O "gagá" intensifica-se. A instrução cresce em intensidade, continuidade e progressividade. Dias voam e semanas correm. O tempo torna-se exíguo. Faz-se mister estudar pela noite a dentro, apesar da fadiga corporal de um dia de trabalhos. A propósito, a Educação Física, sugativa que é, faz o cadete sentir e conceber o que é limite. A amenizar-lhe o labor intenso, tem a satisfação moral do dever cumprido. Facilita a aprendizagem o estudo voluntário por equipes, em comum cooperação. A disciplina consciente cria raízes. O cadete é sempre bem humorado. Difícil, contudo, estar satisfeito. Espírito "olímpico" elevado. Competições esportivas muito freqüentes. Não há distinção de credos nem de raças. No labor quotidiano, todos se igualam e se prezam. Em vésperas de sabatinas, o cadete de Engenharia, sabedor de que nada resiste a um bom "gagá", sacrifica filmes, dorme tarde ou levanta mais cedo.

Como aplicação da instrução, aprazem ao cadete os exercícios de longa duração. O esforço físico é enorme. Os perigos são reais e estão presentes a cada passo nas instruções de Engenharia. Isso proporciona auto-confiança e sentimento de responsabilidade.

Não fôra a fôrça de vontade para vencer as fadigas e tudo enfrentar, jamais conseguiria o cadete a almejada estréla do Oficialato.

Promovido ao 3º ano, vê mais próximo seu objetivo. Balística, História Militar, Empreço da Arma e Resistência dos Materiais lhe completam a formação intelectual. Sua cultura nivela-se à dos seus pares nos Exércitos modernos das grandes potências mundiais. As matérias do Ensino Militar do 2º ano, são acrescentadas: Metodologia, Administração, Legislação e Escrituração Militar, Técnica Auto, Transporte e Circulação, Defesa contra Aviões e Blindados, Informações de Combate,

Foto-Informações, Construções Gerais e Minas e Armadilhas.

O cadete do 3º ano é cônscio de suas responsabilidades. Na Academia usufrui de muita riqueza. Desfruta de tanto bem acumulado pelo esforço alheio. Nada fêz. Nada trouxe senão a vontade. Tudo o mais encontrou. Instrutores seleitos, bons professores, ambiente digno, conforto material, instrumentos de trabalho, alimentação esmerada, uniforme brilhante e o prestígio dêle decorrente.

Pergunta a si próprio: que bem fiz à minha Pátria para dela tanto receber? Alegre e consciente, acha a resposta tranquilizadora: "Pelo trabalho incessante, intenso e desinteressado, adquire o saber profissional mediante o qual poderá, no futuro, retribuir tanta benefícios. Não visa o baixo propósito de acumular riquezas para o gôzo próprio. Como verdadeiro militar, consagra-se ao trabalho para quando preciso fôr, sacrificar-se na defesa de seus concidadãos. Além do caráter nobilitante de individual, seu trabalho assume o aspecto altruístico: visa a tranquilidade e a segurança dos brasileiros".

Obter dia a dia mais e melhores conhecimentos, trabalhar alegremente, sem o sentimento egoístico da recompensa material, produzir melhor e cada vez mais, trabalhar com esmero proporcional ao peso do encargo, é, em resumo, o programa do cadete e do oficial do nosso Exército. Ambos colocam em primeiro plano o valor moral.

Pelos exercícios físicos, o cadete adquire, quotidianamente, maior força muscular, velocidade, resistência. Pelos estudos, acumula maiores conhecimentos, mais perfeitos e mais vastos, que tornam sólido e elevado o seu nível cultural. Com efeito, alguém já disse: para ser bom General, é preciso saber bem as matemáticas.

Exercita a vontade, vencendo em cada jornada, questões mais complexas, problemas mais difíceis, situações mais confusas. O valor moral consiste no aperfeiçoamento da von-

tade, porque, em suma, a guerra é a luta entre duas vontades em que vence a mais forte.

O cadete possui um espírito são em um corpo sadio. Junta o livro ao sabre. Une a cruz à espada. Vence o difícil imediatamente. Domina o impossível com maior esforço.

A Arma de Engenharia é, portanto, potente e valorosa, porque se constitui à base da matéria-prima que a A.M.A.N. fornece purificada — física, intelectual e sobretudo, moralmente.

Ao findar do ano o cadete é Aspirante. Deixa, comovido, o recinto amigo desta Academia que, nas horas alegres como nos momentos de angústia ou desânimo, os abrigara com carinho maternal.

Ao transpor o portão monumental, em direção à caserna, para servir ao Brasil, sentirá, da Nação, esta advertência: ide, meu filho, que a Pátria de vós tudo espera. Se queres a paz, prepara-te para a guerra. "Ante, porém, uma perspectiva acabrunhante, aguarda que o relógio do destino sôe a hora da provocação e da luta que se avizinha. Luta de sobrevivência ou de morte. Da liberdade ou da escravidão. Da vitória da razão ou do instinto, com o esmagamento do indivíduo, o desmantelamento da família, o aniquilamento da religião.

Escolheste a mais bela e nobre das tarefas que te poderiam caber. És o guardião da segurança, da tranquilidade, da ventura de nossos lares. Sentinela vigilante da lei e da dignidade da Pátria. Defendendo-a, é a ti e aos teus que defendes. A inviolabilidade da terra que te viu nascer. A sonoridade de teu idioma. O culto de teus antepassados. A glória de tuas tradições. Os feitos de teus heróis. A honra de tua história.

Ao sentires o pavilhão auriverde tremular à frente de tuas colunas, um frêmito de entusiasmo abalando teu peito, repetirás mentalmente o juramento do soldado gaulês: minha honra me pertence, meu sangue

pertence à Pátria, minha alma pertence à Deus".

BIBLIOGRAFIA

Notas de Aula do Curso de Engenharia.

A F.E.B. pelo seu Comandante (Marechal Mascarenhas de Moraes).

O Exército, a Universidade e a Nação (Prof. Ernesto Leme).

Conselhos aos Alunos da Escola Militar (Gen. I. Reguera).

FÁBRICA DE AGULHAS HIPODÉRMICAS DELTA LTDA.

FUNDADA EM ABRIL DE 1938

PLATINA IRIDIADA A 25% — NÍQUEL PURO E AÇO
INOXIDAVEL E GARANTIDAS



Executa-se qualquer tipo de agulha, de acôrdo com amostra ou desenho

Consertos garantidos em agulhas de platina, Pontas, Facas, Thermo e Galvano Cautério

Fabricantes de esterilizadores e seringas veterinárias Agentes em todos os Estados

RUA PROFESSORA ESTER DE MELO, 67

Tele { fones 48-6440 e 48-2959
gramas DÓQUESTE — Caixa Postal 107 — Rio de Janeiro

CASA BORGES

Importação e Exportação de Ferragens, óleos, tintas, artigos para lavoura e construções, metais, arame farpado e liso, tubos para água e gás, trens de cozinha, fogões a gás e a carvão, LOUCAS, cristais, porcelanas, artigos para presentes, papéis, céra, sementes, etc.

Únicos recebedores das enxadas e pás "JOTA" e "GORILA"

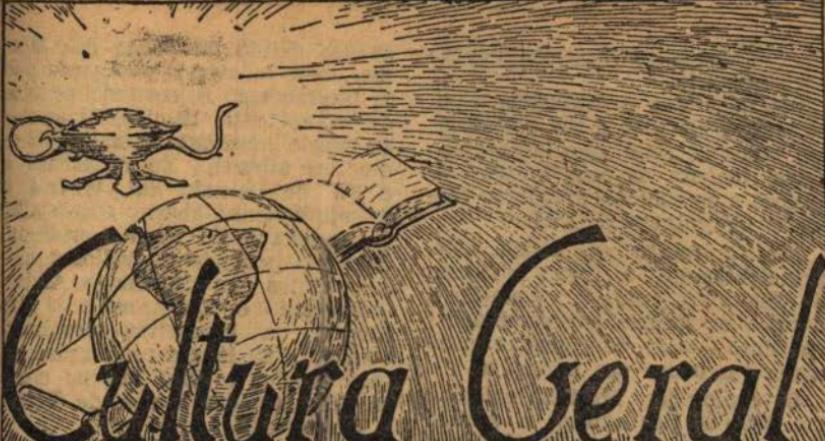
BORGES, COSTA & CIA. LTDA.

Suc. de J. Borges & Cia.

Distribuidores do Cimento Portland "MAUÁ" — Vendas por atacado e a Varejo

Depósito : Rua 15 de Novembro, 24 a 30 — Fones : 6874 e 6523

RUA DA CONCEIÇÃO, 27 — NITERÓI



Cultura Geral

PANORAMA BRASILEIRO

Gen. FELICIO LIMA

Charles Ribeyrolles maravilhou o mundo com a obra prima de seu gênio, de que foram arautos as suas esplêndidas e fecundas produções. Assim, esse notável historiógrafo revelou-se um dos precursores da Metodologia na investigação histórica. Teve grande amor pela verdade, individualizando a história e destrinçando-a entre a lenda e a fábula. É certo que não concluiu a sua obra sobre o Brasil, mas ninguém conseguiu arrebatá-la o clarividente espírito de crítica construtiva. Com leveza de estilo e simplicidade, focalizou profICIENTEMENTE os retábulos da poesia de um mundo ainda por explorar.

Ressaltou o Brasil quanto à sua extensão territorial que é equivalente a de quase toda a Europa. Seu solo, que do lado do Atlântico tem os contrafortes nesse Oceano, por trás de uma cortina de granito, três cadeias de montanhas se levantam paralelamente a tão formidável extensão de águas: a Serra Geral ou do Mar, que se estende pela costa oriental; a Serra do Espinhaço, que é a cordilheira

central, formando o esqueleto; a Serra das Vertentes, que em declive se dirige para Oeste.

Terra accidentada, que através de abismos se desenvolve estratégicamente até as alturas dos Andes e forma barreira entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

O seu sistema hidrográfico apresenta a mesma grandeza: a bacia do Amazonas, ao Norte; a do Paraná, ao Sul; o rio Paraguai, atravessando a região ocidental e a oriental, banhada pelo Atlântico. Das suas vertentes nascem e descem, por entre vales, cursos de água que crescem, de passagem por grande número de tributários, dirigindo-se uns para o Norte, como o Tocantins, o Araguáia e o Tapajós, que serão futuramente excelentes vias de comunicação interna rumo ao Amazonas; outros, correndo para o Sul, como o Paraná e o Paraguai, de fácil correlação entre si e os seus afluentes. Portanto, na ligação do Paraná ao Tocantins, ou mesmo ao Araguáia, e do Paraguai ao Madeira, terá o Brasil a sua rede fluvial, com o

seu conseqüente desenvolvimento agro-industrial.

Sentimos que a Natureza, aqui, se mostra em tôda a sua plenitude, em todos os seus aspectos promissores, embora os seus lances selváticos e as suas encantadoras fantasias mergulhem no abismo.

Mas o futuro do Brasil está, principalmente, a Oste: no vale do Amazonas, onde a vegetação é livre e os jacarés superabundam; em Mato Grosso, com grande parte ainda em poder dos indígenas.

O explorador Martius calculou em 500.000 pés cúbicos o volume de água que passa por Óbidos e que o rio-mar desde as suas cabeceiras, no lago Lauricocha, até a sua barra, na longitude 50° Oeste, com as primeiras curvas e desprezando os voltas menores — tem de extensão 2.740 milhas inglesas; em linha reta, de Leste a Oeste, cerca de 2.050 milhas; cobrem os seus tributários, de Norte a Sul, um percurso de 1.270 milhas. A superfície total da bacia amazônica, não incluindo a do Tocantins, é, pois, de 1.760.000 milhas quadradas. A sua foz é dez vezes mais larga do que o canal da Mancha, entre Dover na Inglaterra e Calais na França. Nela há três ilhas, sendo a de Marajó do tamanho da Suiça. O seu sistema fluvial comporta navios de grande calado numa extensão de 48.000 quilômetros de vias navegáveis.

Os algarismos supracitados representam mais de um terço da área de tôda a América do Sul e dois terços da superfície total da Europa. Nessas condições, a Europa Ocidental pode caber tôda ela dentro dessa área sem tocar em seus limites.

Relativamente aos indígenas de Mato Grosso, conforme escreveu Anchieta e constatou o insigne General Rondon, constituem elemento humano de alta valia, se bem compreendido e estimulado. São também excelentes guerreiros e leais na luta.

Já o Paraguai, em seu curso de aproximadamente 500 léguas, é

apenas detido no Fêcho dos Muros, onde, todavia, a navegação não se interrompe. E, segundo estudos de competente técnico, ligando-o ao Norte mediante canalização a um dos afluentes do Amazonas e a 34° de latitude Sul, ter-se-á o grande caminho aberto, e do Chile, da Bolívia e do Peru meridional descerão pelo rio os valiosos carregamentos que atulham os Andes.

Dispondo o Tocantins e o alto Paraná de cabeceiras próximas, com 40 a 50 léguas canalizadas estará vencida a linha interna entre as duas grandes bacias, de Belém a Montevideu.

Construiram-se rodovias e ferrovias, abram-se canais, porém não se olvidem as vias fluviais. Dessarte, demarcados, dragados, navegáveis, os rios entregaráo ao comércio o interior e o deserto. Porque a indústria tomará novo rumo, utilizando-se das quedas d'água, dentre elas a do salto do Paraná em Urubupunga, as de Sete Quedas, a da formidável cachoeira de Paulo Afonso, a dos grandes saltos do Madeira — que desce da cordilheira andina por uma maravilhosa escada de nove cascatas! O painel inebria o espectador que, dominado pela emoção, sentindo a alma elevada, tem a visão da incomparável cachoeira de Paulo Afonso. A de Niagara, cujas quedas são apenas duas, com 50 metros de altura, ligando os lagos Erie e Ontário, longe está de ostentar as singularidades, os contrastes e profusão de quadros naturais daquela catarata brasileira, que, segundo observador idôneo, modificam e mudam de posição de momento a momento. Chateaubriand, notável escritor francês, que qualificou Niagara — orgulho dos norte-americanos — de uma coluna de águas perdida do dilúvio, que não diria se visse a grande obra do rio São Francisco?! E os saltos do Iguaçu, nas fronteiras argentina e paraguaia? O ciclópico despender dêsse rio que leva em sua capacidade a contribuição de alguns dos maiores volumes de água do Paraná, constitui panorama talvez único no mundo! Porque, nas épocas

cas de vassante são 240 saltos e menor o estrondo das águas; mas quando o caudal se avoluma, em consequência das chuvas diluvianas, os saltos como num capricho da Natureza, fundindo-se muito além, numa orquestração terrificante das cataratas do Iguaçu e do Paraná, tornam espantoso o seu fragor, e tudo como que se resume numa catarata única!

Segundo os técnicos, o potencial dos saltos paranaenses é aproximadamente de um milhão de H.P., pois os desabamentos de suas águas se estendem a mais de cinco quilômetros e numa altura média de oitenta metros...

Os Estados do Brasil são de grande vastidão. Só Mato Grosso tem três vezes a extensão da França. O menor, o Rio Grande do Norte, excede em tamanho à Bélgica. No areial do Ceará cabem mais rebanhos do que nos pastos dos antigos condados da Inglaterra. Quanto à Amazônia colossal, região fabulosa e ainda mal conhecida, é como "Isis sob os veus"! Pernambuco é um dos primeiros e mais prósperos centros da República brasileira. A sua história, como província, encerra as maiores tradições nacionais; no regime holandês, sonhou com a soberania do Norte, tornando-a uma realidade. Mauricio de Nassau brindou-a com o expressivo nome de — "Virgem do Mar".

Precisamos, como disse certo observador, intensificar a penetração de suas energias, explorando suas minas, suas florestas, suas variedades botânicas; sondar a corola, examinar a fibra e o perfume, a casca e a fôlha, porque, obreiros de toda a luta, em nossa presença se descortinam as imensas possibilidades, que nos convidam e nos darão todos os tesouros. "Enfrente-se, pois, esta Natureza cálida e luminosa que em suas criações desconhece as fadigas e os repousos".

Assinalemos de passagem que o solo brasileiro encerra em suas profundezas os mais ricos e variados minerais do mundo, como sejam a platina, o ouro, a prata, o

cobre, o estanho, o chumbo e o ferro, além das cristalizações puras — o diamante, o rubi, o topázio, a esmeralda, a safira, as ágatas, a ametista, o jaspe, enfim, todas as pedras preciosas. Abriga ainda em suas prodigiosas entranhas o carvão de pedra, o salitre, o enxofre, o salgema, afora outros importantes produtos estratégicos, como o petróleo. Os mármore, os granitos, os calcáreos, as argilas, etc., estão ocultos em suas profundas galerias.

O solo, não obstante essa exuberância, não está completamente cultivado e para alcançarmos tal objetivo mister se torna cuidarmos de seu povoamento. Voltemos, pois, para a colonização estrangeira, que tanta prosperidade tem trazido à região meridional brasileira.

O Brasil jamais renegou as suas obrigações e nem tão pouco os seus contratos. A sua probidade, pela qual tem sabido zelar, mau grado os contratempos financeiros, asseguram-lhe no mundo uma situação digna e firme. Por que, então, não procurar atrair os capitais estrangeiros, garantindo-os com os trechos mais ricos do seu domínio?

A solução da exploração de suas riquezas, mormente do petróleo, está na associação de capitais estrangeiros sob os auspícios e a garantia de um governo empreendedor e honesto.

Os dirigentes brasileiros precisam ser fortes e patriotas para poderem domar essa natureza selvática, ligando as suas principais artérias, por rios, canais e rodovias, estabelecendo importantes vias de comunicação no interior do País. Ao governo incumbe ser, por assim dizer, uma fortaleza que não deve se entregar à adversidade.

Somos, é certo, suspeitos ao endeusar o Brasil. Por isso, transcrevemos o que disse brilhante escritor alemão sobre a Terra de Santa Cruz: "Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madruga mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem raios tão dourados, nem os re-

flexos noturnos tão brilhantes; as estrélas são as mais benignas e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol ou se sepulte, estão sempre claros; as aguas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras; é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde tem nascimento e curso os maiores rios; domina salutífero clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil..."

Donde não deixa de ser paradoxal o brasileiro viver pobre no meio da opulência de sua terra. Tudo, talvez, por desconhecerem os seus dirigentes os problemas fundamentais da Economia Política, deixando-se levar pela fascinação do instinto pessoal e do interesse material, olvidando explicita-

mente em sua tarefa de conjunto a disciplina e a cooperação que devem existir, visando o bem geral.

O brasileiro não deve ser pessimista, mas ter sempre as suas vistas voltadas para o progresso da Pátria e da soberania de seu povo. Afastar de si ideologias demagógicas de que elementos estrangeiros suspeitos procuram impregnar sua alma para extinguir o necessário e sagrado espírito de nacionalidade.

Pensamos, em conclusão, como o saudoso poeta e patriota Olavo Bilac, ao afirmar em terceto de um belo soneto:

"Hás de ser adorada, ó! Pátria,
eternamente!
Por ti eu perderia não só a noiva
querida,
Mas o meu próprio sangue e a mi-
nha própria vida!..."



TUDO PELO BRASIL

Companhia Dinamites do Brasil

(ORGANIZAÇÃO ADRIANINO)

Membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Fábrica : Estação ADRIANÓPOLIS — E.F. Rio d'Ouro — ESTADO DO RIO
 Escritório : AV. PRESIDENTE VARGAS, 463-14º — Tels. 43-8071 — 43-9504
 — END. TELEGRÁFICO "DINAMITES" — RIO DE JANEIRO —
 Secção de cerâmica — tijolos em grande escala — embarques
 diretos da estação ADRIANÓPOLIS para outra qualquer do Rio
 d'Ouro ou linha auxiliar

Explosivos e Pólvoras — Estopins — Espolétas de todas as espécies e demais
 acessórios para Pedreiras, qualquer mineração ou exploração de minérios.

Geografia e História Militar



CAXIAS, O MAIOR SOLDADO DO BRASIL

HOMENAGEM AO EXÉRCITO BRASILEIRO

OCTAVIO DRUMMOND

Deputado à Assembléia Legislativa do Estado
da Bahia

Comemora-se, hoje, em tôda a Pátria gloriosa, o Dia do Soldado Brasileiro. A data de 25 de agosto dedicada especialmente ao Exército Nacional, simboliza as tradições de bravura, dignidade e patriotismo dos soldados do Brasil.

Em tôdas as épocas da existência de nossa pátria, as fôrças armadas nacionais, demonstraram seu heroísmo inexcedível, sua invencibilidade e inquebrantável espírito de sacrifício, que as tornaram merecedoras de tôdas as consagrações populares, sempre tidas como o baluarte inexpugnável da grandeza e soberania de nossa estremecida — Pátria.

Tanto em solo nacional, como em terras estrangeiras, os nossos heróicos soldados sempre lutaram com bravura e dignidade, em defesa da soberania e da honra de nosso imenso e glorioso Brasil.

No Império e na República foram as nossas classes armadas os

esteios da nacionalidade, da ordem e do progresso de nossa terra.

As páginas de nossa história, estão cheias de glórias inexcêdíveis, atestando a bravura e a dignidade do soldado brasileiro, em tôdas as memoráveis lutas travadas em defesa da integridade de nossa Pátria.

Do Amazonas ao Prata, e em além mar, nos campos de batalha da Europa, em duas conflagrações mundiais, souberam os soldados do Brasil lutar com denodo e abnegação, em defesa da ordem e tranquilidade dos povos, resguardando a dignidade de nossa Pátria, repelindo com espírito indomável de patriotismo, tôdas as provocações e ultrajes que foram lançados contra o pavilhão nacional.

Na América do Sul, em todos os tempos, estiveram sempre prontos para garantir a soberania das nações irmãs, que nunca sofreram

de nossa pátria qualquer atentado à sua integridade territorial.

Lutaram os nossos soldados pela estabilidade do Império, pela independência de nossa Pátria e pela Proclamação da República, sempre com o coração vibrando de ardor patriótico, não encarando vicissitudes ou sacrifícios, na defesa da inviolabilidade do solo pátrio, cuja integridade foi ardorosamente defendida e mantida em todas as épocas da existência do Brasil.

Jamais, em tempo algum, foram as nossas forças armadas vencidas, pois sempre lutaram por causas nobres, assegurando não só aos nossos patrícios de hoje, como aos brasileiros de amanhã, a felicidade de viverem nesta terra abençoada pelo Criador, cuja imensidão e riqueza são motivos de justo orgulho para todos nós brasileiros!

— Brasil, terra querida, tua riqueza e tua imensidão territorial, não justificam que os teus filhos passem provações no presente ou que alimentem incertezas no teu futuro! —

Tua grandeza imensurável, deve ser a garantia da felicidade presente e futura de todos os teus filhos!

Numa terra rica como a nossa, onde os estrangeiros não passam fome e se sentem tranqüilos e felizes, não se comprehende a existência de apreensões e sofrimentos impostos aos nossos patrícios, muitos dos quais vivem hoje desesperados, sem ter onde morar, sem ter o que comer, sem ter onde trabalhar, numa luta dolorosa pela subsistência, enfrentando uma odiosa terrível e interminável!

A grandeza do sólo pátrio ainda em considerável extensão deshabitado e inexplorado, dá-nos a esperança de melhores dias no porvir, que trarão a felicidade e o bem-estar para todos os nossos patrícios, e assim, a segurança das instituições democráticas e a garantia da tranqüilidade de nossa pátria.

As forças armadas nacionais terão em todos os tempos os seus heróis, que nos campos de batalha souberam cobrir de glórias o auriverde pendão de nossa pátria.

Hoje, dia de Caxias, simbolizando a bravura, a dignidade e o patriotismo do soldado de nossa pátria, evocamos o vulto incomparável do generalíssimo Luiz de Lima e Silva.

Símbolo de heroísmo, reunindo em si qualidades excepcionais de inteligência, serenidade, bravura e capacidade militar, foi, incontestavelmente, o Duque de Caxias, o maior soldado do Brasil.

Militar brioso, disciplinado e patriota, registra a nossa história, com justo orgulho para nós brasileiros, as grandes virtudes cívicas e militares do cidadão soldado, símbolo imortal da honra do nosso glorioso Exército.

Conta-nos a história, como inicio das atividades marcantes do ilustre militar, a sufocação na Capital da República, pelas tropas imperiais sob o comando do então Major Luiz de Lima e Silva, do movimento sedicioso que se verificou em abril de 1832, chefiado por Miguel de Frias e Vasconcelos, que amotinando as guarnições das Ilhas das Cobras e Vilegagnon, desembarcou em Botafogo e dirigindo-se para o centro da cidade, acompanhado de grande massa popular, visou a derrubada do Império.

Caxias, derrotando os revoltosos, fêz com que o chefe da rebelião fugisse para os Estados Unidos da América do Norte. Esse período da vida de nossa pátria foi repleto de revoluções sucessivas, estando à frente do Governo Imperial, o Padre Antônio Diogo Feijó.

Passou então o Brasil um período de grandes agitações, verificando-se desordens e revoluções no Rio Grande do Sul, Guerra dos Farrapos (Revolução Farroupilha), que durou cerca de 10 anos; Revolução paraense, denominada de Cabanada; Revolução em Pernambuco, chamada de Praieira; Revolução em Alagoas; Revolução no Maranhão, chamada de Balaiada.

A guerra dos Farrapos foi a mais séria das revoluções dessa época, representando a mais longa

e mais triste das lutas civis travadas no país.

A Revolução de Balaia, que determinou o saque pelos revoltosos da Cidade de Caxias, no Estado do Maranhão, deu ao grande soldado do Brasil que a sufocou, o título de Barão de Caxias.

Iniciou-se a fase mais ativa da vida militar de Caxias, em 1840, sendo já nessa época considerado como glorioso General do Império.

Incumbido de restaurar a ordem em São Paulo e em Minas Gerais, conseguiu Caxias sufocar as revoluções nos dois grandes Estados, sendo que, em São Paulo, após ocupar a Cidade de Sorocaba, pondo fim à revolução, fez prisioneiro o Padre Diogo Feijó, ex-Regente do Império.

Registra a história que nessa ocasião o Padre Feijó dirigiu uma carta a Caxias em que dizia :

"quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves de Lima e Silva seria obrigado a combater o Padre Feijó ? Tais são as causas dêste mundo !..."

Caxias respondeu o seguinte :

"quando pensaria eu, em algum tempo, que teria de usar força para chamar à ordem o Senhor Diogo Feijó ? Tais são as causas dêste mundo !... As ordens que recebi de S.M. o Imperador, são em tudo semelhantes as que me deu o ex-Ministro da Justiça, Padre Diogo Feijó, em nome da Regência, nos dias 3 e 17 de abril de 1853, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse ; e da mesma maneira que então as cumprí, as cumprirei agora". —

Presso Feijó, ao grande estadista do Império, disse o grande Caxias :

"Só o dever de soldado me impõe o doloroso dever de vir prender o Senhor Senador Feijó, um dos chefes do movimento revoltoso ; Convido-o a acompanhar-me".

Belíssimo exemplo de compreensão de deveres, de lealdade ao Im-

pério e, especialmente, de disciplina militar !

Em Minas Gerais, Caxias, à frente de suas tropas, em Santa Luzia, dirigindo um assalto à baioneta, derrotou os revolucionários, pondo fim a agitação reinante.

Logo após ter sufocado as revoluções de São Paulo e Minas Gerais, Caxias foi designado para a missão de pacificar os gaúchos, tendo sido o grande soldado nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante em Chefe do Exército ali em atividades.

Entrando em ação contra os revolucionários gaúchos, no ano de 1843, apelou Caxias para os rebeldes, fazendo a seguinte proclamação :

"Lembrai-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de nós todos, o inimigo de raça e de tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe ; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue. Vede que esse estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos estamos nos enfraquecendo e destruindo.

Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da pátria, que é nossa mãe comum." —

Demonstrou o valente cabo de guerra, com essa sua proclamação, não só o seu patriotismo, como também sua habilidade militar, procurando evitar a todo o transe uma luta inglória, com derramamento de sangue brasileiro e sacrifício de vidas, que se tornavam necessárias à defesa da integridade do solo pátrio na iminência de uma invasão do território nacional por forças estrangeiras.

Os revolucionários rio-grandenses, apesar de não haverem atendido ao apelo de Caxias, demonstraram o seu amor à pátria comum, repelindo na altura as propostas de auxílio de Rosas, que se prontificara, para combater as forças Imperiais brasileiras. Rejeitando tal ofere-

cimento, responderam os rebeldes gaúchos ao tirano argentino :

"Senhor. O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira brasileira, fornecerá o sangue com que será assinada a paz de Piratinim com as forças Imperiais brasileiras.

Acima de nosso amor à República, colocamos o nosso brio, a integridade da pátria. Se puserdes agora vossos soldados na fronteira brasileira, encontrareis, ombro a ombro, os soldados de Piratinim e os soldados de D. Pedro II".

Transformou-se em realidade, anos depois, em 1852, a profecia de Caxias ; os republicanos gaúchos de Piratinim, ombro a ombro com os soldados Imperiais de D. Pedro II, derrotavam os platinos de Rosas, na célebre batalha de Monte-Caseros. O fim da guerra dos Farrapos tinha se verificado em 1845, recebendo o grande soldado brasileiro o título de Conde de Caxias, o pacificador do Rio Grande do Sul.

Em 1850, foi Caxias designado para chefiar as forças nacionais, desta vez a fim de repelir os insultos e ultrajes feitos às pessoas e aos bens dos brasileiros.

Rosas e Cripe assassinavam e roubavam os nossos patrícios, muitos dos quais, feitos prisioneiros, eram tratados com crueldade por aqueles dois adversários platinos.

Os miseráveis caudilhos estrangeiros, violavam o território nacional, e o Brasil, ferido na sua honra e na sua soberania, tinha o dever de repelir a ofensa.

Pretenderam os caudilhos platinos ocupar Montividéu dando, então, o Brasil, nessa ocasião, as garantias ao Ministro Uruguai, — André Lamas, que se encontrava no Rio e a quem o Governo brasileiro afirmou que não consentiria que os tiranos platinos ocupassem Montividéu.

No mês de abril de 1850, nomeado Caxias Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Coman-

dante em Chefe do Exército Brasileiro em operações, dirigiu a seguinte proclamação às tropas sob seu comando, recomendando-lhes o procedimento a manter no território estrangeiro ocupado :

"Não tendes no Estado Oriental outros inimigos, senão os soldados do General Manoel Cripe, e ésses mesmos, enquanto iludidos empunharem armas contra os interesses de sua pátria. Desarmados e vencidos, são americanos, são nossos irmãos e, como tais, os deveis tratar. A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios de humanidade,

A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeiro, amigo ou inimigo, é inviolável e sagrada, e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do Exército Imperial Brasileiro, como a sua própria honra. O que, por desgraça, a violar, será considerado indigno de pertencer às fileiras do Exército Imperial, assassino da honra e da reputação nacional e, como tal, severa e inexoravelmente punido".

A proclamação de Caxias foi fielmente observada pelas tropas brasileiras, dando lugar a que o grande cabo de guerra, ao terminar a luta, em 4 de julho de 1852, em Jaguarão, fizesse constar da ordem do dia o seguinte :

"A propriedade nacional do estrangeiro, do amigo, como do inimigo, foi por vós respeitada. Vossa conduta foi por todos os motivos digna dos maiores elogios.

Desagravastes a honra da pátria ; contribuistes para a paz de dois Estados e para o triunfo da mais santa das causas — a da liberdade, da civilização e da humanidade.

Está, pois, completa a vossa missão, a história levará vossos nobres feitos à posteridade, que, fazendo-vos a justiça de que sois dignos, vos cobrirá de bençãos".

Belíssimo exemplo de serenidade, equilíbrio de ação e nobreza de espírito, que sempre foram as qualidades marcantes do grande Caxias, que o fizeram respeitado pelos seus soldados, imortalizando-se seu nome como o maior soldado do Brasil em todos os tempos! As firmes e oportunas advertências do grande militar, nas horas mais graves e incertas das arrancadas, vasadas em linguagem altamente honrosa, traçaram-lhe o perfil moral, que servirá de estímulo, através dos tempos, aos soldados do Brasil, cujas tradições de bravura, nobreza e patriotismo foram sempre o apanágio do grande brasileiro Duque de Caxias.

Citamos tais fatos, revivendo a história da vida do ilustre militar, porque julgamos que a nenhum brasileiro cabe o direito de ignorá-los, pois na exaltação dos grandes feitos dos nossos heróicos antepassados, encontramos a centelha inapagável que iluminará o nosso espírito inquebrantável de patriotismo, em defesa da soberania e da honra de nossa terra!...

Acetizando a declaração de guerra feita por Rosas, teve início a investida final das forças sob o comando de Caxias, que marcharam em direção à Buenos Aires, onde a 3 de fevereiro de 1852, destroçaram completamente as tropas de Rosas, que, vendo-se irremediavelmente batido, e para não cair prisioneiro dos aliados, fugiu para a Inglaterra, onde morreu anos depois.

Entrou Caxias triunfante em Buenos Aires.

Derrubados do poder os caudilhos Cobi e Rosas, iniciou o Brasil uma fase de grande desenvolvimento econômico.

Passaram-se os anos e, em novembro de 1864, teve inicio a guerra do Paraguai, onde brilharam as figuras do Almirante Barroso, Osório, e, entre outros, as dos então jovens oficiais brasileiros, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Gumerindo Saraiva e Custódio de Melo.

As tropas da tríplice aliança, Brasil, Argentina e Uruguai, foram colocados sob o Comando do

General Argentino Bartolomeu Mitre.

Dois anos após o início das hostilidades, tendo surgido uma revolução na Argentina, em novembro de 1866, o Comando Geral das Forças Aliadas em operações, foi confiado ao grande Caxias, que por questões políticas, se encontrava nessa época afastado do campo de operações militares, o que constituiu uma grave ofensa e injustiças méritos reais do ilustre militar, e, além disso, prejuízos incalculáveis ao bom êxito das operações de guerra, que já se prolongavam por mais de dois longos anos.

As tropas brasileiras, ao saberem do auspicioso fato, recuperaram as energias, tendo, então, conquistado inúmeras vitórias, que redundaram na entrada glorioso de Caxias no reduto Paraguai, julgado inexpugnável, de Humaitá, onde Caxias fez substituir a bandeira inimiga pelo pavilhão nacional, que passou a flutuar na fortaleza de Humaitá.

Seguiram-se as vitórias retumbantes das forças sob o Comando de Caxias, que cobriram de glórias o Exército nacional, destacando-se a tomada da ponte de Itororó, a Batalha de Avaí, em 11 de dezembro de 1868, na qual foi ferido o grande soldado brasileiro General Osório, Marquês de Herval e herói da guerra contra o Paraguai; finalmente a de Lomas Valentinas, que abriu as portas da capital do Paraguai, para entrada triunfante das forças sob o comando de Caxias.

Em 5 de janeiro de 1869, entrou Caxias vitorioso em Assunção, capital do Paraguai. — Após esse feito, vencida a Capital inimiga, passou Caxias o comando das tropas em operações ao Marechal Guilherme Xavier de Souza Campos, após convidar os paraguaios a voltar aos seus lares, pois a capital inimiga havia sido completamente abandonada pelos paraguaios. Regressando ao Rio de Janeiro, onde chegou em 15 de fevereiro de 1869, recebeu o intrépido brasileiro o título de Duque

de Caxias, pelos serviços inestimáveis prestados à pátria.

A vida gloriosa, heróica e incansável, com uma seqüência admirável de serviços prestados ao Brasil durante dezenas de anos, fêz com que Caxias fosse considerado, com justa razão, símbolo do valor militar do soldado brasileiro, título esse conquistado em lutas e campanhas memoráveis, que ficarão, através dos templos, na história pátria, como exemplo dignificante de estoicismo, altruísmo, bravura, lealdade e patriotismo, qualidades essas que foram patenteadas numa demonstração eloquente da firmeza de conduta do grande brasileiro, através de longos anos de atividade militar, que o levaram a merecer, tanto na vida, como na posteridade, um lugar de honra na constelação dos valores nacionais.

A nossa Pátria espera que cada um cumpra com o seu dever, cultuando a memória dos seus heróicos antepassados, num preito de imorredoura justiça aos vultos eminentes que tanto souberam honrá-la pelas suas ações dignificantes de civismo e ardor patriótico, em defesa da nacionalidade.

A data do desaparecimento do ilustre brasileiro, não deve merecer de nossa parte citação especial, porque o grande militar permanecerá imortal na consciência de todos nós, como símbolo autêntico de nossa Pátria.

As homenagens que ora estão sendo tributadas ao brilhante militar Duque de Caxias, significam uma justa prova do aprêço que nos merecem as classes armadas brasileiras, sentinelas avançadas da soberania nacional, especialmente nesta hora grave por que passa o mundo, e que está a exigir de todos nós alta compreensão de deveres, para que a civilização não se desmorone no tumulto das competições hodiernas, como imperativo da tranquilidade geral que haverá de assegurar o desenvolvimento político, econômico e social do Brasil, garantindo a perpetuidade

da nacionalidade, que nos cabe preservar, sejam quais forem as contingências que formos levados a enfrentar.

**NÃO DEIXE PARA AMANHÃ
O QUE PODE FAZER HOJE,**

COMPRE JÁ!



*em artigos para homens,
para senhoras e para o
lar nenhum sortimento se
compara ao da*

**Camisaria
PROGRESSO**
PRAÇA TIRADENTES, 2 e 4



NO SESQUICENTENÁRIO DE CAXIAS

Coronel JONAS CORREIA

Professor do Colégio Militar — do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — da Academia Carioca de Letras

Nota da Redação: Este artigo nada mais é que a bela oração proferida no dia 25 de agosto de 1853, em frente ao Panteon de Caxias, pelo Cel. Jonas Correia. Tendo sido remetido para esta redação quando já estava em circulação o número de agosto de 1953, comemorativo do sesquicentenário do nascimento do Duque de Caxias, não pôde ser publicado na época. Publicamo-lo agora e com prazer, ao ensejo do "Dia do Soldado".

UM SENTIDO DAS COMEMORAÇÕES

O Brasil comemora, este ano, o sesquicentenário de nascimento do seu grande filho, que foi o Duque de Caxias.

Evocá-lo é sempre oportuno, de vez que sua vida é um exemplar magnífico de virtudes cívicas, onde os brasileiros encontram, inalteravelmente uma ação, um gesto, uma palavra — que há de concorrer para o nosso aperfeiçoamento espiritual.

Nem só a mocidade militar, do Colégio à Academia das Agulhas Negras, encontrará na sua existência uma fonte riquíssima de ensinamentos, assim morais que profissionais. Também a juventude civil, dos Ginásios às Academias, poderá haurir da conduta do cidadão, — que ele foi no mais elevado sentido do termo, — um inestimável acervo de lições, tôdas emanadas dos árduos embates da vida...

A História aí está. E dentro dela se encontra a sua figura, assinalada pelo espírito de coerânciam, de desprendimento, de respeito ao poder civil. Não precisamos de forçar o nosso raciocínio, para concluirmos em favor da sua desambiguação ao título de caudilho ou ditador, tão em voga na época em que viveu.

É que jamais se lhe alterou o equilíbrio espiritual: e esse homem imenso, que poderia dispor de um incontrastável poder, entre a tropa de que era chefe e ídolo, e entre o povo de que era garantia de ordem e fascínio de autoridade; — esse homem que fôra esteio indiscutido de um trono, arbitrio só é de dos rumos a seguir pela nação que se estruturava sob suas vistas; — esse homem magnífico, à sombra de cuja fôrça se acolhera, medrosa, a voz dos estadistas, para lhe pedir o amparo prestigioso de uma farda sempre vitoriosa; — esse homem sublimado, que fez a costura indestrutível da união das nossas províncias, agindo no Maranhão, em S. Paulo, em Minas e no Rio Grande; — esse homem, vencedor na Bahia, na Cisplatina, contra Rosas, onde fez fulgirem, decisivos, os bordados do General Conde de Pôrto Alegre, — e no Paraguai, contra Lopez, onde assombrou com a Dezembrada fugrante e fulminante; — esse homem poderia ter seguido o molde dos seus êmulos de outros países, e se teria tornado dono de sua Pátria.

Caxias preferiu, entretanto, dar o exemplo, em vez de aceitá-lo. Não levou o país a seu nuto, mas se pôs sempre enamoradamente à sua serventia. Sob o ponto de vista sociológico, este é o relêvo extra-

ordinário que lhe emprestamos: nas aras da Pátria o nosso reconhecimento esculpe o retábulo que simbolizará a sua ação e a sua glória.

HERÓI E SERVIDOR DA PÁTRIA

A necessidade do culto dos heróis nacionais é um imperativo da própria existência dos povos. A França exalta os feitos de Napoleão até ao exagero. Na América, os Estados Unidos tiveram, no vulto de Washington, um general, antes de tudo. E, se Lincoln não teve esse posto, — para consolidar a unidade de sua pátria —, valeu-se de um cabo de guerra valoroso, o general Grant, cujo túmulo é famoso pela atração que exerce sobre os americanos, que o visitam reverenciosos e agradecidos.

Nós também devemos venerar e cultuar os nossos mortos ilustres. E Caxias se extrema entre os maiores!

Sua história, que jamais teve descaídas, singularmente ascensional, deve andar de cor, sentimentalmente colorida pelo nosso reconhecimento, de modo que os seus exemplos sejam fanal ao nosso itinerário e de nação livre. Sua espada, que foi um sol sem ocaso, estendeu-se poderosa e benéfica sobre a Pátria e realizou a sua unidade: só isso, internamente, lhe conferiria merecimento à nossa admiração, se, externamente, ele não tivesse trazido para o Brasil o maior conjunto de glórias, de que se possa orgulhar um povo americano: é a campanha paraguaia, em que sua coragem pessoal e sua técnica militar forcaram os acontecimentos a cobrir de louros a bandeira imperial brasileira! Seu espírito, iluminado por uma luz interior que o torna excepcional na história do Brasil, só tinha um lema — a felicidade da Pátria.

Por isso, dêle se pôde dizer que era "um caso providencial de predestinação, único na história americana", e "que não era só o símbolo do soldado brasileiro, era ainda o gênio tutelar da nacionalidade".

Herói! O "grande herói tranquilo", da nossa Pátria! foi Caxias o herói que corresponde ao conceito justo e atual do ilustre sociólogo patrício, o professor Carneiro Leão, que assim classifica — aquêles homens que se distinguem por feitos notáveis, em benefício de seus semelhantes, na guerra como na paz, no governo do estado como na direção de batalhas, na perseguição paciente de uma pesquisa científica ou de um invento benemérito como na magnanimidade, no despíndimento, no sacrifício.

É que lutando e morrendo pela ciência, pela educação da juventude, pela família, pela pátria, — ainda fala o sociólogo, — o homem dá provas evidentes de heroísmo. Seu culto é, pois, uma escola de gratidão e de valor. Realizá-lo é — edificar uma juventude orgulhosa de seus antepassados, desejosa de crescer, de melhorar, de ser grande.

Estamos cultuando a memória de um herói e servidor da Pátria: mas neste culto se inclui o compromisso de continuar, à sombra e ao influxo do seu exemplo, o esforço em prol do engradecimento constante da Pátria. Porque sentimos que o Duque de Caxias pertence àquela classe de homens eleitos que, segundo Rui Barbosa, Deus tornou imortais, porque escreveram nas almas... Na alma da juventude escreveu êle, ontem, como ainda hoje, as letras, as palavras, os períodos dos códigos ideais da conduta humana, como nos atestam os seus feitos de militar, de político e de civil, sempre, invariavelmente, com o pensamento e o sentimento de servir, do melhor modo, à sua, à nossa Pátria. E que o féz — todos os reconhecemos. Aqui, é Rui que lhe proclama e enaltece o espírito civil: ali, é Capistrano de Abreu que lhe salienta benemerência das mãos firmes", que nunca foram senão um instrumento da verdade, da construção e da harmonia.

E, acima de tudo e de todos, é a gratidão pública — o amplo e irrecorável juízo do Povo! — que

está neste monumento e nestas comemorações, onde se compraz o espirito nacional, conscientemente, devotadamente.

O CHEFE MILITAR CATEGORIZADO

E por que estamos aqui? Reverenciando um conquistador? Não! Venerando um caudilho? Não! acatando um ditador? Não! honrando um tirano? Não e não! Homenageando um despota? Não! Enaltecedendo um usurpador? Não! ainda.

Brasileiros — só nos reuniríamos em roda de uma estátua que simbolizasse a antítese de tudo isso!

Com o Duque de Caxias serviram os grandes chefes militares de que o Brasil ciosamente se envadece: Osório, a lança do Império; Sampaio, o temerário; Andrade Neves, o bravo dos bravos; Pôrto Alegre, Câmara, Argolo Polidor, Tibúrcio, os Mena Barreto, Floriano, Mallet, tôda a coorte heráldica, que haveria de conduzir as armas brasileiras ao pináculo da glória.

Quando ele resolveu cruzar o chaco, houve um instante em que o assombro se assenhoreou dos seus comandados. Isso era o impossível! O próprio Lopez duvidara que o Exército de Caxias pudesse atravessar o chaco tenebroso e hostil. Julgou que se tratava, apenas, de uma diversão do inimigo.

— "Aníbal só existiu um"! — disseira madame Lynch, a inglesa amante de Solano Lopez, ao ter notícia do audacioso empreendimento.

O Cartaginês, depois que galgou os Apeninos, marchou com o seu exército quatro dias dentro da água, sem um único pouso enxuto onde parar!

Quem suporia que o General brasileiro se atrevesse a escolher se melhante estrada?

Mas Aníbal surge em Fésula e Caxias em Santo Antonio.

O impossível nunca figurou no dicionário dos verdadeiros generais.

Pois essa decisão e essa manobra têm um resultado inteiramente previsto por Caxias: a queda de Assunção. E o fim da guerra.

Dirigia, em pessoa, as operações que imaginava como estrategia invencível, e via assim o êxito da sua arremetida, iniciada em conexão com Inhauma, que forçou com a esquadra enraivecida a passagem de Humaitá, fortaleza soberba, e de cuja inexpugnabilidade todos tinham certeza, todos, todos menos Caxias que a conquistou. Por isso lhe coube poder escrever àquele Almirante, modelarmente, despresticiosamente: "Eu, por terra, fiz o que prometi, não mandei, fui em pessoa dirigir uma coluna de seis mil homens das três armas, na hora ajustada para a passagem dos monitores e couraçados da esquadra, e com uma força atacar a extrema de Humaitá. Tomei, depois de três horas de renhido combate, o forte do flanco esquerdo daquela praça, que estava guarnecido com quinze bocas de fogo, e tudo já está no meu acampamento." "Mas depois de ter empreendido o ataque, ou havia de ficar ali eu mesmo com tôda a força que levei, ou havia de vencer. Deus não me abandonou, pois, ainda desta vez."

Essas palavras refletem uma constituição especial de chefe. Ele era a intrepidez, era a coragem, era a vibração, era a bonhomia, era a finura psicológica.

Valho-me, para edificação moral e exaltação cívica dos brasileiros, do reconto de dois acontecimentos, que bem atestam a singular personalidade do Duque de Caxias. O primeiro é relativo à promoção de Câmara a General, no campo de batalha; e o segundo a um militar um tanto desajeitado.

Vilhena de Moraes escreveu:

"Na batalha de Avaí, alagado em suor, arfando ao ímpeto de uma das suas furiosas cargas de cavalaria, passa por ele o então coronel Câmara. "Muito bem, General", grita-lhe o Comandante em Chefe".

O que depois foi o aprisionador de Solano Lopez, — o futuro Visconde de Pelotas, de ação tão decisiva na proclamação da República, ascendia assim, imponentemente, à testa dos seus lanceiros, ao generalato consagrador de suas virtudes guerreiras.

De outra feita... É o General Dionísio Cerqueira quem narra, nas suas lindas e emotivas "Reminiscências da Campanha do Paraguai", de que disse o General Tasso Fragoso: "Este livro é um deslumbramento; todos os brasileiros deviam lê-lo. Sugiro ao Governo do Brasil a idéia de dar-se esse belo livro, como prêmio todos os anos, em nossos estabelecimentos de ensino".

Ocorreu o episódio, quando o exército, sob o comando direto de Caxias, se preparava para o embate de Lomas Valentinas, — e lia, ardido e bêbedo de glórias, a famosa proclamação do Chefe, que assim findava: "Marchamos para a vitória, que é certa, porque o vosso general e amigo até hoje não foi vencido!"

Relatou Dionísio Cerqueira:

"Já o Marquês havia passado em revista todo o Exército. O Comandante da minha brigada, ilustre Coronel de Engenheiros e tão bacharel em matemáticas, que nunca deixou de pôr o Bacharel (Bel.) antes do nome, até depois de promovido a Marechal, era ilustrado e bravo. Quando Caxias passou pela nossa frente ao trote do seu belo cavalo de guerra, o coronel fêz-lhe dupla continência, — com a mão direita abatendo a espada e com a esquerda tirando o chapéu de fétro negro, de abas largas. O Marquês sorriu e disse tão alto que todos ouvimos:

"Ponha o chapéu, seu paisano!"

Contudo, não havia reprimenda em suas palavras, repassadas dessa suave camaradagem que liga os homens em face do perigo comum.

SOLDADOS DO BRASIL

A farda, que envolveu o seu corpo, não no erradicava do meio

civil. Apenas era nêle o distintivo da profissão, tão digno como o avental do médico, a toga do juiz, o anel do engenheiro, a ferramenta do operário.

É que nesse militar coexistia o civil, o paisano, de virtudes construtoras, de abnegação cívicas. E o Duque de Caxias não depreciava o concurso do elemento civil na formação do seu Exército: antes o estimava, com previdência verdadeiramente profética, pois desejava à tropa uma demonstração da energia nacional organizada, para se defender e impor.

Nêle era intuitiva aquela idéia que, nos nossos dias, Batista Pereira, um grande discípulo e colaborador de Rui Barbosa, haveria de cristalizar, em palavras magistrais dirigidas aos intrépidos e brilhantes acadêmicos de Direito de S. Paulo: "A primeira mobilização de um país é a mobilização espiritual. O seu mais poderoso armamento está nas almas"!

Ora, na tristemente famosa questão Christie, em fins de 1863, Caxias sentiu desalentadoramente a incapacidade do país para uma reação armada às impertinências do ministro inglês, e escreveu ao Visconde do Rio Branco: "Não se pode ser súdito de nação fraca. Tenho vontade de quebrar a minha espada, quando não me pode servir para desafrontar o meu País de um insulto tão atroz".

No entanto, em 1855, como Ministro da Guerra, intentara constituir um Exército "composto de elementos de moralidade e de ordem", ficando obrigados "todos os cidadãos, de qualquer condição, em circunstâncias bem discriminadas, a prestar seu contingente de serviço militar na força armada regular."

Em tôdas as campanhas em que se envolveu, teve a fortuna de polarizar o sentimento nacional, e em volta de sua figura o elemento civil se transmutava no melhor soldado do mundo, o soldado de Caxias.

A mais longa e a mais penosa de suas campanhas, a guerra do Paraguai, levou ao sul o que de me-

lhor teve o Brasil para desagravá-lo: era a torrente popular que se alistava para empunhar as armas, ao apelo irrecusável da Pátria: Soldados, soldados, soldados!

A mobilização não se faz apenas com o destino aos campos de batalha: há uma forma muito mais séria de partilhar da guerra — é prover os combatentes do necessário para a luta.

Nem uma guerra se realiza e vence únicamente no período crítico, em que deflagram os combates: há um aspecto anterior mais importante e mais decisivo — é a preparação do povo para o horror do cataclismo.

Dai sentirmos a necessidade de atender à segurança nacional do modo mais perfeito, a fim de contribuir-mos com o nosso contingente pessoal de esforço, na esfera das nossas atividades profissionais, de tal sorte que a Nação seja potencialmente uma expressão de força atuante.

Assim, em cada civil é preciso que se encontre o ânimo do militar, para que a Nação possa sentir que a sua honra se defende por meio de todos os seus filhos, nas trágicas emergências em que tenham de revelar-se, por seus atos e ações, soldados do Brasil!

Soldados do Brasil! quantos o foram pelos benefícios que seus gênios espargiram sobre nós! A essa chamada os numes tutelares da Pátria não faltarão!

O rapazinho e o homem feito, a jovem gentil e a mulher prestante, o homem das minas e dos garimpos, os taifeiros e os foguistas do mar, — o José e o Pedro Antonio, Dulce e Maria, o Manuel dedo de ouro, e o Rubem faiscador, o Artur, o Cláudio, o João de meu Deus — foram e são soldados do Brasil!

Cairú, abrido nossos portos ao comércio do mundo; José Bonifácio, organizando a Independência e escolhendo as cores da Bandeira; Mauá, desenvolvendo o comércio e a indústria nacionais; Vernhagem, registrando conscientiosamente a nossa história; Francisco Manuel, musicando a nossa alma coletiva no

Hino Nacional — êsses foram soldados do Brasil!

O Visconde do Rio Branco, fazendo a lei do ventre livre; André Rebouças e Paulo de Frontin, ilustrando a engenharia indígena; Osvaldo Cruz, Carlos Chagas e Miguel Couto, elevando a alturas esplêndidas o conceito da medicina entre nós; o Barão do Rio Branco, resolvendo as nossas questões lindeiras, sem o recurso à guerra; Teixeira de Freitas e Rui Barbosa, o jurisconsulto e o advogado, honra e glória do nosso Direito; Pedro II e os estadistas civis do seu império, — Cotelipe, Zacarias, Honório Hermeto, Saraiva, Otaviano... — todos foram soldados do Brasil!

Santos Dumont, fazendo a aviação; Quintino Bocaiuva, Felix Pacheco e Irineu Marinho, enaltecendo a Imprensa, forjadora do progresso; José de Alencar, realizando o romance e Gonçalves Dias compondo a poesia, como reflexos da nossa gente; Olavo Bilac, perfumando de lirismo perfeito o nosso sentimento; o Barão de Macaúbas, instituindo a prática de uma pedagogia nacional, — ainda foram soldados do Brasil!

O guia Lopes, salvando uma expedição militar na imortal retirada da Laguna; Frei Caneca, morrendo por seus ideais republicanos; o índio Araribóia, a cobra feroz, combatendo os piratas franceses; Antônio Raposo e Fernão Dias Pais, os audazes bandeirantes; Vitor Meireles e Pedro Américo, consagrando a pintura brasileira; o Aleijadinho, com a maravilha da sua escultura, — foram todos soldados do Brasil!

Nísia Floresta e Júlia Lopes de Almeida, a poetisa e a educadora; Rosa da Fonseca, mãe admirável de heróis; Ana Neri, a enfermeira devotada; Clara Camarão, à frente de um batalhão feminino, derrotando os holandeses em Pernambuco; Maria Quitéria, a heroína baiana da Independência, — foram lídios soldados do Brasil!

Carlos Gomes, o maestro inigualável e compositor inspirado; Castro Alves, o poeta heróico; João

Caetano e Leopoldo Fróis, dignificando o nosso teatro; o Cardeal D. Leme e D. Silvério Gomes Pimenta, figuras pinaculares do nosso clero; Henrique Lage, o industrial patriota, — todos foram também soldados do Brasil!

E Caxias — eis o nosso grande soldado símbolo!

Sempre que o fitamos, temos a impressão de um Deus que se houvesse humanizado, a fim de estabelecer para a nossa História a lúminka referência da sua persona-

lidade. E é mesmo em torno dêle insistamos e convenhamos neste ponto —, é mesmo em torno dêle que devemos crescer para o futuro, agitando aos ventos da glória definitiva a nossa linda bandeira. Bandeira que é desfralda sobre o Brasil, hoje como sempre, bela, invicta, acolhedora, apontando-nos, do fundo auroreal do seu imarcensável passado, o caminho do porvir, na convocação de Itororó :

“Sigam-me os que forem brasileiros !”

**COMEMORE SUAS VITÓRIAS
EXTERNE SUA ALEGRIA
COM
FOGOS ADRIANINO**

à venda em toda parte e no Rio,
Praça Onze de Junho n. 291-A

TEL. 43-9216

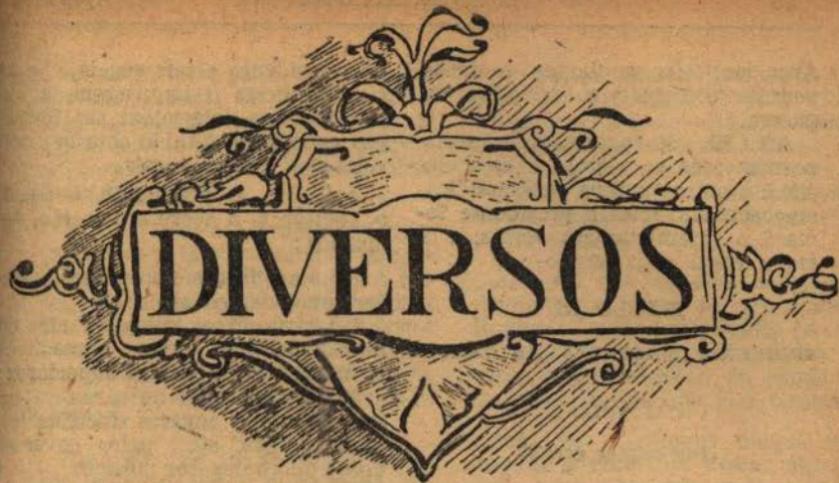
ALEGRIA É VIDA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TECIDOS CHALOUPE LTDA.

ATACADISTAS

Tecidos e Artigos de Cama e Mesa

Fabricação própria de Acolchados, Lizeuzes, etc. — Rua Buenos Aires, 299
Tel. 43-7265 — Rio de Janeiro — Distrito Federal



O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Tradução do Gen. NISO DE VIANNA MONTEZUMA

II

Art. 25. Em caso de impedimento ou ausência de algum de seus membros, o conselho poderá reunir-se com a maioria presente e dictar sentença com cinco membros, salvo se ao fato imputado puder corresponder a pena de morte, quando, então, será indispensável o tribunal completo.

Art. 26. Os suplentes de vogais serão sorteados entre os oficiais superiores, chefes e oficiais dos postos estabelecidos nos arts. 19 e 20. Para esse fim, os ministérios militares determinarão que no primeiro dia de cada trimestre seja remetida, aos respectivos presidentes de conselho, uma relação de oficiais superiores, chefes e oficiais que estejam em condições de exercer essas funções; qualquer alteração que, durante o trimestre, se verificar nessa relação deverá ser imediatamente comunicada ao conselho interessado.

A Direção Geral de Gendarmeria Nacional e a das demais instituições militarizadas sujeitas à jurisdição militar, remeterão anualmente uma relação de cinco chefes e oficiais dentre os quais será sorteado, pelo respectivo tribunal, o vogal suplente a que se refere o art. 22.

Art. 27. Os conselhos de guerra se reunirão em sessões ordinárias ou extraordinárias. As primeiras terão por fim resolver questões incidentes e se realizarão nos dias determinados pelos regulamentos.

As segundas terão por fim deliberar sobre a sentença, e serão realizadas no mesmo dia ou no seguinte àquele em que houver sido feita a discussão pública da causa.

A sessão extraordinária será, sempre, reservada.

Art. 28. O presidente e os vogais dos conselhos da cidade de Buenos Aires prestarão juramento perante o Conselho Supremo das Forças

Armadas. Os suplentes o farão perante o respectivo conselho de guerra.

Art. 29. Se conselhos de guerra permanentes se vierem a estabelecer em outros pontos da República, em cada um dêles o presidente tomará o juramento aos vogais, e a él o vogal mais antigo.

TÍTULO III

TRIBUNAIS MILITARES EM TEMPO DE GUERRA

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 30. Em tempo de guerra funcionarão os tribunais permanentes de tempo de paz enquanto o permitirem as necessidades da guerra, sujeitando-se, porém, às normas estabelecidas na Secção I, Livro III, tratado II, dêste Código.

Art. 31. Nas fôrças em operações a jurisdição militar será exercida :

1º) pelos comandantes em chefe;

2º) pelos comandantes de fôrças, quando operarem independentemente ou se encontrarem incomunicáveis;

3º) pelos conselhos de guerra especiais;

4º) pelos comissários de polícia das fôrças armadas.

Art. 32. Nas praças de guerra, portos militares, bases aéreas e lugares fortificados, a jurisdição militar se exercerá :

1º) pelos governadores ou chefes respectivos;

2º) pelos conselhos de guerra especiais, a menos que no lugar funcione um conselho de guerra permanente;

3º) pelos comissários de polícia das fôrças armadas.

CAPÍTULO II

Conselhos de Guerra Especiais

Art. 33. Os conselhos de guerra especiais serão constituídos para cada processo e serão compostos de

um presidente e seis vogais. Se as circunstâncias o impuserem, a autoridade que determinar sua formação poderá constituir-ló com um presidente e quatro vogais.

Art. 34. O presidente, o fiscal, o auditor e o secretário serão nomeados :

1º) nas fôrças em operações, pelos comandantes em chefe;

2º) nas fôrças independentes ou incomunicáveis, pelos respectivos comandantes ou chefes superiores;

3º) nas praças de guerra, portos militares, lugares fortificados, bases aéreas, etc., pelos governadores ou chefes dos mesmos.

Essas nomeações e a formação do conselho serão publicadas em ordem do dia.

Art. 35. Os vogais serão sorteados, em número correspondente ao dôbro das necessidades, dentre os nomes constantes de uma relação preparada pelo estado-maior com os pormenores indispensáveis. Os primeiros sorteados serão titulares e os seguintes, na ordem do sorteio, suplentes para o caso de impedimento legal daqueles.

Art. 36. O sorteio será feito pelo presidente com o secretário em presença do defensor, do fiscal e do auditor; e do acusado, se este o requerer.

Art. 37. Em caso de impedimento acidental, o presidente será substituído pelo vogal de maior graduação ou antiguidade.

Art. 38. Os conselhos de guerra especiais são de três ordens :

a) para suboficiais, graduados e soldados;

b) para oficiais;

c) para oficiais superiores e chefes.

Os primeiros serão constituídos por um tenente-coronel, ou seus equivalentes, como presidente, e capitães, ou seus equivalentes, como vogais.

Os segundos serão constituídos por um coronel, ou seus equivalentes como presidente, e tenentes-coronéis ou maiores, ou seus equivalentes, como vogais.

Os terceiros serão constituídos por um general de divisão ou de brigada, ou seus equivalentes, como presidente, e generais de brigada ou coronéis, ou seus equivalentes, como vogais.

Art. 39. Se o conselho fôr constituído para tomar conhecimento de um processo e, no decorrer dos trabalhos, concluir que os verdadeiros culpados são de graduação inferior àquela para a qual foi constituído o tribunal, êste, a despeito disso, continuará sendo competente para julgá-los.

Art. 40. Se as disponibilidades não comportarem o número de oficiais superiores, chefes e oficiais das hierarquias previstas no art. 38, o conselho será formado ou completado com os que houver, preferindo-se, sempre, os de maior graduação.

Art. 41. Se nos destacamentos, fortes, navios, bases aéreas, etc., não houver oficiais superiores, chefes e oficiais em número suficiente para constituir um conselho com o mínimo de membros que esta lei estabelece, o julgamento do acusado será atribuído a um conselho de guerra permanente ou ao chefe de qualquer força militar qualificado, que se encontrar mais próximo e ao qual serão remetidos os antecedentes do fato e o acusado.

Se não fôr possível mandar o acusado, ou quando a praça estiver sitiada, a base ou o destacamento incomunicáveis, o governador ou chefe respectivo exercerá por si só a jurisdição militar nos casos graves ou urgentes, e aplicará a pena correspondente, ficando com a responsabilidade de dar parte ao superior na primeira oportunidade.

Art. 42. Para julgar os assemelhados ou o pessoal que tenha equiparação militar, o conselho de guerra será composto de conformidade com as disposições precedentes, segundo a categoria do assemelhado ou a equiparação do acusado.

Quando o acusado não tiver hierarquia, não fôr assemelhado nem

tiver equiparação militar, será julgado por um conselho para suboficiais, graduados e soldados. Quando comparecer na qualidade de co-autor com processados militares, o tribunal decidirá a que categoria deverá corresponder o julgamento desses últimos.

Art. 43. Os conselhos de guerra chamados a julgar os prisioneiros de guerra, serão constituídos da maneira estabelecida neste código e segundo a graduação ou categoria de assemelhados que êles tiverem.

Art. 44. Qualquer dúvida que suscitar a aplicação destas disposições, será resolvida pelo comandante em chefe das fôrças, ouvido seu auditor.

CAPÍTULO III

Tribunais Especiais em Tempo de Paz

Art. 45. O presidente da Nação poderá autorizar, em tempo de paz, a organização dos tribunais especiais de tempo de guerra :

1º) nas unidades em manobras, em navegação ou afastadas de sua base ou sede ;

2º) em tôda força militar estacionada nas fronteiras da República ou destacada há mais de dois dias de viagem da sede dos tribunais permanentes ;

3º) nos casos do art. 502, quando a distância do local em que houver ocorrido o fato não permitir a intervenção de um conselho de guerra permanente, sem prejudicar a rapidez do andamento.

Estes conselhos observarão o processo de paz, nos casos dos incisos 1 e 2, e o processo sumário da Secção I, Livro III, Tratado II, nos casos a que se refere o inciso 3.

Art. 46. Tôdas as funções por esta lei atribuídas aos comandantes ou chefes de fôrças, serão desempenhadas por seus substitutos, em caso de ausência ou impedimento daquêles.

TÍTULO IV

FUNCIONÁRIOS E AUXILIARES DA JUSTIÇA MILITAR

CAPÍTULO I

Fiscais permanentes

Art. 47. Nos tribunais militares permanentes o ministério fiscal será exercido :

1º) pelo fiscal geral, no Conselho Supremo das Fôrças Armadas ;

2º) por um fiscal em cada um dos conselhos de guerra.

Art. 48. O fiscal geral será nomeado pelo presidente da Nação e não poderá ser removido sem justa causa. Dependêrá do Ministério da Defesa Nacional e em suas funções se entenderá diretamente com os ministérios militares.

Deve ter a mesma graduação dos vogais togados e goza dos mesmos direitos e vantagens. Em caso de impedimento será substituído pelo auditor geral.

Art. 49. O fiscal geral prestará juramento perante o Conselho Supremo da mesma forma que os vogais do conselho.

Art. 50. Os fiscais dos conselhos de guerra permanentes serão oficiais do mesmo posto que os vogais dos respectivos conselhos.

Art. 51. O cargo de fiscal dos conselhos de guerra permanentes comuns será desempenhado alternadamente por militares das respectivas instituições armadas ; se forem exclusivos de uma instituição armada, por militares pertencentes à instituição considerada.

Art. 52. Os fiscais dos conselhos de guerra permanentes serão nomeados pelo presidente da Nação e permanecerão em suas funções durante o mesmo tempo que os presidentes de conselhos. Não poderão ser removidos sem justa causa, e, nos casos de falta ou impedimento, serão substituídos da mesma forma por que foram designados.

Art. 53. Ao fiscal geral cabe :

1º) intervir, como acusador, em todos os processos da competência originária do Conselho Supremo ;

2º) intervir em todos os processos julgados pelos conselhos de guerra e dos quais deva ter conhecimento o Conselho Supremo, em virtude do que se dispõe no Tratado II dêste código ;

3º) promover, ante o Conselho Supremo, os recursos de revisão a que se refere êste código ;

4º) emitir parecer em todos os casos em que o Conselho Supremo requerer sua opinião ;

5º) velar pela fiel e pronta administração da justiça, solicitando, quando fôr o caso, as medidas que julgar convenientes ao Conselho Supremo ou aos respectivos ministérios militares ;

6º) executar tôdas as diligências assegadoras do rigoroso cumprimento das sentenças que o Conselho Supremo ditar nos casos de competência originária, para o que terá livre entrada nos estabelecimentos militares em que elas forem cumpridas. Também poderá solicitar, por intermédio do Conselho Supremo ou diretamente das autoridades militares, as medidas que considerar oportunas ;

7º) exercer as demais funções expressamente conferidas por êste código e demais leis militares.

Art. 54. Aos fiscais dos conselhos cabe :

1º) intervir, como acusadores, em todos os processos da competência dos conselhos de guerra permanentes ;

2º) velar pela fiel observância da ordem legal em matéria de competência ;

3º) praticar tôdas as diligências assegadoras da rigorosa execução das sentenças ditadas pelos conselhos de guerra permanentes, para o que terão as mesmas faculdades concedidas ao fiscal geral pelo inciso 6 do artigo anterior ;

4º) cumprir tôdas as obrigações que lhes são atribuídas por êste código e pelas demais leis militares.

Art. 55. Os fiscais dos conselhos deverão comparecer diariamente ao local em que êstes funcionam a fim de atender pedidos de providências e assinar notificações.

Art. 56. Os fiscais prestarão juramento perante o conselho junto ao qual vão servir.

CAPÍTULO II

Auditores permanentes

Art. 57. A auditoria permanente será exercida por um auditor geral, comum a tôdas as instituições armadas; por um auditor em cada um dos conselhos de guerra, e pelos auditores designados para junto dos comandos em chefe, de exércitos, divisões, regiões e de tôdas as fôrças, estabelecimentos ou repartições das instituições armadas que o presidente da Nação julgar conveniente.

Art. 58. Os auditores a que se refere o artigo anterior procederão nos quadros respectivos das instituições armadas, respeitadas as exceções previstas no § 2º do art. 70.

Art. 59. O auditor geral das fôrças armadas terá a mesma graduação, direitos e prerrogativas que os vogais togados e o fiscal geral. Será nomeado pelo presidente da Nação e não poderá ser removido sem justa razão. Dependerá do Ministério da Defesa Nacional, porém no exercício das suas funções se entenderá diretamente com os ministérios militares.

Art. 60. Em caso de impedimento accidental, o auditor geral será substituído por um dos auditores dos conselhos permanentes.

Art. 61. Os auditores dos conselhos de guerra permanentes terão a mesma graduação dos vogais do tribunal em que servirem e também serão nomeados e substituídos pelo presidente da Nação.

Art. 62. Em caso de impedimento accidental, os auditores de conselho se substituirão reciprocamente. Se isto não fôr possível, o presidente da Nação designará su-

plentes, a pedido do presidente do respectivo conselho.

Art. 63. Ao auditor geral das fôrças armadas cabe:

1º) rever todos os sumários que subirem dos juízes instrutores, indicando os vícios ou defeitos de processo para que sejam devidamente sanados e opinar pela sua suspensão ou pela sua remessa a plenário;

2º) servir de assessor dos ministérios militares no que se refere à execução das respectivas leis orgânicas e administrativas;

3º) informar nos casos de indulto ou de comutação de penas, impostas executivamente.

Art. 64. Aos auditores de conselho cabe:

1º) vigiar o andamento dos processos e servir de assessor em tudo que a isso se referir;

2º) assistir às deliberações e reuniões do conselho e resolver qualquer dúvida ou dificuldade legal, sempre que isso fôr requerido por algum dos membros do tribunal;

3º) servir de assessor do conselho nas exceções de incompetência e do presidente ou do conselho nas questões incidentes;

4º) redigir as sentenças e cumprir com tôdas as demais obrigações que as leis e regulamentos lhes impuiserem.

Art. 65. Os auditores prestarão juramento perante os respectivos conselhos, da mesma forma que os fiscais.

Art. 66. No exercício de suas funções de assessor, os auditores gozarão de absoluta independência de critério.

CAPÍTULO III

Fiscais e auditores "ad-hoc"

Art. 67. Cada conselho de guerra especial terá um fiscal e um auditor.

Art. 68. Nos conselhos de guerra especiais, a hierarquia do fiscal será pelo menos igual à do acusado, quando êste fôr oficial. Em ne-

nhum caso poderá ser inferior à de subtenente e seus equivalentes.

Art. 69. As obrigações dos fiscais "ad-hoc" serão as mesmas que esta lei estabelece para os fiscais permanentes, enquanto forem compatíveis com o caráter transitório de suas funções.

Art. 70. Nos tribunais especiais de tempo de paz, o auditor procederá dos respectivos quadros.

Nos de tempo de guerra, se o auditor da força não tiver a hierarquia dos vogais do conselho especial, a nomeação recairá entre os oficiais combatentes ou de comando que hajam demonstrado maior aptidão em tudo quanto se referir à justiça militar e suas funções serão as mesmas que esta lei estabelece para os auditores permanentes, enquanto o permitir o caráter transitório do cargo.

Os fiscais e auditores "ad-hoc" prestarão juramento perante seus respectivos conselhos.

Art. 71. O auditor em campanha será assessor do general em chefe em tudo que se relacionar com a justiça militar no exército ou na esquadra.

CAPÍTULO IV

Secretarias e Arquivo

Art. 72. O Conselho Supremo das Fôrças Armadas terá um secretário, um subsecretário e os demais empregados considerados necessários.

Art. 73. Cada um dos conselhos de guerra permanentes terá dois ou mais secretários e os empregados que forem julgados necessários.

Art. 74. Todos os empregados de secretaria deverão ser militares e a graduação dos secretários será a seguinte :

1º) no Conselho Supremo, coronel ou tenente-coronel ou seus equivalentes.

Esta secretaria poderá ser desempenhada alternadamente por chefes das diferentes instituições militares ;

2º) nos conselhos de guerra para oficiais superiores, chefes e oficiais, maiores ou capitães e seus equivalentes ;

3º) nos conselhos de guerra para suboficiais, graduados e soldados, oficiais subalternos.

Art. 75. Os emprêgos subalternos das secretarias podem ser atendidos por suboficiais e graduados.

Art. 76. As secretarias dos conselhos de guerra permanentes serão exercidas por oficiais das diferentes instituições militares, a menos que se estabeleçam conselhos em separado para cada uma delas.

Art. 77. Todos os empregados das secretarias dos tribunais militares serão nomeados pelo presidente da Nação mediante proposta do respectivo ministério,

Art. 78. Os secretários prestarão juramento perante o conselho para o qual hajam sido designados.

Art. 79. O secretário do Conselho Supremo é o chefe imediato da secretaria e do arquivo e lhe cabe :

1º) intervir em todos os processos de que o Conselho Supremo tomar conhecimento autorizando todas as diligências que nêles se tiverem de realizar ;

2º) referendar a assinatura do presidente do conselho em todos os casos ;

3º) redigir as atas das reuniões e encarregar-se dos livros correspondentes ;

4º) preparar a estatística criminal militar de acordo com as exigências regulamentares ;

5º) cumprir com as demais obrigações estabelecidas em leis e regulamentos.

Art. 80. Os secretários de conselho são os chefes imediatos de suas secretarias e lhes cabe :

1º) intervir na preparação dos processos, autorizando todas as diligências que nêles tiverem de ser realizadas ;

2º) executar todas as diligências de prova que lhes sejam solicitadas, com exceção das que devam ser realizadas diretamente pelo presidente ou pelo tribunal ;

3º) referendar em todas as causas a firma do presidente;

4º) redigir as atas das reuniões e encarregar-se do livro correspondente;

5º) cumprir todas as demais obrigações que lhe forem impostas pelas leis e regulamentos.

Art. 81. O arquivo do Conselho Supremo é o único arquivo da justiça militar e a ele serão remetidos oportunamente todos os processos encerrados na jurisdição militar.

Art. 82. O Conselho Supremo baixará um regulamento determinando o mecanismo a ser observado no arquivo e as obrigações dos seus empregados.

CAPÍTULO V

Juízes de instrução

Art. 83. Os sumários serão preparados pelos juízes de instrução, os quais serão designados pela autoridade encarregada de deliberar, em cada caso, sobre a organização daquêles.

O presidente da Nação nomeará os oficiais que devam desempenhar as funções de juízes de instrução.

Art. 84. A graduação dos juízes de instrução será, pelo menos, igual à do acusado, não podendo, em nenhum caso, ser inferior à de subtenente e seus equivalentes.

Excetuam-se desta disposição os processos dos generais ou seus equivalentes, nos quais o juiz instrutor poderá ter menor graduação do que a do acusado, desde que seja do círculo de generais ou seus equivalentes.

Art. 85. Aos juízes de instrução cabe:

1º) instruir os sumários para que forem designados, observando rigorosamente as disposições contidas no tratado II d'este Código;

2º) providenciar tudo quanto for necessário à segurança dos processados, cercando sempre a sua hierarquia das considerações compatíveis com a fiel observância da lei;

3º) informar à autoridade que os houver designado sobre o resultado de cada sumário, sugerindo sua remessa a plenário ou sua suspensão de acordo com o art. 120. A indicação de qualquer dessas deliberações deverá ser fundamentada com elementos constantes do processo, clara e minuciosamente citadas.

Art. 86. Se antes não tiverem sido nomeados, o juiz instrutor designará seus secretários informando-se, antes, da disponibilidade de oficiais, nas respectivas repartições. E, se não os houver, poderá nomear suboficiais ou graduados.

Art. 87. Será responsabilizado disciplinarmente, o juiz instrutor que, por falta de diligência, deixar de tomar todas as providências legais que se tornarem necessárias ao rápido e perfeito esclarecimento do fato.

Art. 88. Perante a autoridade designada no decreto de sua nomeação, os juízes de instrução prestarão juramento de cumprir fielmente os deveres de seu cargo e de guardar a mais absoluta discrição nos assuntos em que atuar.

Art. 89. Cada juiz de instrução poderá preparar, simultaneamente, vários sumários, para o que designará o ou os secretários necessários na forma estabelecida no art. 86.

Art. 90. Cabe aos secretários referendar a assinatura do juiz de instrução e praticar todas as diligências inerentes ao seu cargo. Têm a obrigação de guardar o maior segredo sobre os feitos em que funcionarem.

Art. 91. Perante o respectivo juiz, os secretários prestarão juramento de exercer fielmente suas funções, dedicando-se ao sumário. Se se tratar de secretários designados em caráter permanente, o juramento será prestado uma só vez, ao assumir as funções.

(Continua)

Companhia
ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

RIO DE JANEIRO

A PRIMEIRA FABRICANTE DE CLORO E DERIVADOS
NO BRASIL

ALGUNS PRODUTOS DE SUA FABRICAÇÃO :

SODA CÁUSTICA — CLORO LÍQUIDO — CLORETO
DE CAL (CLOROGENO) — ÁCIDO CLORÍDRICO CO-
MERCIAL (ÁCIDO MURIÁTICO) — ÁCIDO CLORÍ-
DRICO ISENTO DE FERRO — ÁCIDO CLORÍDRICO
QUÍMICAMENTE PURO (PARA ANÁLISE P.E. 1,19) —
HIPOCLORITO DE SÓDIO — HEXACLORETO DE BEN-
ZENO EM : PÓS CONCENTRADOS, PÓ MOLHÁVEL,
ÓLEO MISCÍVEL



PEÇAM AMOSTRAS, PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES A :

COMPANHIA ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

RIO DE JANEIRO :

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º AND.

TELS. : 23-1582 E 23-1599

FORMAÇÃO MORAL DOS JOVENS

ALGUMAS REFLEXÕES

Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA

Há tempos ouvi uma conversa entre dois jovens, os quais, a julgar pelo trato das questões que abordavam, denotavam pertencer a uma escola de formação militar.

Discutiam êles o ambiente em que viviam. Recordava um, enfaticamente, o regime do educandário, acusando-o de insólito e cruel; o outro, mais ponderado, redarguia, afirmando a seu colega que isso era inverdade; que a escola vinha procurando modificar os hábitos de há muito arraigados em nosso meio, encontrando, evidentemente, as maiores dificuldades nessa empresa. O novo sistema, continuava o segundo, impunha-se dados os resultados já obtidos em turmas anteriores.

Dentre os argumentos apresentados pelo segundo interlocutor, recordo-me de um, cujo sentido moral impressionou-me vivamente. Tratava-se da depressão que causaria em todos os alunos a imposição, no enxoval, de se trazer — nötum bem — DOIS CADEADOS E BONS.

A simples lembrança desses objetos repudiava. Recordavam êles uma idéia mesquinha, revoltante, que nivelava a todos com um simples ladrão. O cadeado representa o símbolo da desconfiança, da acusação indistinta, da degradação enfim. Quase todos os jovens haviam discutido o valor moral desse instrumento.

O primeiro de nossos personagens, prêso mais às rotinas gerais, argumentava que nem todos eram do mesmo jaez; nem todos eram fi-

lhos-família; a educação era a mais diversa e, por isso, a medida se impunha. Os bons pagariam pelos maus. O segundo, porém, não se conformava com tal generalização. Alegava que, de sua parte, sentia-se desmoralizado mesmo antes de entrar para a escola; que, com esse padrão de regime, via esboçar-se a grande esperança de um nível moralmente elevado. Seus argumentos eram todos de natureza sentimental enquanto que os de seu companheiro voltavam-se para o campo puramente material e prático.

Essas considerações servem-nos para chamar a atenção dos leitores para o aspecto atual da vida nos estabelecimentos de ensino do país. Não temos em mente uma idéia reformatória. Move-nos simplesmente o desejo de cooperar para a melhoria do sistema educacional. Temos em vista, à luz de fatos e argumentos positivos, desvendar um panorama mais adequado à formação moral de nossa juventude.

Viajando por São Paulo, visitamos alguns estabelecimentos de ensino, civis, cuja direção, entregue a pessoas da mais alta credencial, nos inspirou grandemente no sentido destas considerações. Num deles, de caráter nitidamente universitário, impressionou-nos, sobre-modo, a compreensão exata da noção de DEVER, altamente acentuada entre alunos e professores. Alguns detalhes mostrarão a que ponto se pode chegar, desde que se estabeleçam normas sadias de conduta.

No estabelecimento em aprêço, de existência bastante remota, aboliu-se por completo o sistema de fiscalização dos trabalhos dos alunos. Estes vêm-se sempre entregues à própria iniciativa e controle. Os trabalhos que realizam oferecem sistematicamente um cunho pessoal. A competição natural entre êles jamais serviu de pretexto para que usassem recursos duvidosos. A "cola", uma instituição verdadeiramente nacional, foi completamente abolida nesse ginásio. E, diga-se de passagem, a abolição de tão malsinado artifício deve-se não à direção do estabelecimento mas à simples iniciativa dos alunos, graças à uma polícia adequada, existente entre êles e no bom sentido construtivo. Citarei, como exemplo dessa medida, um fato que me foi narrado, por um grupo de alunos e que bem evidencia o valor da providência tomada. Certa vez, durante uma prova, um dos jovens, por se sentir menos preparado para enfrentá-la, julgou de seu direito, à base da liberdade de ação que gosava, consultar um documento alheio ao trabalho, isto é, não permitido pelos mestres. Tal procedimento foi observado por outros colegas que, ao final da prova, fizaram ver ao faltoso sua conduta irregular. Restava-lhe tão somente um pequeno exame de consciência e o resultante "veridictum" — seu pedido de exclusão do meio em que vivia —, e de motu próprio. A medida sugerida não transpirou os domínios escolares. Sua repercussão não fôra além dos muros do estabelecimento.

Não houve comentários. O fato correrá à conta da rotina estabelecida para os casos idênticos. Fizera-se justiça nos moldes exigidos pelo código de honra firmado entre os alunos.

Um outro caso, de caráter bem elucidativo, embora de natureza um pouco diversa, me foi narrado, ocorrido em outro estabelecimento de ensino, agora de cunho militar. Tratava-se de fato passado numa escola preparatória de nossas forças armadas. O seu diretor, ou me-

lhore, seu comandante, ciente de que entre seus subordinados havia alguns, cuja conduta, muito irregular, destoava do conjunto, sobre tudo na vida em sociedade, decidiu tomar uma solução um tanto drástica, principalmente levando-se em conta a mentalidade reinante. Reuni todos os alunos e apelou para dignidade pessoal de cada um; que não era possível houvesse em uma escola de caráter militar elementos desse jaez; que devia haver engano nas afirmações recebidas; que deixava ao critério de todos o julgamento do caso. Pois bem, dias após, para grande surpresa desse oficial, apresentaram-se a ele dois jovens que lhe pediam fôssem ouvidos em particular. Desejavam participar ao comandante sua condição de culpados e o desejo real de abandonar o estabelecimento.

O corpo de alunos havia tomado a deliberação certa de investigar o caso. Haviam chegado à solução exata. Os resultados foram positivos.

O ensinamento mais evidente de tudo isso é o seguinte: o material humano, que se fornece às escolas, quaisquer que sejam suas condições, é, via de regra, bom. A dificuldade está em saber tratá-lo. Os jovens tem brio. Sua dignidade pode sem bem explorada. As qualidades negativas, sem dúvida, também coexistem, mas face às positivas podem ser anuladas. A questão é saber manejar adequadamente o instrumento que nos entregam. Quantas vezes, e isso ocorre freqüentemente na vida, nos queixamos de que êste ou aquelle material não presta; que o instrumento para o trabalho é de qualidade inferior. O que é mais grave, porém, é que nem sempre o experimentamos para depois julgar de suas boas ou más qualidades. Todo julgamento precipitado é perigoso.

Mesmo em estabelecimento de nível superior, como sóe acontecer com nossas escolas preparatórias, o problema não é somente instruir. É também, e cremos mais importante, de educar. Subtendido nisto

está a condição de formar o caráter do aluno. Geralmente, os jovens se deixam impressionar por questões às vezes de somenos importância. Outras, deixam-se arrastar por caminhos indevidos. Quase sempre, porém, ou por ignorância ou por má orientação, este último caso mais sério.

Quem comanda uma escola tem por obrigação elementar sentir o coração desses jovens. A todo instante deve conhecer os seus problemas, mesmo aqueles que, à primeira vista, pareçam sem valor. Estes, somando-se, chegam a proporções freqüentemente assustadoras.

Quando uma escola está situada longe, afastando os rapazes do convívio de seus parentes e amigos, os "casos" surgidos são muito mais comuns. A ambientação não se faz com a rapidez que os chefes esperam. Uns, é verdade, não sofrem com este afastamento, por várias razões, umas de ordem sentimental, outras de caráter material. A maioria, entretanto, foge a esta norma.

Eis a oportunidade para se "falar" à alma desses jovens, desper-

tando-lhes o sentimento de solidariedade e do dever. Um apelo, muitas vezes, senão sempre, vale mais do que a repressão do erro cometido involuntariamente. A punição, no caso de uma falta assim cometida, corresponde mais a formação de um espírito reacionário do que à regeneração do faltoso.

O Código de honra é uma necessidade. Seu valor dispensa qualquer comentário. Nos dias que correm, em que a humanidade se volta mais para o materialismo e para as ideologias exóticas, maior se torna ainda a sua imposição. Ninguém disporá mais de tanto recurso do que este. Mas trata-se de implantar um código consciente, à base de uma doutrinação eficiente, moldada no exemplo do chefe. Sem isto, por mais claro e positivo que se fale, de nada valerá o esforço dispendido. Regressando um pouco ao passado, citaremos a característica da escola socrática: exemplo de saber, de dignidade e de conduta. Tais verdades ainda hoje subsistem e com mais acerto, de vez que as contingências da época em que vivemos mais nos acutilam. Amparemos a mocidade.

B. HERZOG, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

Matriz :

RUA MIGUEL COUTO, 129-131 — TEL.: 43-0890 — RIO DE JANEIRO
END. TELEG.: "BEZOG"

Filial :

RUA FLORENCIO DE ABREU, 318 — TEL.: 3-4114 — SÃO PAULO

Representantes de :

TINIUS — OLSEN TESTING MACHINERY COMPANY EASTON
ROAD — WILLOW GROVE, PA.

Máquinas especiais para verificação de dureza, equilíbrio dinâmico e resistência à compressão, tração e flexão, em todos os tamanhos

Catálogos e especificações à disposição

Solicitamos consultas

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

A) Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00
Um quarto de página.....	600,00
Rodapé.....	400,00
Assinatura comercial.....	500,00

B) Assinatura anual :

Os anunciantes que derem uma publicação para 12 meses terão um desconto de 10 %.

C) Assinatura alternada :

Gozará do desconto de 5 %.

D) Relatórios, contratos, extratos, reportagens, entrevistas, etc. :

Acréscere 40 % ao preço da tabela A.

E) Preferencial :

Acresce 50 % ao preço da tabela A.

F) Clichê por conta do anunciente.

Esta tabela vigorará a partir de 1 de junho do corrente ano, não tendo efeito retroativo.

O PROBLEMA IMIGRATÓRIO BRASILEIRO

Capitão HÉLIO AUGUSTO CANONGIA

I — INTRODUÇÃO

Como não poderia deixar de ser, o homem brasileiro é levado por sua formação histórica, à generalidade das coisas. Procura os assuntos mais atraentes e muitas vezes conduzido, apenas pela inteligência e conhecimentos superficiais, começa a escrever sobre tópicos, inteiramente diversos à sua especificidade. Não desejando instituir restrição aos latino-americanos, busco neste trabalho coordenar idéias globais, com a preocupação de atrair e estimular conclusões mais enraizadas dos dirigentes do assunto focalizado. Sinto-me de veras empolgado e, ao mesmo tempo, receioso em apresentar num aspecto sintético e periférico, um estudo que talvez venha conter algumas opiniões falsas. Por tudo isso, espero poder contar com a boa vontade e o perdão dos meus dignos camaradas.

II — CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Brasil carece de imigrantes. Convém, entretanto, salientar que é errôneo o conceito, formado por alguns, de que a imigração é indispensável ao nosso desenvolvimento agrícola. É reconhecido que os Portugueses, Italianos, Alemães, Holandeses, Japonês, etc., muito têm contribuído para a nossa emancipação econômica, porém não é menos verdade que todas as regiões agrícolas paulistas inclusive as mais recentes — Noroeste, Alta-Sorocabana e Alta-Paulista — foram conquistas do elemento nacional. "A imigração que nos interessa é a da mão-de-obra especializada", capaz de bem orientar os nossos

lavradores. Homens que saibam lidar com a terra, que possuam prática suficiente de como plantar, fertilizar e colher, além de costumes higiênicos, para que o nosso caboclo vá aos poucos, aprendendo os métodos necessários a uma melhor e maior produção. "Servem-nos, além desses, alienígenas especializados nos diferentes ramos industriais, comerciais, etc.", enfim, elementos sadios, com possibilidades de produzir e de proficiar uma modificação de hábitos ao nosso sertanejo e que queiram incorporar-se, convictamente à nação. Devemos, não resta dúvida, incrementar a política imigratória do país, porém com certas limitações, a fim de não trazermos massas humanas indesejáveis, isto é, doentes, incapazes moralmente falando, ideológicas, propagandistas de doutrinas dissolventes, de desocupados profissionais ou de elementos sem profissão definida e sim, forasteiros saudáveis, úteis à sociedade, à comunidade nacional, dentro de rigorosas prerrogativas e normas, sem perdemos de vista os interesses econômicos, sociais, étnicos, cívicos e políticos. Incontestavelmente, a raça latina é a ideal para o Brasil, destacando-se a portuguesa, a italiana e a espanhola.

Entretanto, não devemos cerrar nossas fronteiras aos imigrantes de outros países que desejem colaborar conosco, principalmente no desenvolvimento da produção agrícola, trazendo consigo técnica mais adequada, utensílios agrícolas, gado leiteiro, sementes e até adubos, pois tanto nos interessa, no momento atual, a imigração dirigida como a espontânea.

Nossa população cresce, anualmente de um milhão e trezentos mil indivíduos. Diariamente, um número bem acentuado de brasileiros se desloca do ambiente hostil do sertão, para as zonas urbanas, a fim de reclamar sua porção de bem-estar e de conforto. Sómente o emprêgo da mais apurada técnica, tanto na agricultura com a mecanização da lavoura, como na indústria, permitirá produzir um melhor conforto à nossa população. Poderemos ser um país altamente industrializado, desde que nossa agricultura tenha, também, o seu correspondente desenvolvimento. Vejamos, por exemplo, a América do Norte, segundo suas estatísticas, 70 % dos capitais investidos o são na agricultura e sólamento 30%, na indústria e nem por isso, deixa de ser considerável o seu parque industrial. Daí, verificarmos que a imigração chamada de "povoamento" não nos é interessante, pois que não há a urgência de se aumentar, rapidamente, sem um planejamento bem coordenado, o índice médio demográfico do país, mas sim a de aprimorarmos os conhecimentos técnicos, agrícolas, industriais, comerciais, etc., para o justo e merecido engrandecimento nacional.

Existe uma confusão parece-me, entre o problema rural e o do povoamento. Desde que haja uma organização, que permita ao trabalhador rural, a compra por preços módicos e facilitados de máquinas, fertilizantes, vacinas, inseticidas e, desde que haja estabelecimento de crédito agrícola, cooperativas de produção, e amplificação dos serviços de Assistência Social, tenho certeza, o nosso problema de povoamento deixará de ser desassossêgo frequente de alguns brasileiros, ainda mais se levarmos em consideração que, aproximadamente dois terços de nossa extensa área, não foi entregue à civilização.

Temos, portanto, uma população que não é bem distribuída, daí esse mal crônico que se chama "falta de braços". As penetrações humanas devem se operar em mo-

vimentos contínuos, em avanços lentos e sucessivos, sem solução de continuidade, sem saltos no espaço, pois o que promove a valorização econômica de uma região, é a presença do homem em condições de produzir; isto é, com conhecimentos básicos, com sua saúde amparada e transporte para a sua produção. Daí acharmos, de todo próprio, inicialmente distribuirmos os imigrantes por toda a faixa litorânea e centro-oeste do país, reajustando dessa forma, as ligações entre as áreas sul, centro-leste, centro-oeste e nordeste, para por fim alastrarmos os alienígenas pelo oeste, noroeste e norte colonizando, assim, racionalmente todo o Brasil. Talvez estejamos errando pela base. Talvez estejamos assentados em areias moverias e, sómente por isso, até o momento atual, não se tenha consolidada a economia nacional. Talvez que, em se deslocando a Capital Federal para o planalto central, sofra o país, uma maior distribuição de gente, uma mais vasta rede de transportes, abrindo assim, caminho à expansão uniforme de tudo e, consequentemente, da produção em maior escala, em condições de suportar o desequilíbrio persistente em nosso comércio externo; mas deixemos ao porvir estas conjecturas.

"O imigrante no Brasil deve ser encarado, como o é o professor ao aluno". Deve ser ele capaz de ensinar, orientar, estimular e cooperar junto aos nossos patrícios, pois, só dessa forma, presumo eu, se deva lançar mão da política imigratória; e não de absorver os costumes do nosso jeca, tornando-se em pouco tempo inutilizado, doente e, naturalmente improdutivo.

Forçoso se verifica, para que não se dê o inverso da medalha que os homens de governo atinem para a importância da higienização da região, onde se encontram os alienígenas e, também para a necessidade, que logo se desabrocha, de se criar junto a esse povo, escolas que traduzam bons hábitos, que ensinem a falar o nosso idioma, a ler

e a escrever não só àqueles, como também aos nossos colonos.

Já tive ocasião de observar que muitos homens, de projeção nacional, se fixam na idéia, de que devemos imigrar, apenas o agricultor. O nosso problema agrícola não é desolador. Temos produzido bastante; não resta dúvida, devemos produzir muito mais, mas não nos precisamos impressionar pelo impulso dos homens para as zonas industrializadas. A história ensina-nos que, na antiguidade, 90 % dos trabalhadores de um país, dedicavam-se à produção de alimentos. Apenas 10 % tinham atividades fora do setor elementar de produção, no entanto, a produção era tão baixa, que uma parte muito grande dos mesmos tinha que viver em regime de escravidão, em condições de subnutrição. Na América do Norte, por exemplo, 8,5 milhões de agricultores alimentam 153 milhões de habitantes e, ainda exportam grande quantidade de excedentes; daí haver uma ligeira confusão por parte desses eminentes cidadãos, no que diz respeito a povoamento e produção. O que se torna mister é a preparação do nosso trabalhador por processos educacionais e técnicos ou, em última instância, por experiências, como disse acima, de ávenas capazes. Para tanto, urge a constante intervenção governamental, a fim de manter o lavrador apegado ao campo, de forma que ele se sinta satisfeito, tendo sempre vontade de produzir mais e mais; mediante uma planificação harmônica com os objetivos de:

- aumentar o número de escolas agrícolas;
- auxiliar, de forma como expus em linhas atrás, este mesmo homem do campo a ter uma produção econômica;
- cooperar na aviação, com a introdução de tarifa mais baixa, pois só assim seria certo o aumento do volume de carga que hoje transportamos, para 5 ou 10 vezes

mais, além da possibilidade de se criar linhas aéreas sómente para transporte de cargas;

- ampliar as instalações aeroportuárias;
- organizar uma campanha de "atração do colono à terra" com o auxílio prestimoso do rádio. De que maneira? — Antes da Irradiação de uma partida empolgante de futebol, ou de um programa rádiofônico mais comum, ou durante a irradiação da Voz do Brasil: o locutor disporia de 5 minutos, que fôssem, para alertar os nossos colonos dos cuidados a ter com a terra. Essa campanha eficaz e permanente incrementaria, tenho certeza, uma produção em escala quantitativa e qualitativa;
- mostrar as vantagens, advindas do uso em bases normais de fertilizantes e de inseticidas. Mas como realizar este último empreendimento? Aumentando, o governo, a produção de fertilizantes e, como propaganda, fornecendo-os gratuitamente, nos locais de produção, aos colonos, para que sentissem a sua primazia. Depois que se certificassem dos resultados que, naturalmente, iriam verificar, seria fácil prever-se a criação, no comércio e em larga escala, de fertilizantes, por preços módicos e de inseticidação por aviões das áreas cobertas de pragas, dando-se as organizações por mim referidas anteriormente.

Pode transparecer a muitos que fui um pouco do tema a que me propus analisar. Entretanto, justifico essa atitude, como sendo uma alavanca auxiliadora que criei, para movimentar os leitores a uma idéia mais ampla a respeito da imigração nacional. Com as aplicações aqui expostas, poderão os senhores compreender que não de-

vemos prescrever a imigração à agricultura tão somente, pois tanto esta como as outras atividades humanas reclamam braços estrangeiros, uma vez que os nacionais não são suficientes para conter o desenvolvimento violento ora iniciado no país.

III — CONCLUSÃO

Não desejando me estender a considerações mais amplas, finalizo este estudo, tendo como em vêzes anteriores, apenas a preocupação e o intuito de colaborar, na medida do possível, para um maior equilíbrio do nosso Poder Nacional.



SANDOZ

ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICOS S.A.

RIO DE JANEIRO
AVENIDA CHURCHILL, 129
TELEFONE. 32-1197

SÃO PAULO
RUA BARÃO DE CAMPINA, 355
TELEFONE: 51-2164

UM MILHÃO DE PASSAGEIROS PELA RIO-BAHIA EM 1953

JOSÉ WAMBERTO

A Radial Rio-Bahia é, hoje, um assunto que tem a mais vital importância para o Nordeste, pois a conhecida BR-4, como é identificada nos mapas rodoviários, é uma via pela qual passaram, durante 1953, 980 mil passageiros, quando em 1951 esse movimento foi pouco além de 300 mil. É justo, portanto, esse interesse, quanto mais que o movimento continua a acelerar-se rapidamente face à elevação das tarifas aéreas e também à incapacidade da nossa marinha mercante.

O DNER faz o que pode, posso dizer agora, depois de conversar com dois dos seus técnicos mais ligados ao movimento da estrada, o Dr. Marcelo Rangel Pestana, diretor da Divisão de Conservação, Pavimentação e Tráfego, e o Dr. José Luís, chefe do Serviço de Tráfego. O Departamento acuado pela solicitação constante de melhorias e de reparos, de um lado; e pelas dificuldades de obtenção de material de outro, faz um esforço que não pode ser ignorado para assegurar condições que estejam à altura da intensidade do tráfego.

Senão, vejamos o que já em dezembro de 1952, respondia o Departamento a um deputado "habitueé" da estrada, o Sr. Mendonça Júnior, de Alagoas.

Em primeiro lugar, informava que em 1951, haviam sido dispensados para a conservação ordinária, Cr\$ 29.567.087,92, além de ter aplicado em melhoramentos a importância de Cr\$ 10.152.672,29.

Em seguida, confirmava que a estrada estivera alguns dias interrompida entre Muriaé e Realeza, em Minas Gerais, pois em certos

trechos o tráfego já havia ultrapassando o limite que um revestimento sílico-argiloso pode suportar.

Depois, dava o número de homens empregados na conservação: 1.700, trabalhando continuamente, subordinados às Residências localizadas em Leopoldina, Caratinga, Teófilo Otoni, Vitória da Conquista e Feira de Santana.

Finalmente esclarecia que a quantidade média dispendida por quilômetro com a conservação da estrada variou desde Cr\$ 14.800,00 no trecho baiano (terreno mais resistente), até Cr\$ 44.000,00 no trecho fluminense.

Posteriormente, o mesmo deputado alagoano e o Sr. Vasconcelos Costa voltaram a pedir informações ao DNER, que novamente mandou longos ofícios esclarecendo diversos pontos e insistindo nas providências que adotara para assegurar a normalidade do tráfego.

De fato, sabendo-se que um tráfego de 300 veículos por dia já exige pavimentação asfáltica ou em cimento, e tendo havido — já em 1952 — dias em que em alguns postos da Rio-Bahia, como Areial e Pôrto Novo, transitaram respectivamente 842 a 905 veículos, é fácil avaliar-se o que se tem de fazer com verbas escassas e com máquinas com vida econômica praticamente esgotada.

As verbas assim curtas para tantos quilômetros a conservar, 8 mil em todo o Brasil, impõem uma limitação àquelas soluções que, sendo definitivas, requerem porém maiores recursos, à pavimentação asfáltica, por exemplo, que, mesmo

com o alcatrão de Volta Redonda, já empregado com bom êxito, está saindo por u'a média de um milhão de cruzeiros por quilômetro. Dentro dessa realidade, o Departamento está executando um programa no trecho de tráfego mais pesado, isto é, entre Areal, Estado do Rio (onde se alcança a pavimentada União Indústria que vai a Juiz de Fora) e Muriaé, Minas, numa extensão de 197 quilômetros. Temos entre Areal e Além Paraíba, 13 quilômetros e meio prontos, vinte quilômetros em via de contrato. De além Paraíba a Muriaé, há 10 quilômetros em execução e 15 quilômetros em vias de contrato. Ao lado disso, estão sendo pavimentadas as travessias de Caratinga, Inhapim, Governador Valadares, Vitória da Conquista e a entrada de Feira de Santana.

O trecho mais ingrato da estrada, aquele que foi aproveitado da rodovia estadual, entre Governador Valadares e Teófilo Otoni, deverá ficar inteiramente retificado dentro de um ano, com tódas as novas obras de arte. E já dentro de alguns dias, ficará eliminado um dos obstáculos para o tráfego pesado, a velha ponte de Pôrto Novo, que será substituída pela "Régis Bittencourt".

Desde 1936, quando começou a ser construída, até hoje, vai a estrada desempenhando o seu importante papel no intercâmbio comercial entre o norte e o sul, em termos que podem ser avaliados por estes números: sómente através de empresas de transporte licen-

ciadas (ônibus), foram transportados 595 mil passageiros: e, transportados por 1.324 caminhões, 342 ônibus e 12 camionetes, chegaram no segundo semestre de 1952, 62.073 nordestinos deslocados pela seca, enquanto no mesmo ano e semestre, 21.515 nordestinos voltaram à sua terra. Esse movimento migratório jamais poderia ter se processado através da navegação marítima.

Nas estatísticas, os números pulam de um trimestre para o outro, sempre aparecendo, como de resto acontece em outras rodovias, os caminhões numa percentagem de mais de 60 %.

E, caso singular, a estrada pouco cobra em sangue aos seus usuários. É interessante saber que em 1952 apenas 167 acidentes ocorreram, com a consequência de 28 mortos e 264 feridos. Justamente a época em que era maior o tráfego dos "paus de arara". Nesse mesmo ano, na Rio-São Paulo (BR-2) em extensão de apenas um quarto da BR-4, os acidentes atingiam ao número de 718, com 57 mortos e 534 feridos.

As populações nordestinas não podem, como se vê, dispensar mais a Rio-Bahia. Através dela preferencialmente compram e vendem. Cumpre agora estimular e apoiar o DNER no seu empenho de mantê-la em condições que correspondam às nossas grandes necessidades. E é possível que, proximamente, possamos mostrar o que o Departamento está fazendo para não decepcionar.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro

— das livrarias desta capital —

FATOS RELACIONADOS COM CAXIAS

Capelão do Exército P.J. BUSATO

Muito se tem escrito sobre a vida de Caxias. E com razão. Trata-se, pois, de um brasileiro que muito honrou sua pátria. Neste artigo queremos abordar alguns fatos pouco conhecidos pelo povo simples. O primeiro diz respeito aos

SOLDADOS

que acompanharam Caxias até à última morada, os quais foram escondidos "dentre os mais antigos e de melhor conduta". Eis os nomes dos mesmos: João Alves de Souza, José Ferreira da Silva, João Batista de Santana, João Antônio da Silva, Valentim Delfim do Amaral, todos do 1º R.C.; Manoel Ferreira de Melo, do 2º R.A.; Cândido Barbosa de Oliveira, Juvêncio Pereira da Serra, Anastácio José dos Santos, do 7º B.I.; Alexandre Idalino Ferreira, do 10º B.I.; José Talião Papa, Manoel Paula de Albuquerque, Tibúrcio Rodrigues Torres e cabo Francisco Menezes, todos do 1º R.C.

Outro ponto importante relacionado com o imortal Duque de Caxias consiste na

FORMAÇÃO INTELECTUAL

do Patrono do Exército Brasileiro. Os dados que seguem foram extraídos de um magnífico artigo publicado em o "Jornal do Brasil", por Meira Matos.

Caxias cursou a Academia Militar, fundada por D. João VI, em 1810, e instalada no ano seguinte. O curso completo era de oito anos, onde se formavam engenheiros e artilheiros, enquanto os oficiais de infantaria e cavalaria cursavam apenas os 1º e o 5º, da citada Academia.

Vejamos o programa, seguido também por Caxias: 1º ano: matemática e álgebra até equações do 3º e 4º graus; geometria e trigonometria retilínea, noções da esférica; 2º ano: ampliação dos estudos anteriores; cálculo diferencial e integral aplicados à física, astronomia e cálculo das probabilidades; 3º ano: mecânica, hidráulica, balística teórica; 4º ano: trigonometria esférica, óptica, mecânica celeste e astronomia, cartas geográficas, topográficas e sistemas de projeções; 5º ano: tática e estratégia. Castramentação e fortificação de campanha. Química; 6º ano: fortificação regular e irregular; ataque e defesa das praças-fortes; princípios de arquitetura civil, estradas, pontes, canais e portos; orçamentos de obras. Mineralogia; 7º ano: artilharia teórica e prática; minas e geometria subterrânea. História natural; 8º ano: história militar de todos os povos e dos grandes generais. Línguas francesa, inglesa e alemã.

Acérca da "superioridade intelectual de Caxias" diz a "Monografia de La Campaña de 1851-52", da Secção História do Estado-Maior do Exército Argentino, citação esta também extraída do trabalho de Meira Matos: "Luis Alves de Lima e Silva, conde e depois marquês e duque de Caxias, era uma daquelas personalidades de que qualquer Exército tem o direito de se orgulhar... Dotado de uma sólida instrução geral e profissional, respectivamente adquiridas no Liceu Imperial e na Escola Militar do Rio, fortaleceu e alargou essa preparação com a leitura meditada de boas obras profissionais".

No artigo esplêndido de Meira Matos destacamos mais o seguinte : "Foi o primeiro entre nós a se valer dos serviços de um Chefe de Estado-Maior, função que criou no início da campanha contra Rosas. Na Ordem do Dia n. 19, de 6 de setembro de 1851, definiu as funções do novo auxiliar : "O Chefe do Estado-Maior é a autoridade imediata e intermediária entre êle (o comandante-em-chefe) e tôdas as outras autoridades do Exército ; e por isso, tôdas as ordens de Sua Excia. e tôda a correspondência militar, exceto sómente as concorrentes às operações de guerra, serão dirigidas pelo dito Chefe do Estado-Maior".

Outro assunto também pouco divulgado é o que se refere à instituição da Festa de Caxias ou seja

DIA DO SOLDADO

que se celebra, como se sabe, no dia 25 de agosto de cada ano. "An-

tes que o Ministério da Guerra declarasse Caxias Patrono do Exército, já a União Católica dos Militares em 1924 o havia escolhido para seu Patrono" — diz "A Defesa Nacional" num artigo. Desde 1935 é rezada uma missa no altar-portátil que pertenceu a Caxias e é conservado no Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca.

Isto no dia 25 de agosto, anualmente. Na mesma ocasião o mais graduado dos militares presentes faz a entrega simbólica de 80\$000 ao Convento, correspondente ao sôlido que Santo Antônio, como tenente-coronel do exército, percebia dos cofres públicos há mais de século. A partir de 1939 a citada missa faz parte do programa oficial dos festejos comemorativos ao Dia do Soldado. Deve-se isto à grande alma de apóstolo entre os militares, que se chama general Raul Silveira de Melo.

CLUBE MILITAR CARTEIRA HIPOTECÁRIA E IMOBILIÁRIA

Relatório-Estudo

A Secretaria da C.H.I. comunica a todos os seus associados que já estão sendo distribuídos os exemplares do RELATÓRIO-ESTUDO da Diretoria que terminou seu mandato no mês de junho próximo passado.

Os associados que ainda não o receberam e o desejarem, poderão solicitá-lo àquela Secretaria (Avenida Graça Aranha, 81 — 2º andar — Rio), enviando nome e endereço bem legíveis a fim de não haver extravio em sua remessa.

CORDIALIDADE MILITAR LUSO-BRASILEIRA

MENSAGEM DOS CADETES PORTUGUÊSES AOS SEUS CAMARADAS BRASILEIROS

Excellentíssimo Senhor Adido Militar do Brasil em Portugal :

Nós somos aqui, perante Vossa Exceléncia, a voz de todos os cadetes de Portugal, que solicitam respeitosamente se digne aceitar os seus mais respeitosos cumprimentos de boas-vindas. Quisemos saudá-lo, dizer-lhe quanto é grato ao nosso coração de português e de militares receber na nossa própria Casa a visita do representante distinto do glorioso Exército Brasileiro. E sentimos todos, dentro de nós, alguma coisa de inesperado na vossa vinda aqui, Excellentíssimo Senhor. Lembramo-nos que ela significa que, além do Atlântico, existe uma grande Nação, amiga da nossa, mais do que Amiga, uma Pátria que todos nós, através de gerações, nos habituamos a sentir irmã da nossa; e que nesse Brasil grandioso existe um Exército que já deu sobejamente provas do seu valor; e que esse valor foi devido, em grande parte, ao escol de oficiais que têm saído das suas Escolas Militares, hoje reunidas na que sabemos soberba Academia Militar das Aguilhas Negras.

Nessa Academia também sabemos que vivem, se educam, trabalham cadetes, irmãos nossos pela carreira escolhida e pela Raça, que ali seriamente elêis sentem, como nós, a alta missão que têm a cumprir para com a Pátria. Na evocação que a todo o momento lhes é dada pela majestade solene dessas rochas que apontam para o Céu um destino alto e nobre, os cadetes brasileiros vivem problemas idênticos aos nossos, sentem de modo semelhante em seus corações o culto fervoroso da Pátria. Pensamos, por tudo isto, pedir a Vossa Exceléncia que, de algum modo, se interessasse em fazer por estreitar as relações entre

nós, alunos desta Escola do Exército, e êsses garbosos camaradas nossos a quem um dia — lembramo-lo agora — foi concedida a honra única de usar o sabre desse glorioso chefe que foi o Duque de Caxias.

Não estamos esquecidos da visita que em 1940 os cadetes brasileiros fizeram a Portugal durante uns curtos cinco dias. Mas, já que visitas destas não sejam conseguidas, será certamente possível uma troca intensa de idéias e de sentimentos! Estamos certos de que com isto não seria sómente alcançada uma comunhão espiritual entre jovens da mesma Raça, com ideais idênticos. Seria dado mais um passo no desejado estreitamento das relações militares, que, a par dos já realizados entrelaces intelectuais, econômicos e até psicológicos, faria dos nossos dois Povos, na realidade, um bloco sólido de Amizade, um exemplo, a dar ao Mundo, de harmonia, de Paz, de humana confiança.

Foi dito, enfim, o que desde já gostaríamos que se realizasse e fosse transmitido aos nossos camaradas. E é renovando os nossos cumprimentos respeitosos que terminamos, pedindo ainda a Vossa Exceléncia que seja o transmissor das nossas saudações amigáveis aos nossos camaradas dessa Pátria distante, o Brasil amigo e irmão.

Mensagem contida numa artística pasta entregue na Sala de Cadetes do quartel da Amadora, da Escola do Exército, pelo cadete C.G.P. Ernesto Augusto de Melo Antunes, ao Adido Militar do Brasil em Portugal Exmo. Sr. Ten.-Cel. Assunção Cardoso, no dia 6 de março de 1954.

(Da "Revista Militar", de Portugal, de maio de 1954)

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
As Manobras de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger	5,00
As Condições Geográficas e o Problema Brasileiro — Gen. Mário Travassos.....	5,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....	15,00
A Intendência em Campanha — Maj. José Sales	35,00
A Revolução de 1842 — Martins de Andrade...	19,00
A Batalha de Roma — Maj. Geraldo de Menezes Côrtes.....	18,00
A Fôrça Mecanizada — Sílvio do Vale Amaral	60,00
Bateria de Acumuladores — Archimedes P. Oliveira	15,00
Balística Externa — Cel. Morgado da Hora..	60,00
Centralização do Tiro — Cap. Breno B. Fortes	6,00
Crônicas de Guerra — Cel. Olívio G. de Uzêda	30,00
Cartilha da Mocidade — Micaldas Corrêa.....	8,00
Contribuição para a Guerra entre Brasil-B. Aires — Gen. Bertoldo Klinger.....	12,00
Dêem Estádios ao Exército — Cel. Jair Jordão Ramos.....	30,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Maj. Antonio S. Júnior.....	50,00
Ensaio sobre a Informação na Guerra — Cel. José Horácio Garcia.....	15,00
Estudos sobre a Rússia — Cel. J. B. Magalhães	15,00
Estrategia do Terror — Cel. J. B. Magalhães	15,00

—0—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

NOTÍCIAS DIVERSAS

● Serviço de Abastecimento dágua para 92 Municípios do Vale do São Francisco

Por determinação do Presidente da República, 20 milhões de cruzeiros serão aplicados, segundo programa elaborado pela Comissão do Vale do São Francisco, nas obras de abastecimento dágua de 92 Municípios dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Goiás. O plano de emprégo daquela verba orçamentária será executado, conjuntamente, pelo Serviço Especial de Saúde Pública e pelo Serviço Nacional da Malária. Os técnicos sanitários desses dois órgãos do Ministério da Saúde e mais os representantes da Comissão do Vale do São Francisco promoveram reuniões, para estudo comum das normas técnico-administrativas que orientarão os trabalhos a serem realizados nos Municípios beneficiados.

(Da Imprensa)

● Ponte sobre o Rio Doce, no Espírito Santo

No dia 22 de junho findo, foi inaugurada pelo Presidente da República, na cidade de Linhares, a ponte rodoviária sobre o rio Doce, melhoramento de excepcional importância para uma vasta e fértil região daquele Estado, e que vem substituir o antiquado transporte por meio de balsas, até então feito nesse ponto. É oportuno ressaltar e

exaltar a importância desta obra que produzirá acentuados reflexos na economia daquele próspero Estado, permitindo o rápido escoamento da produção da região.

A grande ponte sobre o rio Doce tem 338 metros de extensão, 11 de largura e 12 de altura sobre as águas mínimas do rio, vencendo, com seus 11 arcos, 10 entre-vãos e 2 viadutos de acesso a maior caixa de rio já trasposta em todo o país. O seu custo total foi de..... Cr\$ 19.124.247,20.

Essa ponte constitui um lance na consecução da rodovia BR-5 pela costa, que ligará a Capital da República à cidade do Salvador, com pontos obrigatórios de passagem em Campos e Vitória. Outras pontes e trabalhos de terraplanagem estão em curso de execução na BR-5.

● Usina de "Salto Grande"

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico assinou contrato para a construção da Usina de Salto Grande no Estado de Minas Gerais.

● Représa da "Ernestina"

Foi inaugurado em maio findo, a Barragem da Ernestina (RS) que, além do seu alcance econômico é expressão da mais avançada técnica da engenharia moderna. Essa barragem faz parte do Plano de Eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Curso de Topografia Militar — 2 ^a Edição — Cel. Olivio G. Uzeda.....	120,00
História Geral e Militar — Gen. Pedro Cordon- lino de Azevedo.....	300,00
Curiosidades — Valmiro Rodrigues Vidal.....	25,00
C-21-20 — Ginástica Acrobática.....	16,00
C-21-151 — Treinamento Especializado.....	12,00
C-21-20 — Sessões de Trabalho.....	5,00
C-21-205 — Serviço Especial.....	12,00
Voleibol — Fritz Manso.....	5,00
Lições D'armas — Valero Falcão.....	5,00
Tábua Três Dimensões — Sgt. Alargão.....	5,00
Tabelas para Det. dos Valores — Inezil P. Ma- rinho.....	5,00
Fichas Biométricas — E.E.F.E.....	0,70
Mergulhos Ornamentais — Eduardo G. da Cruz	40,00
Danças Regionais e Brinquedos Cantados — A.P.E.F.....	15,00
Guia para Comp. e Lev. de Pêlos — Paulo Azeredo.....	10,00
Tratado de Esgrima — Cap. Adauto Fernandes de Andrade.....	50,00

— o —

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal
para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência

do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

NEVES & CIA. LTDA. — Armadores — Enderêço telegráfico: "NEVESCO" — Rua Braz Cubas, 17 — Telefone 2-6235 — Santos — Cuters: Flamengo e Itamaraty — Agentes em: Paranaguá, Antonina, São Francisco, Joinville, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

CASA BANCÁRIA FAPO & CIA. — Tôdas as operações bancárias e de câmbio — Sede: Rua 15 de Novembro, 80 — Telegramas "FARO" — Caixa Postal, 558 — Telefones 3218, 7696 e 7531 — Filial: Rua 15 de Novembro, 206 (Esq. Augusto Severo) — Telefones 2832 e 2021 — Santos.

CASA HESPERIA LIMITADA — Bar, Secção de Frios e Confeitoria — Telefone 2-3433 — Restaurante e Salão de Chá — Telefone 2-7610 — Praça Ruy Barbosa, 22-24 — Telegramas: "CONDOR" — Telefone 2-3433 — Santos

COMPANHIA FARMACÉUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

GIACOMO LOLATA & CIA. — Cx. Postal n. 397 — Londrina — Paraná.

JOSÉ PENTERICHE & FILHO — Cx. Postal n. 596 — Londrina — Paraná.

COMERCIAL CURADO LTDA. — Rua Marechal Deodoro n. 771 — Londrina — Paraná.

MANUEL BATISTA CAVALCANTI — Astorga — Norte do Paraná.

CARLOS SECO & CIA. LTDA. — Av. S. Paulo n. 1240 — Londrina — Paraná.

GORO OHYA — Rua Benjamin Constant, 673 — Londrina — Paraná.

IRMÃOS FUGANTE S.A. — Cx. Postal n. 119 — Londrina — Paraná.

AMERICO SATO — Rua Sergipe n. 410 — Londrina — Paraná.

LIVRARIA LONDRINA — Rua Sergipe n. 406 — Londrina — Paraná..

LUIZ ZAMBRIM — Cx. Postal n. 299 — Granja do Silêncio — Londrina — Paraná.

ANGELO FILÔCO — Rua Rio Branco n. 725 — Londrina — Paraná.

VIRGILIO JORGE — Rua Minas Gerais n. 1326 — Londrina — Paraná.

JOAO CORTEZ CAPEL — Rua Ceará n. 55 — Caixa Postal, 261 — Londrina — Paraná.

EMPRESA MARÍTIMA E COMERCIAL LTDA. — Joinville — Estado de Sta. Catarina.

HOTEL CENTRAL — Julio Radwanski — Joinville — Sta. Catarina.

IRMAOS AMIN — Rua Duarte Schutel n. 7 — Florianópolis — Estado de Santa Catarina.

- INDÚSTRIAS J. BETTEGA & CIA. S.A.** — Curitiba — Paraná.
- SILVESTRE SOUZA & CIA. LTDA.** — Avenida Vicente Machado, 18 — Curitiba — Paraná.
- CONSTRUTORA O. H. C. LTDA.** — Avenida Vicente Machado, 8 — Curitiba — Paraná.
- JOSÉ LEPROVEST** — Curitiba — Paraná.
- TRANSPARANÁ S. A.** — Londrina — Paraná.
- VIEIRA S. A.** — Rua Tupi, 68 — Cx. Postal, 764 — Londrina — Paraná.
- SERRARIA CUROTTTO LTDA.** — Rua Paraná n. 180 — Cx. Postal, 180 Londrina — Paraná.
- GARCIA & GARCIA LTDA.** — Cx. Postal, 246 — Londrina — Paraná.
- IMOBILIÁRIA NURECTAMA** — Ed. Minerva, s/207/207-A — Londrina Paraná.
- GIHEI OTANI** — Rua Quintino Bocaiuva — Londrina — Paraná.
- MORAIS & CANEZIN** — Rua dos Expedicionários — Cx. Postal, 173 Londrina — Paraná.
- JOSÉ BONIFACIO & CIA. LTDA.** — Caixa Postal, 173 — Rua Benjamin Constant n. 613/15 — Londrina — Paraná.
- IRMÃOS LOPES & CIA.** — Rua Mato Grosso, 745 — Londrina — Paraná.
- JOSÉ LUIZ MOURA** — Londrina — Paraná.
- CARLOS DE ALMEIDA** — Rua Ceará n. 397 — Caixa Postal, 302 — Londrina — Paraná.
- IMOBILIÁRIA IPIRANGA** — Av. Ipiranga n. 795 — Cx. Postal n. 5174 — Londrina — Paraná.
- G. LUNARDELLI S. A.** — Caixa Postal n. 61 — Londrina — Paraná.
- AUGUSTO CANESSIN** — Londrina — Paraná.
- SYLVESTRE SAMPIERI** — Rua Mato Grosso n. 765 — Londrina — Paraná.
- T. MATOSIMA** — Rua Sergipe n. 407 — Londrina — Paraná.
- ESTABELECIMENTO GRÁFICO, BOEHMA & CIA. LTDA.** — Rua Visconde de Taunay n. 93/109 — Teleg. Boehm — Caixa Postal, 41 — Joinville — Estado de Santa Catarina.
- EXPRESSO JOINVILLENSE LTDA.** — Rua Abdon Batista n. 342 — Joinville — Rua Sacadura Cabral n. 197 — Rio de Janeiro.
- GERMANO STEIN S. A., COMÉRCIO E INDÚSTRIA** — Rua Cruzeiro n. 35 — Caixa Postal n. 52 — Joinville — Rua da Quitanda n. 163 — Rio de Janeiro — Tel. 43-67-40.
- IRMÃOS AMIN** — Rua Duarte Schufel, 11 — Caixa Postal, 117 — Florianópolis — Santa Catarina.
- ALFAIATARIA COLUMBIA** — Aceita-se cortes à feitio — Rua Miguel de Frias, 48 — Tel. 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.
- ALBERTO GUEDES DA SILVA** — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.



Noticiário de Interesse Militar

O carro armado ligeiro "AMX-13" do exército francês

Trata-se de um blindado adotado pelo exército francês que representa o "companheiro" sumamente móvel do novo canhão contracarro francês de 90 m-m que se deu como dotação às Companhias de defesa contracarros dos regimentos de infantaria.

Realmente, não poderia empregar-se com êxito em um combate entre carros de combate e tanto é assim que a "Comissão de Defesa Nacional" só o considera como arma idônea para a rápida eliminação de tropas aerotransportadas inimigas.

A sua construção surgiu como consequência do desenvolvimento do carro, iniciado em 1946, para seu emprêgo pelas tropas aerotransportadas. Isto justifica suas características especiais, que o diferencia de seus similares; seu relativamente ligeiro encouraçamento, a potência notável de seu canhão e a sua grande manobrabilidade, assim como suas dimensões e peso que são os convenientes para fazer possível o seu transporte por via aérea.

O canhão semiautomático do "AMX-13" é considerado pelos peritos como um indubitável acerto da técnica, dada a sua precisão, a sua alta velocidade e o seu poder de penetração. Está situado em torreta giratória e tem um setor de tiro horizontal de 360°, enquanto que o vertical comprehende desde - 6° a + 13. Normalmente, o carro leva uma dotação de 36 projéteis e dispõe, ainda de uma metralhadora pesada conjugada com o dispositivo de pontaria do canhão. A sua blindagem permite-lhe resistir à perfuração dos projéteis de todas as armas automáticas de infantaria e da artilharia ligeira.

A propulsão do "AMX-13" está a cargo de um motor Boxer de gazolina, de 8 cilindros de 8,26 litros de cilindrada, com uma potência máxima total de 270 CV, a 3200 r.p.m., que lhe permite alcançar uma velocidade de 45 km p.h. em terreno variado e de 65 km p.h. em estrada, assim como dominar rampas de 65 por 100.

A guarnição deste carro se compõe de 3 homens; um chefe de carro que é, ao mesmo tempo, radiotelegrafista e servente, um atirador e o motorista.

Com toda a sua guarnição e dotações, o seu peso é de 14 toneladas. Enfim, suas dimensões são 4,9 m de comprimento; 2,54 m de largura e somente 2,33 m de altura.

(Da revista "Ejercito")

Novo Jeep

Para atender as constantes exigências de mobilidade da guerra moderna, foi projetado um novo modelo de jeep, cujo peso diminuto é devido particularmente ao seu corpo todo de alumínio, que pesa apenas 37 kg, e a diversas outras peças do mesmo metal e a suas rodas de magnésio.

A nova viatura que é denominada *Aero-jeep*, pesa menos 550 kg e é 90 cm mais curta do que a antiga, com a qual pode intercambiar 85 % de suas peças. Espera-se que seja de grande valor para as operações aeroterrestres conduzidas em helicópteros ou aviões comuns.

(Do Military Review)

A Bomba de Hidrogênio é "Segura"

Destacado físico inglês declarou que a bomba de hidrogênio é mais segura do que a atômica, pois deve ser detonada por uma explosão atômica, enquanto a cutra pode ser acionada por qualquer neutron desgarrado, normalmente presente em suas proximidades. Afirmou, também, que o homem não pode produzir calor suficiente para desintegrar as substâncias inertes da Terra, ficando eliminada a possibilidade de sua destruição pelo homem.

(Do Military Review)

Pequeno Helicóptero a Jato

Um pequeno helicóptero a jato, denominado "Mid-jet", pesando apenas 45 k, capaz de levantar quatro vezes o seu próprio peso e voar a velocidades de 130 km/h, foi construído, sobretudo, para fins militares. Esse aparelho deve ser ideal para ataques a cabeças-de-praia, lançamento de homens atrás das linhas inimigas, evacuação de pilotos e outros elementos de lugares inacessíveis e outros fins militares.

Em face da simplicidade de seu desenho, calcula-se que pode ser produzido em série ao preço de 1.000 dólares por unidade. É propelido por dois motores auto-reactores, montados na extremidade das pás do rotor. Os motores são de alumínio com dispositivo de partida independente.

(Do Military Review)

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados em junho de 1954**

DECRETO N. 35.587 — DE 2 DE JUNHO DE 1954

Cria a Medalha "Fôrça Naval do Nordeste" e dá outras providências
("Diário Oficial" n. 127, de 6-VI-954.)

* * *

PORTARIA N. 372 — DE 1 DE JUNHO DE 1954

Altera os arts. 4º e 5º do Regulamento da Previdência dos Subtenentes
e Sargentos do Exército

("Diário Oficial" n. 128, de 7-VI-954.)

* * *

AVISO N. 325 — DE 31 DE MAIO DE 1954

Tendo em vista a consulta formulada pelo Comandante da 7ª Região Militar sobre se um sargento de tempo findo, que não deseja reengajar e esteja no gozo de licença especial, deve ser licenciado ou aguardar a conclusão da licença e

Considerando que a licença especial é um direito, assegurado aos militares pela Lei n. 283, de 24 de maio de 1948;

Considerando que ao Ministério da Guerra cabe satisfazer, da melhor forma possível, os direitos dos militares do Exército, de forma a estimular-lhes o trabalho, pelo reconhecimento do esforço dispensido;

Considerando que o art. 97 da Lei do Serviço Militar, alterado pela Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952, permite ao Ministro da Guerra adiar o licenciamento das praças até 6 (seis) meses,

Resolvo :

a) autorizar a prorrogação, até 6 meses, de acordo com o art. 97 da Lei do Serviço Militar, alterado pela Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952, o licenciamento das praças, as quais tenha sido concedida a licença especial de que trata a Lei n. 283, de 24 de maio de 1948;

b) que o adiamento deverá ser concedido pelo prazo que faltar para a conclusão da licença e publicado no boletim interno da Unidade, Repartição ou Estabelecimento do dia em que tiver de se processar o licenciamento;

c) que as licenças concedidas deverão ter início antes da data de conclusão do tempo de serviço, independentemente de escala e cota.

AVISÓ N. 326 — DE 31 DE MAIO DE 1954

A fim de facilitar os trabalhos de movimentação e com o objetivo de restringir ao máximo as despesas consequentes, determino, que a partir desta data, e até segunda ordem, toda movimentação de oficial, subtenente ou sargento do Exército, por necessidade do serviço, deverá ser previamente submetida ao Gabinete do Ministro pelo órgão interessado.

Não se inclui nesta determinação a movimentação consequente de classificação, a qual deverá obedecer em princípio o preenchimento dos claros na guarnição.

(“Diário Oficial” n. 128, de 7-VI-954.)

* * *

PORTARIA N. 215 — DE 5 DE ABRIL DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com que propõe o Departamento Técnico e de Produção, resolve aprovar as Normas para a “Habilitação dos Alunos” da Escola Técnica do Exército, que com esta baixam.

(“Diário Oficial” n. 129, de 8-VI-954.)

* * *

PORTARIA N. 377 — DE 3 DE JUNHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve aprovar o modelo de Certificado para o Curso de Identificador-Dactiloscopis.a.

(“Diário Oficial” n. 129, de 8-VI-954.)

* * *

PORTARIA N. 385 — DE 7 DE JUNHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, resolve fixar em 523 (quinhentos e vinte e três) o número de vagas para matrícula, no 2º período letivo do corrente ano, na Academia Militar das Agulhas Negras.

(“Diário Oficial” n. 130, de 9-VI-954.)

* * *

PORTARIA N. 387 — DE 8 DE JUNHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, consoante proposta do Estado-Maior do Exército, resolve :

Os atuais Capitães oriundos do Centro de Oficiais da Reserva, com mais de 8 anos de pôsto, serão matriculados, em 1955, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, independentemente do número de vagas que forem fixadas para as diversas Armas e Serviços.

(“Diário Oficial” n. 133, de 12-VI-954.)

PORTARIA N. 388 — DE 8 DE JUNHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve:

1) Fixar o número de vagas abaixo discriminado, para matrícula no Curso de Aperfeiçoamento da Escola de Sargentos das Armas, no corrente ano:

Cavalaria (cinquenta).....	50
Artilharia (cinquenta).....	50
Engenharia (cinquenta).....	50

2) Determinar que para as rematrículas deve ser observada em princípio, a prescrição contida no § 2º do art. 47 das Instruções para o Funcionamento da Es.S.A., salvo se houver sobra de vagas em que poderão, as mesmas, ser aproveitadas pelos candidatos à rematrícula, na seguinte proporção:

Cavalaria (dez).....	10
Artilharia (quatro).....	4
Engenharia (uma).....	1

3) Colocar à disposição do Ministério da Marinha 5 (cinco) vagas na Es.S.A., destinadas ao Corpo de Fuzileiros Navais.

("Diário Oficial" n. 133, de 12-VI-954.)

* * *

PORTARIA N. 389 — DE 8 DE JUNHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve alterar o número de vagas fixadas pela Portaria n. 145, de 4 de março de 1954, para o Curso "B 1" da Escola de Comunicações, para o seguinte:

Infantaria (vinte e duas).....	22
Cavalaria (dezesseis).....	16
Artilharia (vinte e três).....	23
<hr/>	
Total (sessenta e uma).....	61

("Diário Oficial" n. 133, de 12-VI-954.)

* * *

DECRETO N. 35.652 — DE 11 DE JUNHO DE 1954

Dá nova redação aos ns. 20 e 23 e ao Comando e Execução dos ns. 1 a 5 do Quadro B, do Regulamento baixado com o Decreto n. 8.736, de 10 de fevereiro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Os ns. 20 e 23 e o Comando e Execução da Tropa dos ns. 1 a 5 do Quadro B, do Regulamento baixado com o Decreto n. 8.736, de 10 de fevereiro de 1942, passam a ter a seguinte redação:

20. A praça faz também alto para a continência às autoridades referidas na letra d) do n. 9 deste Regulamento.

Aos Oficiais-Generais e às autoridades constantes da letra e) do n. 9 deste Regulamento procederão de idêntica forma, quando no interior dos quartéis, estabelecimentos e repartições militares.

23. A praça para falar ou apresentar-se a um oficial, aproxima-se dêste até a distância de dois (2) passos; toma a posição de sentido, faz a continência, desfazendo-a independente de ordem, permanecendo entretanto na posição de sentido.

Quadro 2 — Da Tropa (ns. 1 a 5).

Comando : "Sentido ! — Apresentar-arma ! (espada) — Olhar a direita ! (esquerda)".

Execução : Executado o manejo de armas (os oficiais abatem as espadas), cada militar gira a cabeça para o lado indicado, olha francamente a autoridade que se aproxima e, a proporção que esta se desloca, acompanha-a com a vista, ficando no final com a cabeça voltada para o lado para onde se deslocou a autoridade. Assim que a autoridade ultrapassar a cauda da tropa, de uma distância de três passos, o seu Comandante comandará: Olhar-frente ! ocasião em que todos voltarão a cabeça, enérgicamente, para a frente primitiva. Os oficiais com a espada embandeirada fazem a continência individual.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1954 ; 133º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.

*Renato de Almeida Guillobel.
Zenóbio da Costa.
Nero Moura.*

("Diário Oficial", n. 134, de 14-VI-954.)

* * *

AVISO N. 353 — DE 10 DE JUNHO DE 1954

Considerando que é vultoso o número de pedidos que transitam pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra, referentes a certidão de tempo de serviço prestado em Unidades, Repartições e Estabelecimentos há muito extintos ou transformados;

Considerando que a difícil localização dos arquivos dessas unidades acarreta dispêndio de tempo e expediente por parte daquela Secretaria:

Determino que as Unidades, Repartições e Estabelecimentos ou outros quaisquer órgãos dêste Ministério, detentores de arquivos de Unidades, Repartições e Estabelecimentos extintos ou transformados, façam disso comunicação urgente à Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

("Diário Oficial" n. 135, de 15-VI-954.)

* * *

LEI N. 2.225 — DE 12 DE JUNHO DE 1954

Cria a Medalha Naval de Serviços Distintos, e dá outras providências
("Diário Oficial" n. 136, de 16-VI-954.)

* * *

LEI N. 2.237 — DE 19 DE JUNHO DE 1954

Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências

("Diário Oficial" n. 140, de 22.VI-954.)

AVISO N. 391 — DE 24 DE JUNHO DE 1954

Consulta o Chefe do Serviço de Saúde da 5ª Região Militar se os operários e servidores civis do Ministério da Guerra têm direito à assistência médica hospitalar, nos hospitais militares face ao que estabelecem os arts. 1º e 108 do Regulamento do Serviço de Saúde do Exército.

Em solução, aprovando parecer da Diretoria Geral de Saúde, desolve :

a) os servidores civis do Ministério da Guerra têm assegurado o direito de baixa aos Hospitais do Exército nos casos de acidente no trabalho, e, mediante indenização, nos casos de urgência ;

b) eventualmente, poderão ser admitidos a tratamento nos Hospitais do Exército, mediante entendimento e indenização pelos respectivos interessados, os servidores civis do Ministério da Guerra, e seus dependentes, desde que os hospitais estejam em condições de recebê-los sem prejuízo para os efetivos militares e pessoal da reserva remunerada e reformados ;

c) as hospitalizações de servidores civis e seus dependentes deverão cessar quando os órgãos próprios de assistência social organizarem serviços adequados.

(“Diário Oficial” n. 144, de 26-VI-954.)

* * *

AVISO N. 397-D1-I — DE 25 DE JUNHO DE 1954

Tabelas de Fardamento e Enxoval para os Cadetes da AMAN

Tendo em vista o disposto no art. 75 do CVVM, e de acordo com os pareceres da Diretoria de Instrução, do EME e da Comissão de Fardamento, resolve aprovar as Tabelas que anexas acompanham, organizadas pela AMAN, para distribuição, a título gratuito, de peças de uniformes e roupa de cama aos Cadetes daquela Academia, bem como a do Enxoval a ser adquirido por conta dos mesmos Cadetes.

(“Diário Oficial” n. 147, de 30-VI-954.)

* * *

AVISO N. 402 — DE 26 DE JUNHO DE 1954

Consulta o Comandante da Zona Militar Sul, como proceder, quando à aplicação da Portaria n. 179, de 17 de maio de 1952, combinada com a Lei do Serviço Militar, no que se refere às unidades que incorporam 50% do efetivo :

“a) se as duas incorporações feitas por unidades especiais (Cia. PE, Cia. QG, etc) devem ser consideradas como incorporação de dois contingentes ou como duas ditas (turnos) de um mesmo contingente ;

b) se no caso dos dois turnos serem considerados como um mesmo contingente, como deve ser considerado o n. 4 da letra a) da referida Portaria 179, no que se refere à relação das turmas ;

c) se no caso de antecipação ou adiamento de licenciamento, o tempo de serviço normal a que se refere o mencionado n. 4 da letra a) deve servir de referência a tempo efetivo de serviço, levando em conta a antecipação ou adiamento, ou se sempre deve-se considerar o tempo normal de 12 meses, de acordo com o art. 6º da Lei do Serviço Militar ;

d) se a validade de um curso só perde o valor para fins de promoção (n. 4 da letra a) da Portaria mencionada), ou se perde, também, para fins de desempenho de função”.

Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro :

1) que o contingente é anual e que, portanto, as duas turmas incorporadas pertencem a um mesmo contingente ;

2) em consequência da alínea anterior, o n. 4 da letra a) da Portaria n. 179 citada, deve ser aplicado tendo em vista as duas turmas, como está prescrito para os contingentes, isto é : os candidatos aprovados no exame de candidatos a graduação da 1^a turma que não forem promovidos até o dia do exame dos candidatos da 2^a, entrarão na classificação desta, com o grau que obtiveram no exame anterior ; e assim sucessivamente, nas turmas seguintes até completarem um ano de aprovação quando, aos que desejarem, será aplicado os ns. 3 e 4 do art. 394 do RISG ;

3) o tempo de serviço deverá ser o constante do art. 6º da LSM, isto é, o tempo de efetivo serviço do conscrito, que poderá ser menor, igual ou superior a 12 meses ;

4) o curso, na época estipulada pela Portaria n. 179, perde o valor para qualquer efeito.

(“Diário Oficial” n. 147, de 30-VI-1954.)

PROBLEMAS DO BRASIL

DO

Coronel ADALARDO FIALHO

(Prêmio “Carlos de Laet” da Academia Brasileira de Letras)

2^a Edição

- Encontram-se à venda, na Redação desta Revista e na Secção de Venda de Livros e Manuais Militares do Ministério da Guerra, os últimos exemplares desta limitada edição.

- Trata-se de uma coletânea de assuntos de cultura geral, focalizando problemas palpitantes e de interesse permanente do Brasil.

- Incluído na bibliografia do Concurso para a Escola de Estado-Maior.

P R E Ç O : CR\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de “A Defesa Nacional”, Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra
Rio de Janeiro

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A "Defesa Nacional" agradece o recebimento das seguintes publicações nacionais e estrangeiras durante o mês de maio do corrente ano:

a) Do Exterior :

Espanha — "Revista de la Oficialidad de Complemento", de abril.

"Guion", de abril de 1954.

França — "Revue Militaire d'Information", de 10 e 25 de maio de 1954.

Bolívia — "Revista Militar", de março/abril de 1954.

Itália — "Rivista Militare", de abril de 1954.

Portugal — "Revista Militar", de maio de 1954.

Perú — "Revista de la Escuela Militar de Chorrillos", de junho a novembro de 1953.

EE.UU. — "Military Review" (Ed. brasileira), de abril de 1954.

b) Nacionais :

"Lei e Polícia" de jan/fev de 1954.

"Comércio Internacional" — Boletim Mensal do Banco do Brasil, de março de 1954.

Relatório do Jockey-Club Brasileiro (1953).

"Militia", de abril de 1954.

"Conjuntura Econômica", de abril de 1954.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço



De acordo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano	Cr\$ 100,00
Semestre.....	Cr\$ 50,00
Número avulso.....	Cr\$ 15,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no in- dicador de firmas reco- mendadas.....	Cr\$ 500,00

OBS. — O pagamento das assinaturas anuais pode ser feito em 4 prestações mensais de Cr\$ 25,00 ou em 10 de Cr\$ 10,00. Da mesma forma o pagamento das assinaturas semestrais pode ser efetuado em 2 prestações de Cr\$ 25,00 ou em 5 de Cr\$ 10,00.

Aos Srs. Representantes

A. Gerência da Revista solicita ao prezado representante :

- 1) Encaminhar oficialmente a revista para o assinante que fôr transferido e cujo conste da guia.
- 2) Comunicar via rádio a transferência de qualquer assinante, esclarecendo a Unidade, Repartição ou Estabelecimento para onde foi transferido
- 3) Devolver-nos sem demora o recibo.
- 4) Fiscalizar os descontos dos assinantes e se possível a remessa; agradecermos uma comunicação via rádio para providenciarmos o recebimento ou reclamação se fôr o caso; facilitaria o nosso controle se se fizesse referência ao número da guia de remessa bem como o número da ordem de pagamento.
- 5) De seis em seis meses envia-nos uma relação completa dos assinantes da unidade, para uma verificação no fichário e evitar assim falhas ou enganos que redundam no prejuízo do assinante.
- 6) Colabore conosco para a independência de sua revista.
- 7) Mande, se possível com a maior urgência, nome da rua, número, bairro, cidade e caixa postal de sua unidade, estabelecimento ou repartição; êstes dados facilitam à repartição do correio a entrega com maior rapidez.

PASSADEIRAS MILITARES

FEBI



RUA SENADOR DANTAS, N. 42 — 1º ANDAR

Fabricantes e Fornecedores Oficiais do Ministério
da Guerra, conforme Modelos depositados na
Secretaria Geral.

Esmaltes a Fogo, Condecorações, Medalhas e
Distintivos.

RANDAL

TELEFONE: 22-0748

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Prof. Octavio Drummond.
Sr. José Wamberto.
Gen. José Felicio Monteiro Lima.
Gen. Niso Vianna Montezuma.
Cel. José Horacio da Cunha Garcia.
Cel. Jonas Corrêa.
Cel. Manoel Joaquim Guedes.
Cel. Paulo Enéas Ferreira da Silva.
Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa.
Maj. Heraclides de Araujo Nelson.
Maj. Bui Alencar Nogueira.
Cap. Estevam Meirelles.
Cap. Helio A. Canongia.
Crp. P. J. Busato.
1º Ten. Manoel L. da S. Osório.
Asp. Of. Sebastião W. Japiassú.

EX-LIBRIS



E é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1954